

O LIBERALISMO DE RALF DAHRENDORF

| classes, conflito social e liberdade |

Antonio Carlos Dias Junior



editora **ufsc**

O LIBERALISMO DE RALF DAHRENDORF

| classes, conflito social e liberdade |



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Reitor

Alvaro Toubes Prata

Vice-Reitor

Carlos Alberto Justo da Silva

EDITORA DA UFSC

Diretor Executivo

Sérgio Luiz Rodrigues Medeiros

Conselho Editorial

Maria de Lourdes Alves Borges (Presidente)

Carlos Eduardo Schmidt Capela

Clélia Maria Lima de Mello Campigotto

Ione Ribeiro Valle

João Pedro Assumpção Bastos

Luís Carlos Cancellier de Olivo

Miriam Pillar Grossi

Sérgio Fernandes Torres de Freitas

Editora da UFSC

Campus Universitário – Trindade

Caixa Postal 476

88010-970 – Florianópolis-SC

Fones: (48) 3721-9408, 3721-9605 e 3721-9686

Fax: (48) 3721-9680

editora@editora.ufsc.br

www.editora.ufsc.br

O LIBERALISMO DE
RALF DAHRENDORF
| classes, conflito social e liberdade |

Antonio Carlos Dias Junior

© 2012 Editora da UFSC

Direção editorial:
Paulo Roberto da Silva

Capa e editoração:
Fernanda do Canto

Revisão:
Flavia Vicenzi

Ficha Catalográfica
(Catalogação na publicação pela Biblioteca Universitária da
Universidade Federal de Santa Catarina)

D541l Dias Junior, Antonio Carlos

O liberalismo de Ralf Dahrendorf : classes, conflito
social e liberdade / Antonio Carlos Dias Junior. –
Florianópolis : Ed. da UFSC, 2012.

192 p.

Inclui bibliografia.

1. Dahrendorf, Ralf. 2. Sociologia. 3. Conflito social.
4. Liberalismo. I. Título.

CDU: 323
329.12

ISBN 978-85-328-0585-0



Este livro está sob a licença Creative Commons, que segue o princípio do acesso público à informação. O livro pode ser compartilhado desde que atribuídos os devidos créditos de autoria. Não é permitida nenhuma forma de alteração ou a sua utilização para fins comerciais.

br.creativecommons.org

À minha mãe, de seu Benjamim.

À memória de *Sir* Ralf Gustav Dahrendorf.

Agradecimentos

GOSTARIA de registrar meus sinceros agradecimentos às pessoas e instituições envolvidas na realização deste livro. O primeiro deles, incalculável, à minha mãe, Maria de Lourdes Tardivelli Dias. A doçura de seu amor e carinho constantes me afaga a alma, a despeito de eu nem sempre merecer isso. Esse agradecimento se estende aos meus familiares de maneira geral.

Gilda F. Portugal Gouvêa tem sido figura constante em meu processo de aprendizado e crescimento intelectual. Sua amizade significa muito para mim, muito obrigado por tudo. Aproveito para pedir perdão pelas idas e vindas de um aluno/orientando errante.

Aos professores Rubem Murilo Leão Rêgo e Valeriano Mendes Ferreira Costa, meu cordial agradecimento pela gentileza em participar das bancas de qualificação e defesa da dissertação que originou este livro; as críticas e sugestões realmente foram verdadeiras profícuas. Agradeço também ao professor Sérgio Adorno pelas sugestões e incentivo, sobretudo porque foi através da leitura de um texto seu que pude ter a certeza em pesquisar a obra de um intelectual injustamente esquecido.

Meus amados amigos Ricardo Brasil Choueri, Luis Fernando Corrêa, Roberto Carlos de Oliveira, Davi Gustavo de Carvalho,

Luis Guilherme Bonafé Gaspar Ruas e Walter Paes são pessoas pelas quais nutro os sentimentos mais puros e sinceros. Cada um de vocês se apresentou em um momento específico da minha vida e cada qual à sua maneira torna minha caminhada possível. A amizade de vocês me aquece o coração, enquanto estimula a mente.

Outros amigos merecem especial menção: Alexandre Cason Machado, Murilo França Tabosa, Alexandre Taboza de Oliveira, Rodrigo Dias Negrucci, Raphaela Rezende, Gabriela Furlan Carcaioli, Carolina Cristina Alves, Márcio Fernandez Cruz, Rodrigo Brasil Choueri, Thomaz Gustavo Pedro, Adriana Gilioli Citino, Grazielle Deltreggia, Mariana Lima Marques, Vinícius Dezotti, Tiago Ferreira Saraiva e Carlos Eduardo Brasil da Silva.

Ao já citado amigo Roberto Carlos de Oliveira, agradeço ainda pela esmerada leitura do texto final. As observações e considerações foram importantíssimas. Oxalá tivesse sempre um revisor com o seu gabarito e cuidado. Ao amigo Alex Degan, a quem admiro desde a infância – embora tenhamos nos reencontrado há pouco –, agradeço pelo prazer da amizade e pela sabedoria.

Especial distinção à Aline Citino Armonia, pela cumplicidade, amor e sonhos compartilhados. Sem a Lumi tudo não teria o mesmo brilho.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) forneceu-me importante apoio financeiro durante a realização da pesquisa. À Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, na figura de seus funcionários, meu profundo agradecimento por tornar possível a publicação desta obra. Por fim, não há como não ressaltar a qualidade da formação oferecida pela UNICAMP, no sentido fino do substantivo. De um sonho, agora como parte integrante, tenho orgulho de pertencer às suas fileiras.

À memória do inesquecível professor Octavio Ianni, cuja intelectualidade destoava, a seu favor, da simplicidade e cordialidade com que tratava a todos.

“Quem dormiu no chão deve lembrar-se disso, impor-se disciplina, sentar-se em cadeiras duras, escrever em tábuas estreitas. Escreverá talvez asperezas, mas é delas que a vida é feita: inútil negá-las, contorná-las, envolvê-las em gaze.”

Memórias do cárcere, Graciliano Ramos

Sumário

PREFÁCIO	II
APRESENTAÇÃO	17
INTRODUÇÃO.	21
CAPÍTULO 1	
Percurso intelectual e inserção no liberalismo	29
1.1 História de vida como aporte analítico	29
1.2 Liberalismo como opção de vida	43
CAPÍTULO 2	
Crítica aos modelos <i>utópicos</i> de sociedade	53
2.1 Introito	53
2.2 Parsons	59
2.3 Marx	65
CAPÍTULO 3	
Conflito social e institucionalização dos conflitos na sociedade <i>post-capitalista</i>	89
3.1 Conflito social	89
3.2 Institucionalização dos conflitos	101
CAPÍTULO 4	
O conflito social moderno e seu paradoxo: do apogeu dos direitos sociais à crise de legitimidade.	113
4.1 Expansão e apogeu	113
4.2 Declínio e crise de legitimidade	129
CAPÍTULO 5	
A lei e a ordem	139
5.1 Diagnóstico: o caminho para a anomia	139
5.2 A luta pelo contrato e a liberdade	151
CONCLUSÃO	159
REFERÊNCIAS	167
APÊNDICE	173

Prefácio

ESTE LIVRO sobre Ralf Dahrendorf é mais do que bem-vindo. E mais, ele pode e deve ser indicado para estudantes das ciências sociais pelos motivos que exponho a seguir.

Se alguns autores foram apresentados com um forte viés ideológico para a geração de cientistas sociais que se formou na maioria das universidades brasileiras nas décadas de 1960, 1970 e 1980 do século passado, pior o que aconteceu para aqueles que se formaram nas décadas de 1990 e na primeira década do século XXI: nunca ouviram falar neles.

É o caso de Robert K. Merton, Tom Bottomore, Kingsley Davis, Paul Lazarsfeld, George Mead, Lewis Coser, Wright Mills, Raymond Aron e Talcott Parsons, entre outros. Muito diferentes entre si, mas com algo em comum: apresentavam teses que fugiam das leituras dogmáticas do paradigma marxista dominante no pensamento acadêmico. A falta que essas leituras fizeram e fazem pode ser ilustrada através de uma lista de conceitos e de definições metodológicos desenvolvidos por esses pensadores que foram negligenciados nas tentativas de compreender ou de explicar fenômenos contemporâneos. Apenas para citar alguns: mobilidade social, indivíduo, identidade, elites, moral, igualdade, conflito social, consenso, funções latentes e funções manifestas, certeza científica, previsão e assim por diante.

Ralf Dahrendorf está entre eles, e este livro procura cobrir essa lacuna. Não que Antonio Carlos abrace suas teses, aliás, é bastante crítico em relação à maioria delas. Em algumas passagens, sua crítica é tão forte que nos faz pensar se valeu a pena “recuperar” Dahrendorf. Um exemplo: quando afirma que a opção pelo liberalismo reformista é insuficiente para responder aos questionamentos apresentados pela sociedade capitalista. Mas o leitor vai perceber, ao final da leitura, que essa imersão nas ideias do pensador germano\inglês é recompensadora e retoma temas que estão até agora sem resposta.

Como disse, este livro pode e deve ser indicado para estudantes das ciências sociais. E por vários motivos. O primeiro deles é que Antonio Carlos apresenta uma biografia necessária de um autor que foi pouco estudado: sem ela seria difícil entender como sua teoria foi construída junto com sua história de vida em um período de tantas transformações. Ralf Dahrendorf nasceu em 1939 e faleceu com 80 anos em 17 de junho de 2009, quando este livro estava no prelo. Viveu refletindo, construindo sua teoria e participando de um momento de grandes mudanças na sociedade, pois foi um intelectual e cidadão ativo até o final da vida. Só para ilustrar e para chamar a atenção de nossos jovens cientistas sociais (mesmo ressaltando que Dahrendorf não vai tratar de todas estas questões): esse período marcou o início e o fim da Guerra Fria, simbolicamente representada pela queda do Muro de Berlim em 1989; o fim da União Soviética em 1991; o ressurgimento do liberalismo econômico e político, inicialmente na Inglaterra e depois nos Estados Unidos; a introdução de novas tecnologias e a reestruturação dos setores produtivos e organizacionais das empresas com a consequente alteração das relações de trabalho; a presença da informação via internet no cotidiano das pessoas; o surgimento das redes sociais; a nova força no jogo do poder representado pela opinião pública; a sociedade civil arrebatando as barreiras do Estado-nação em torno da defesa dos direitos humanos e dos relacionados a negros, mulheres, homossexuais, meio ambiente e deficientes; a questão ecológica encarada como

uma ameaça à sobrevivência humana; o sonho da paz universal com direitos universais colocado em xeque pelo unilateralismo e pelos fundamentalismos.

O segundo motivo é que Dahrendorf foi um pensador que desafiou com muita coragem e competência os modelos totalizantes os quais dominaram o pensamento das ciências sociais do século XIX até meados do século XX e tentaram dar respostas às questões que desafiavam os pensadores. De Parsons (funcionalismo) a Marx (classes sociais), entre outros que trilharam a mesma rota. Aqui Antonio Carlos nos dá a oportunidade de olhar sem medo a visão do pensador germano/inglês sobre alguns “dogmas”. Tenho certeza que os estudantes não se sentirão como “pecadores” ao ler o segundo capítulo. Irão perceber que o problema dos modelos totalizantes não está, por exemplo, nas interpretações geniais de Durkheim sobre as formas de solidariedade e controle social – elementos fundadores das sociedades em sua teoria. Nem na explicação da origem das desigualdades na teoria marxista sempre atual. O problema está no engessamento e no ato de fé quase religioso que seus seguidores se impuseram, empobrecendo e muitas vezes aniquilando o poder explicativo desses modelos ao encarar os acontecimentos da sociedade real na sua contemporaneidade. E, no final do século XX, nenhuma das promessas originadas das utopias totalizantes se cumpriu. E quais eram essas promessas: se o capitalismo for derrotado acaba a pobreza e as injustiças (socialistas); se a economia crescer acaba a pobreza (capitalistas desenvolvimentistas); o Estado será capaz de acabar com a pobreza (social-democratas defensores do estado de bem-estar social).

O terceiro motivo é que Antonio Carlos nos leva a acompanhar os percursos teórico-metodológicos perseguidos por Ralf Dahrendorf. E por que essa trajetória é importante? Vamos seguir o conceito de conflito social. Ao identificar dois modelos teóricos na sociologia contemporânea – a teoria da integração da sociedade (privilegiando a estabilidade) e a teoria da coerção da sociedade (privilegiando a mudança) –, Dahrendorf propõe a união desses dois enfoques. Para ele, o conflito social está ancorado tanto

nas normas, papéis, instituições, estruturas (teoria da integração) quanto nas dinâmicas de mudança da sociedade presentes nos conflitos de interesses (teoria da coerção). Surge daí, por exemplo, uma nova forma de compreender e explicar o antagonismo entre burgueses e proletários: ele não deve ser olhado apenas nas suas características de ruptura, mas também tem que ser olhado nas suas características integradoras. Esse desengessamento conceitual permite, por exemplo, que seja construída uma tipologia composta por cinco espécies de conflito social: conflito entre papéis, entre grupos sociais, entre grupos de interesse, entre agrupamentos como partidos ou entes federativos e entre países. Com essa tipologia está dado o passo para a pesquisa de situações concretas.

Sem entrar na discussão da validação empírica de seu conceito de conflito social e de seus desdobramentos (discussão esta da qual Antonio Carlos não foge, mas eu vou fugir), Dahrendorf mostra ser um intelectual que enfrentou mais um desafio do qual nenhum cientista deve nem pode se omitir: “prever para prover”. Longe de um viés positivista, ele se apresenta como um estudioso em busca da “verdade”, que deve e pode ser anunciada, mesmo que com grandes riscos. Ao decompor o conceito de conflito social, está preocupado com sua aplicabilidade na observação de fenômenos contemporâneos; e nas “soluções” para as crises que a sociedade enfrenta. E, para isso, não teme romper falsas fronteiras.

O quarto motivo tem origem numa sequência do raciocínio anterior e, para tanto, recomendo uma leitura atenta do quarto capítulo. Ali Dahrendorf é apresentado através da análise de uma conjuntura concreta que se desdobra em propostas de intervenção política. Qual o futuro das sociedades democráticas longe dos perigos dos regimes de exceção, à esquerda e à direita?

Para dar respostas concretas, trabalha com alguns conceitos centrais: provimentos (riquezas acumuladas) e prerrogativas (direitos acumulados) bem como chances de vida com suas opções (as escolhas que as pessoas têm que fazer) e ligaduras (as coordenadas que dão às escolhas algum sentido). O problema que aponta, e que representa uma ameaça concreta à democracia

nas sociedades contemporâneas, é que os provimentos cresceram desproporcionalmente em relação às prerrogativas. A democracia depende, para ele, do “alargamento” das chances de vida, isto é, depende tanto da riqueza quanto do acesso aos bens materiais, culturais e políticos (cidadania) pelo maior número de pessoas. E, ao observar sociedades concretas, não é o que encontra; o que vê é o declínio do Estado de bem-estar social tanto do ponto de vista econômico (estagflação, queda nos níveis de renda e emprego) quanto do ponto de vista social e político (Estado benfeitor e suas políticas de direitos). E identifica um fenômeno que Weber já havia previsto: a democratização trouxe consigo o aumento da burocratização dos procedimentos e da vida cotidiana dos indivíduos que, longe de significar mais liberdade e igualdade, representou um aumento de seu aprisionamento a rituais. Daí segue-se a crise de legitimidade que, na sua expressão extrema, põe em risco a sociabilidade humana.

Finalmente, propõe as suas “soluções”: a demanda por mais lei e mais ordem, via reconstrução das instituições. Discute a tendência mundial de aumento dos crimes e a incapacidade do Estado de vigiar e punir: pensemos, por exemplo, no fracasso das políticas de combate às drogas. E aqui se concentram as principais críticas de Antonio Carlos ao trabalho de Ralf Dahrendorf, pois considera essa proposta de saída para a crise como uma “volta” a posições conservadoras típicas do liberalismo.

Se ainda não consegui interessar o leitor para a leitura deste livro que recupera o pensamento de Ralf Dahrendorf, talvez este argumento convença: partimos do fim da Guerra Fria e chegamos ao tráfico de drogas e ao crime organizado. Tudo isso com um caminhar teórico, empírico e propositivo que, mesmo que discordemos, é fascinante.

Gilda Figueiredo Portugal Gouvêa

Apresentação

ESTE LIVRO, que é fruto da dissertação de mestrado apresentada em 2007 ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), tem como objeto de análise um autor e uma corrente específica de pensamento. Trata-se do filósofo e sociólogo germano-inglês Ralf Dahrendorf (1929-2009) e do liberalismo. As convicções políticas de Dahrendorf eram liberais, e sua produção intelectual representou um esforço em encontrar as bases teóricas de um liberalismo adaptado à sociedade contemporânea.

O autor tem importantes contribuições à teoria social, em especial à teoria sociológica e à teoria política contemporâneas. A gama de assuntos de seu interesse vai desde a crítica aos modelos funcionalista e marxista/marxiano de análise social e de sociedade aos temas mais atuais, como aqueles ligados ao conflito social, à autoridade, à cidadania, à política constitucional, entre outros.

Nascido na Alemanha em 1929 e recentemente falecido aos 80 anos, Ralf Dahrendorf naturalizou-se inglês e estava radicado na Inglaterra há duas décadas. Intelectual de elevada estatura, sua produção teórica merece, mas ainda não goza a devida atenção nos meios acadêmicos e intelectuais, sobretudo no Brasil. Talvez o fato de encontrar-se intelectualmente ativo até pouco tempo atrás explique, em parte, esse imerecido silêncio, visto que os autores costumam ter

suas obras visitadas e avaliadas preferencialmente após falecerem, o que parece compreensível, embora por vezes injusto se levada em consideração a importância que alguns conheceram ainda em vida. Este livro, de toda forma, escrito entre 2005 e 2007, com Dahrendorf ainda vivo e ativo, cobre uma parte dessa lacuna.¹

Optamos, deliberadamente, por empreender um *voço panorâmico* sobre sua obra, cobrindo, desta maneira, seu conjunto. De acordo com o plano inicial, foram problematizados aqueles que consideramos os principais eixos de sua produção intelectual, distribuídos analítica e criticamente pelos cinco capítulos do livro, além da conclusão. Evidentemente, não temos a pretensão de esgotar a discussão sobre sua obra, que é rica e diversa.

Com efeito, no primeiro capítulo oferecemos um breve panorama biográfico de Dahrendorf conjunto às suas inserções no âmbito do liberalismo, de modo a situá-lo ao leitor. É importante salientar desde já que não logramos com esse capítulo uma espécie de *metodologia*, isto é, a história de vida de Dahrendorf – e suas convicções políticas – como suporte analítico *per se*; mas antes acreditamos, e esperamos mostrar ao leitor, que a história de Dahrendorf mistura-se à sua teoria de maneira tal que não demarcar claramente esse traço tornaria o conjunto do estudo deficiente. Daí a opção por tornar sua biografia o assunto introdutório e não empreender essa análise ao longo do trabalho.

O fato de Dahrendorf não ser, como observamos, um autor que tenha merecido muitos estudos configura mais uma

¹ Como observado, o livro foi escrito primeiramente como dissertação de mestrado, e todas as alterações para a publicação já haviam sido realizadas quando Dahrendorf faleceu, em junho de 2009. Na dúvida entre manter o texto sem nenhuma alteração ou menção ao fato ou promover pequenas adequações, optamos pela segunda alternativa, de modo a publicá-lo já atualizado e, sobretudo, como uma forma de homenagem. Acrescentamos, não obstante, que as alterações foram efetuadas apenas quando nos referimos aos eventos que dizem respeito à vida e à biografia do autor, mantendo o restante, sobretudo o tempo presente, ao nos referirmos à obra.

justificativa para assim procedermos. Talvez sejamos acusados de pintar com cores demasiadamente biográficas este trabalho. Esperamos mostrar aos possíveis arguentes a inevitabilidade desse procedimento, senão por conta da confessa admiração e interesse intelectual pelas grandes biografias humanas de nossa parte, pela especificidade da obra do autor estudado.

Em seguida, no segundo capítulo, investigamos a primeira produção de Dahrendorf: a crítica ao funcionalismo de Talcott Parsons e ao modelo de classes sociais presente de maneira dispersa na obra de Karl Marx. Tentamos mostrar que, embora o ataque seja estabelecido a estes autores e suas respectivas teorias, consideradas pelo autor como *utópicas*, o que lhe interessa realmente é estabelecer uma crítica aos modelos que considera como totalizantes da realidade social; seja o de Rousseau, de Hegel, de Parsons, de Marx ou de quem quer que tenha buscado estabelecê-lo. Os dois últimos foram escolhidos por Dahrendorf devido à contemporaneidade, à influência e ao reconhecimento que obtiveram na sociologia. Por isso sua opção em dirimi-los.

No terceiro capítulo, analisamos a proposta dahrendorfiana sobre o conflito social, sua institucionalização (regulação) e suas configurações posteriores ao modelo marxista. Isso representa a resposta teórica e protofilosófica de Dahrendorf aos sistemas fechados de Parsons e Marx. O *modelo* mais adequado às sociedades *post-capitalistas* seria, para nosso autor, aquele no qual o conflito social é força motriz, mas o conflito *ubíquo* e pautado em termos de *autoridade*, e não somente no antagonismo entre burgueses e proletários.

Os capítulos quarto e quinto tratam especificamente de sua produção mais recente. Depois de estabelecido o percurso que vai da crítica aos modelos considerados como *utópicos* e daí para o conflito social (e, com ele, para a progressiva equalização de *status* e oportunidades nas sociedades contemporâneas), Dahrendorf pavimenta sua passagem da sociografia para a o liberalismo propriamente dito, mudando não apenas seu tom analítico, mas principalmente sua própria maneira de encarar os desafios da

política liberal na contemporaneidade. Essa passagem e os marcos teóricos dela oriundos são examinados no quarto capítulo.

O quinto e último capítulo é baseado quase que exclusivamente na obra *A lei e a ordem* (1987). A intenção é a de apontar as últimas consequências do pensamento liberal de Dahrendorf, isto é, expor como este texto pode ser encarado, em termos epistemológicos e político-filosóficos, como uma espécie de *apelo conservador* em seu posicionamento, tendo em conta a lógica interna e o conjunto de sua teoria. A demanda por mais lei e mais ordem constitui-se como característica principal desse recrudescimento. Também será tratado nesse capítulo o modelo filosófico final e ideal de sociedade perseguido por Dahrendorf: a sociedade civil mundial.

Após os cinco capítulos, oferecemos uma breve conclusão com algumas considerações críticas sobre o conjunto da produção do autor analisada no livro. Abrimos alas, nesse momento, para criticá-lo naquilo que consideramos configurar, ao mesmo tempo, sua maior luta e lacuna: a opção pelo liberalismo reformista, que é, em nossa visão, insuficiente para cobrir o leque de questionamentos e desafios apresentados pelas sociedades capitalistas contemporâneas.

Finalmente, no formato de um apêndice, oferecemos um texto que é baseado essencialmente na análise de três artigos compilados em *Sociedade e liberdade* (1981b), nos quais Dahrendorf buscou, no calor da hora, refletir sobre o futuro da Alemanha que estava sendo redesenhado no pós-guerra. Trata-se de um pequeno excerto escrito originalmente a partir das discussões oriundas de um curso do mestrado que frequentamos.

No entanto, por se tratar de uma análise de textos nos quais Dahrendorf volta seu arsenal analítico à realidade concreta (e este é um dos argumentos gerais deste livro: a sua habilidade em articular sua teoria às realidades históricas), achamos por bem incluí-lo. Ressaltamos, entretanto, que se trata de uma breve análise e a proposta não é oferecer conclusões, apenas levantar questões pertinentes que devem ser consideradas em conjunto ao restante do livro.

Introdução

A ANÁLISE crítica do conjunto da produção de um autor importante como Ralf Dahrendorf impõe alguns pressupostos metodológicos e mesmo algumas escolhas de ordem pessoal por parte do pesquisador que devem ser respeitados e prontamente informados ao leitor.

Nesse sentido, gostaríamos de ressaltar que, no percurso dos capítulos, como logo se verá, empreendemos uma leitura *imane*nte dos textos de Dahrendorf, de modo a analisá-los internamente, sem nos posicionarmos, necessariamente, de maneira excessivamente crítica em relação a eles. O intuito desse procedimento metodológico é o de trazer à tona os conceitos, análises e proposições que, se examinadas em conjunto, poderão permitir a devida compreensão crítica, bem como a marca e os limites, das condições sócio-históricas que orientaram e marcaram sua produção (COHN, 1979).

Pretendemos, assim, não apenas distinguir as aproximações e descompassos entre o esquema dahrendorfiano e os outros com os quais dialoga; mas, antes, vislumbrar a possibilidade de apreender o contexto em que a obra foi produzida a partir de seu próprio interior, isto é, de seus conceitos e de sua articulação.

Consideraremos criticamente, de acordo com o entendimento de autores como Alberto Izzo (1991) e Sérgio Adorno (1996), certa divisão (ou mesmo um corte de ordem epistemológica) em duas etapas na obra teórica do autor: um *primeiro Dahrendorf*, em que

estão agrupados seus primeiros escritos, realizados entre meados da década de 1950 e a primeira metade da década de 1970; e um *segundo momento* de sua obra, que compreende a produção de meados da década de 1970 até os dias de hoje.

Como primeiro Dahrendorf tomamos as obras nas quais ele tende a contestar, de uma só vez e de maneira sistemática, os fundamentos da teoria do consenso social de Talcott Parsons, bem como produzir uma espécie de atualização da teoria do conflito e da teoria de classes de Karl Marx. Esse conjunto de trabalhos compreende duas coletâneas de ensaios publicadas no Brasil, uma sob o título *Sociedade e liberdade* (1981b)² e outra *Ensaio de teoria da sociedade* (1974),³ além da obra que marcou sua produção, dando-lhe grande notoriedade e destaque nas ciências sociais: *As classes e seus conflitos na sociedade industrial* (1982),⁴ entre outras obras derivadas, muitas vezes, de palestras e conferências.

Datam dessa época também sua própria teoria do conflito e seus primeiros escritos que versam especificamente sobre a temática da liberdade.⁵ Consideraremos neste livro, de maneira analítica e crítica, essas três obras como referenciais para o primeiro Dahrendorf, uma vez que as outras escritas à época contemplam discussões nelas contidas.

No texto mais importante do período, *As classes e seus conflitos na sociedade industrial*, Dahrendorf parte da premissa

² A edição original da obra em alemão, *Gesellschaft und Freiheit: Zur soziologischen Analyse der Gegenwart*, é de 1961.

³ A edição original em inglês, *Essays in the theory of society*, é de 1968.

⁴ A edição original em alemão, *Soziale Klassen und Klassen-Konflikt in der Industriellen Gesellschaft*, é de 1957. O próprio Dahrendorf fez a tradução/revisão/ampliação para a edição em inglês (de 1959) da qual a tradução brasileira é fruto. Cabe ressaltar que Dahrendorf escreveu a obra em 1954-1955, como licenciamento na Université de la Sarre, em Saarbrücken, aos 26 anos, dois anos antes, portanto, de sua primeira edição, ampliada.

⁵ Sobretudo o capítulo “O futuro da liberdade”, que consta na obra *Sociedade e liberdade*.

de que muitas das previsões de Marx foram refutadas pelo desenvolvimento das sociedades industriais no século XX e de que a teoria do conflito em Marx não é capaz de cobrir a complexidade das sociedades contemporâneas nem seus conflitos, que estão deslocados da esfera da produção.

Desta forma, o desenvolvimento das forças sociais justificaria que a teoria de classes em Marx fosse colocada em xeque quando confrontada a observações empíricas, assim como, inclusive, a própria teorização marxiana do proletariado como agente histórico-social portador da possibilidade de emancipação. Dahrendorf afirma que a teoria marxiana possui ainda outra lacuna: a necessidade da elaboração de uma teoria do conflito que seja aplicável não apenas à sociedade capitalista, mas às sociedades industriais em geral.

Paralelamente à crítica a Marx, Dahrendorf, nas três obras em questão, mas de maneira espargida, propõe uma crítica sistemática à teoria do consenso social de Parsons. Seu principal argumento reside no fato de a teoria parsoniana supostamente rejeitar a *função dos conflitos* nas sociedades, constituindo sistemas interpretativos fechados e utópicos. Para Dahrendorf, o modelo estrutural-funcionalista de sociedade não admite qualquer tipo de mudança, uma vez que se baseia na ideia de que cada indivíduo desempenha um papel definido e funcional ao equilíbrio social, não havendo, pois, espaço para o conflito, suposto aspecto estruturador da teoria dahrendorfiana.⁶

Partindo da crítica dessa não possibilidade (em relação ao conflito social), Dahrendorf propõe sua própria tese. O conflito seria funcional – no sentido *não funcionalista* do termo – à sociedade, à medida que é o próprio motor transformador da história. Para o

⁶ “A concepção de Parsons baseia-se no conceito de função positiva, sob uma eu-função social e exclui toda disfunção possível [...] quero insistir que o modelo parsoniano de sociedade é utópico, porque a pinta como se fosse finita, perfeita: uma sociedade que não precisa transformar-se.” (DAHRENDORF, 1981b, p. 23).

autor, uma sociedade baseada no modelo estrutural-funcional, no qual tudo segue uma marcha para a perfeição, evoca um quadro terrível, já que tal pretensa estabilidade estende-se à realidade sociopolítica concreta, tornando-a totalitária.⁷

Segundo sua argumentação, no conflito repousa o próprio caráter histórico-antropológico das sociedades humanas, pois as respostas divergentes garantem que o homem, através de suas inquietações e incertezas, busque sempre soluções divergentes às situações e desafios que se apresentam cotidianamente. No conflito, na mudança e na multiformidade da realidade social repousam, com efeito, o caráter de incerteza intrínseco ao ser humano.

§

Por segundo Dahrendorf, ou Dahrendorf mais recente, entendemos um redirecionamento de suas preocupações, deslocadas doravante para a percepção e crítica da natureza dos conflitos contemporâneos, bem como das novas oportunidades advindas do alargamento das *chances de vida*. A essa fase compreendem, substancialmente, suas obras *A lei e a ordem* (1987),⁸ *O conflito social moderno: um ensaio sobre a política da liberdade* (1992),⁹

⁷ “Quem quiser conseguir uma sociedade sem conflitos, tem que fazê-lo pelo terror e pela força policial; pois só a representação de uma sociedade sem conflitos é um ato de violência cometido contra a natureza humana.” (DAHRENDORF, 1981b, p. 84).

⁸ A obra foi apresentada inicialmente em inglês, sob o título *Law and order* em 1985.

⁹ Tradução para o português do original em inglês *The modern social conflict: an essay on the politics of liberty*, publicado em 1988.

Reflexões sobre a revolução na Europa (1991) e *Após 1989: moral, revolução e sociedade civil* (1997). As duas primeiras são as mais importantes e representativas desse período e foram tomadas como referenciais neste livro; ao passo que a terceira constitui-se em um ensaio crítico sobre o desfecho do modelo soviético em 1989 com a queda do Muro de Berlim. Já *Após 1989* reúne um conjunto de conferências, todas da década de 1990, em que Dahrendorf expõe caracteristicamente as preocupações – e convicções – da fase madura de sua reflexão.

Em 1985, três anos antes da publicação de *O conflito social moderno*, lançava-se a obra *A lei e a ordem*, fruto, originalmente, de quatro conferências proferidas por Dahrendorf.¹⁰ Esta já reunia boa parte do arcabouço teórico que desfilaria depois na obra então em confecção, *O conflito social moderno*. Embora seja um estudo que muito se aproxima a um ensaio, portanto de cunho mais descritivo, em *A lei e a ordem* Dahrendorf oferece um texto erudito e fortemente argumentado sobre o futuro da ordem social e da liberdade (ADORNO, 1996).

O maior obstáculo para efetivar a política da liberdade seria, em sua argumentação, *a erosão da lei e da ordem*, que tem como principal sintoma a incapacidade do Estado em cuidar das pessoas e dos bens – e em punir de maneira sistemática e eficaz as infrações às normas. As principais consequências desse cenário seriam a escalada do crime e a generalização do sentimento de insegurança.

Embora o tema principal abordado em *A lei e a ordem* (o futuro da sociabilidade humana) esteja contemplado em *O conflito social moderno*, tal discussão não foi superada nesta obra, ainda que seja mais abrangente. Ambas são, antes, complementares, pois

¹⁰ O texto publicado em livro, contudo, foi remodelado em relação às conferências. A obra é, agora, mais sugestiva que propositiva: “Embora este livro tenha o dobro do tamanho das conferências, manteve o mesmo formato, incluindo a possibilidade fornecida por este tipo de arte, de se deixar um argumento suspenso no ar, mudar de assunto e suscitar questões, sem que se lhes deem respostas definitivas.” (DAHRENDORF, 1987, p. i).

que tanto numa quanto noutra há o diagnóstico e certo ensejo de proposição, bem como o delineamento da problemática em seus contornos teóricos e filosóficos. Podemos dizer que *A lei e a ordem* é peça seminal para a compreensão do diagnóstico sobre a sociedade contemporânea empreendido por Dahrendorf, pois revela os limites da ordem social em sua argumentação, ao passo que *O conflito social moderno* representa, por sua vez, o coroamento de sua carreira intelectual.

Com efeito, após a crítica sistêmica dos modelos *funcionais* e *utópicos*, funcionalista e marxista, respectivamente, presentes nos primeiros textos de Dahrendorf, ocorre paulatinamente certa mudança de paradigma teórico, que passa a ser moldado pelas questões da legalidade, da sociedade civil e cidadania, da lei e da ordem e do conflito (não mais o puramente de origem classista em termos antagônicos, mas, antes, o conflito resultante da luta pelo poder configurado em termos de *autoridade*).

Efetivamente, há certa distinção, de caráter substancial, entre os escritos mais antigos e os mais recentes de Dahrendorf, como reflexo de sua carreira intelectual e acadêmica, bem como de sua formação e atuação política concreta. Contudo a temática da *sociedade aberta* (ou do liberalismo institucional) representa o *fio condutor* que confere unidade à obra, vale dizer, uma espécie de escopo que a permeia. Tal é, portanto, nosso principal argumento de trabalho.

Contudo, se é possível vislumbrar essa distinção, ela se torna heurísticamente apreensível na exata medida em que não se perde de vista a unidade, isto é, Dahrendorf, embora tenha redirecionado o foco de suas preocupações, ainda assim mantém, no nível teórico e filosófico, o liberalismo institucional e a crítica aos modelos teórico-empíricos considerados como refratários ao conflito como *leitmotiv* de sua obra. Numa palavra, sua crítica se dirige a toda espécie de *historicismo*; a toda espécie de *teleologia histórica*.

Dahrendorf pertence à estirpe do liberalismo social, vale dizer, à corrente específica advinda da teoria liberal que emergiu no crepúsculo do século XIX, antagonista em diversos aspectos

ao liberalismo que a precedeu. Seus adeptos buscaram uma ênfase na liberdade positiva, uma preocupação com a justiça social e um desejo em substituir a economia do *laissez-faire*.

Esse grupo de novos objetivos, ainda que não de maneira absolutamente homogênea, levou a termo uma nova visão política liberal de sociedade e de economia, enquanto as velhas reivindicações de direitos individuais (desde o contratualismo de Locke, que foi a apoteose do direito natural no sentimento individualista moderno) abriam alas para exigências mais igualitárias (MERQUIOR, 1991).

No campo da teoria sociológica específica, Dahrendorf percorreu diversos caminhos. Muitos o conhecem nos meios intelectuais como o teórico do conflito, e outros não hesitam em imputar-lhe a distinção de teórico da sociedade industrial. Estudiosos (que, diga-se, são poucos) de sua produção mais recente afirmam ser ele o teórico neoliberal das reivindicações igualitárias, do liberalismo social/institucional. Todos têm razão, acrescentaríamos. Seu percurso intelectual, de acordo com o que procuraremos mostrar adiante, primeiramente apenas acadêmico e depois como político de ofício, são exemplos de sua versatilidade para além da carreira teórica.

Os temas com os quais trabalhou representam uma espécie de *aprimoramento* contínuo, não no sentido evolutivo do termo, e sim cumulativo. O próprio Dahrendorf admite em diversas passagens de seus textos que sua teoria é reflexo, em grande parte, de seu percurso biográfico e intelectual; por isso ela não pode ser (e o liberalismo que postula também não o é) estacionária, imune aos acontecimentos históricos que se nos apresentam diariamente.

Dahrendorf também nos ofereceu uma acurada análise sobre a sociabilidade humana na contemporaneidade. Suas preocupações com o crescimento da violência e da marginalidade são flagrantemente oferecidas um panorama reflexivo digno de estudo sistemático. Embora Dahrendorf (na introdução de *A lei e a ordem*) diga explicitamente que a obra não está circunscrita ao âmbito da sociologia criminal – devido ao quadro empírico que descreve e às cifras que apresenta –, parte de sua sociologia recente pode ser entendida como um

esforço nesse sentido,¹¹ já que trabalha com tais dados de maneira analítica e de modo a inseri-los em sua argumentação.

Cabe ainda salientar, ao enfatizarmos essa interface necessária entre obra e teoria, que é absolutamente sintomático o fato de Dahrendorf, com as exceções de *As classes e seus conflitos na sociedade industrial*, de *O conflito social moderno* e de *Reflexões sobre a revolução na Europa* (que é um ensaio), ter publicado todas suas demais obras no formato de conferências,¹² palestras ou artigos de intervenção política que acabariam depois coligidos em livros. Esse *modus operandi* representa seu esforço para além dos muros da academia; representa, acreditamos, a tentativa de tornar suas ideias mais acessíveis ao público não especializado, bem como caracteriza o componente engajado de sua obra. Aceitaremos e circunscreveremos, neste estudo, Dahrendorf no panteão do *liberalismo sociológico*, vale dizer, na corrente liberal do pós-guerra em que se buscou o entendimento sistemático dos contrastes oriundos da sociedade industrial.

Finalmente, acrescento este último parágrafo à introdução já com o livro indo ao prelo. Recebi extremamente consternado e surpreso a notícia da morte de Ralf Dahrendorf,¹³ que acabava de completar 80 anos. Não posso deixar de externar aqui minha tristeza, dado o profundo respeito intelectual e humano que nutria por sua figura (em que pese às diversas discordâncias teóricas apresentadas nas linhas que seguem).

Jactava-me de ter feito tese, agora vinda a lume em livro, sobre um filósofo e sociólogo inglês, cuja origem germânica era denunciada prontamente pelo sobrenome e que, ainda por cima, estava vivo. Não está mais...

¹¹ Se não explicitamente no ramo da *sociologia criminal*, no das reflexões sobre a violência na contemporaneidade.

¹² Alguns dos artigos da década de 1950, por exemplo, coligidos em *Sociedade e liberdade* são frutos de radioconferências, então muito populares na Alemanha.

¹³ Ocorrida no dia 17 de junho de 2009, na cidade de Colônia, na Alemanha.

CAPÍTULO I

Percurso intelectual e inserção no liberalismo

1.1 História de vida como aporte analítico

A OPÇÃO entre privilegiar ou não a história de vida de determinado autor em relação ao conjunto de sua obra divide opiniões e promove discussões acaloradas de parte a parte. Há casos nos quais a decisão é de ordem apenas epistemológica ou metodológica e não envolve diretamente aspectos relacionados ao conteúdo e aos desdobramentos da análise em curso. No nosso caso, entretanto, por tratarmos da teoria política de um autor que é também um ativista político e, mais que isso, por acreditarmos que tal teoria não existiria da maneira como foi confeccionada sem que se leve em conta tais entrelaçamentos, optamos logo de saída por traçar sumariamente alguns acontecimentos importantes e representativos da vida de Dahrendorf, bem como do liberalismo do qual é partidário.

A história pessoal de Dahrendorf é um componente importante para o devido entendimento de sua produção. A questão do limite entre a influência biográfica e as colorações da obra (e vice-versa) remonta a discussões de cunho filosófico e também de predileção

teórica. Primeiramente no âmbito próprio às especulações, em que se tenta buscar (e os biógrafos são destros nesse pormenor) os possíveis elos que atrelam determinadas especificidades da obra com as experiências de vida do autor, dando a ela, a obra, determinados enfoques. Depois, e é isso que nos interessa mais aqui, no que se refere ao debate clássico no âmbito da sociologia, ainda que mais restrito ao campo romanesco, no qual a literatura – ou no nosso caso a obra de cunho teórico-político – se apresenta como forma de discurso que revela realidades. O engajamento social do autor, nesses casos, acaba por moldar sua obra, imbuindo-a de valores que não só os estéticos ou testemunhais (no caso de Dahrendorf, testemunho político em que se encontram fundidas a teoria e a prática).

Tendo em vista a especificidade de seu liberalismo, aspecto importante que permeia sua obra e vida, conferindo a elas tons e conotações político-ideológicas específicas, podemos traçar criticamente o percurso intelectual de Dahrendorf, após meio século de ativa produção.

Nas palavras de Vamireh Chacon:

Para entendê-lo [Dahrendorf], cumpre analisar o itinerário deste misto de sociógrafo-sociólogo e cientista político, prolongando-se em crítico da sociedade alemã e da industrial em geral, filósofo político e partidário, *tout court*. (DAHRENDORF, 1969, p. 9).¹⁴

Antonio Candido, em texto clássico (CANDIDO, 2001), propõe que a sociologia da literatura¹⁵ não deve ater-se apenas ao

¹⁴ Introdução de Vamireh Chacon à obra *Homo sociologicus*. Outra tradução desse texto está coligida em *Ensaio de teoria da sociedade* (1974).

¹⁵ Ressaltamos uma vez mais que a obra de Dahrendorf não é de caráter romanesco, não constituindo, pois, literatura ficcional, objeto central de Antonio Candido. Entrementes, como valor heurístico do ponto de vista sociológico, pensamos que há obras nas quais se vê espelhado muito da vida do autor, sobretudo as obras de intervenção política, ainda que não se constituam propriamente em obras ficcionais.

valor estético em si – lógica interna, personagens, fatos, enredo etc. – mas também aos fatores externos que dão à obra seu valor propriamente sociológico. Mais especificamente, Candido propõe seis *tendências* possíveis de apreensão e análise das narrativas literárias pelos sociólogos, entre elas uma que nos parece mais frutífera à análise dahrendorfiana.

Trata-se do tipo que estuda a posição e a função social do escritor, bem como suas experiências de vida, procurando relacionar a sua posição com a natureza da sua produção, e estas com a organização da sociedade (CANDIDO, 2001, p. 10-14). Disso deriva outro tipo, também presente em Dahrendorf, que identifica clara função política e ideológica nas obras (comum, de resto, como observa Candido, a autores marxistas como Lukács e Gramsci, entre outros).

Em tais análises:

[...] nota-se o deslocamento de interesse da obra para os elementos sociais que formam a sua matéria, para as circunstâncias do meio que influíram na sua elaboração, ou para a sua função na sociedade. (CANDIDO, 2001, p. 12).

Acreditamos que sem estabelecermos as linhas de intersecção entre as experiências de vida de Dahrendorf e sua obra – sobretudo sua atuação política – a análise ficará deficitária e incompleta. Não estamos propondo, entretanto, em absoluto, uma hipótese determinística, tampouco outra de ordem psicológica na qual sua obra seja fruto unidimensional de sua biografia. Tal empresa denotaria ingenuidade analítica e ao mesmo tempo encerraria uma armadilha metodológica. Trataremos apenas de indicar alguns dos traços da vida e da atuação política de Dahrendorf que se nos parecem mais relevantes para o propósito analítico no estudo em curso: o entendimento global de sua obra.

Segundo o filósofo político italiano Alberto Izzo:

Se a uma distância de decênios é relativamente fácil individuar o nexo que transcorre entre o pensamento de determinados autores e a suas situações histórico-sociais, quando se trata de contemporâneos, inseridos na *nostra* realidade, a falta de

perspectiva pode deixar o trabalho mais difícil. No que diz respeito a Ralf Dahrendorf, todavia, não seria imprudente afirmar que ele representa, com a sua teoria sociológica, a típica expressão da Alemanha Ocidental depois da subdivisão política da nação germânica, depois da segunda guerra mundial, em dois setores, cada um fazendo parte de “blocos” diversos, até 1989. O anticomunismo oficial, de um lado, e, do outro, as novas exigências democrático-parlamentares depois da catástrofe nazista parecem constituir os interesses centrais do autor aqui em questão. (IZZO, 1991, p. 352, grifo do autor).

Nessa perspectiva, de acordo com o próprio Dahrendorf (1981a, p. 1):

A minha experiência antifascista foi a de um militante muito jovem. Pertenceo a uma família social-democrata. Meu pai foi deputado social-democrata durante a República de Weimar e exerceu atividades políticas durante toda sua vida. Pertenceu à resistência ao nazismo, foi preso pela primeira vez em 1933, depois em 1938 e, novamente, em 20 de junho de 1944. Nessa época, iniciei, com alguns amigos, uma espécie de associação estudantil. Tinha apenas 15 anos e talvez a minha atuação tivesse apenas a metade da gravidade que meus olhos de adolescente captavam. O que fizemos foi distribuir panfletos sobre os campos de concentração, e que atacavam o Estado da SS e faziam propaganda pelo fim da guerra e do regime nazista. Tudo caiu aos olhos da Gestapo e, assim, em novembro de 1944, eu e um amigo fomos presos e depois enviados a um campo de concentração, de onde fomos soltos por decisão da própria SS, no dia em que os russos chegaram.¹⁶

¹⁶ Em passagem também pungente, acrescenta Dahrendorf: “[...] o campo de concentração era de fato uma experiência muito diferente: na penumbra da manhã, filas sob o congelante vento do leste, à espera de um prato de sopa aguada; o brutal enforcamento de um prisioneiro russo, por ter roubado meia libra de margarina; fatias de pão passadas sub-repticiamente a um doente ou um velho, talvez uma lição de solidariedade e, acima de tudo, a sacralidade

E conclui, continuando a citação:

Essa experiência foi muito importante para mim. Jovem como era, senti a experiência do protesto e oposição contra o totalitarismo e, subitamente, compreendi o que significa estar preso, principalmente durante o período de solitária e que, como é óbvio, não foi particularmente agradável. Estou certo de que essa experiência influenciou muito sobre minha formação liberal, apesar de poder dizer que a suporrei bastante bem, pois, como disse, vinha de uma família empenhada na defesa dos valores da democracia. Um dos frutos que colhi é que, hoje, pertenço ao grupo dos que sustentam que os maiores perigos para a democracia podem vir da direita e não da esquerda. (DAHRENDORF, 1981a, p. 1).

As citações, embora longas, não foram sem propósito. Elas sugerem, em parte, a predileção por posições liberais, seja no nível político – e daí a crítica ao nazismo (que viveu e sentiu na pele) e, mais tarde, ao comunismo soviético e aos regimes autoritários da América do Sul –, seja no nível teórico, em que estabelece crítica sistemática àquelas teorias que considera estruturantes e unívocas, resistentes ao conflito e, por natureza, homogeneizantes da realidade social (no campo sociológico, o funcionalismo e o marxismo).

Daí também sua acolhida ao individualismo metodológico weberiano, à metafísica kantiana, à lógica popperiana e a predileção por nortes teóricos que não consideram a realidade social apreensível e inteligível como um todo.

Se alguém quer conhecer a resposta deve poder duvidar do que dizem. Ninguém é capaz de demonstrar ter em mãos

das vidas humanas. Mas foi durante estes dez dias de confinamento solitário que se gerou um anelo quase claustrofóbico pela liberdade, um desejo visceral de não ser cercado, nem pelo poder pessoal dos homens, nem pelo poder anônimo das organizações” (DAHRENDORF, 1979a, p. 13).

a solução de todos os problemas. Vivemos uma condição fundamental de incerteza. E incerteza, neste sentido, implica dizer que deve ser impossível formular respostas diversas. (DAHRENDORF, 1981a, p. 14).

Dahrendorf aceita a alcunha de liberal, pois não concorda com as teorias totalizantes, e delas discorda na medida em que a realidade social, sob esse prisma, ser-nos-ia imposta, e não seria fruto dos anseios individuais. Seu liberalismo, no entanto, é tributário de certa cultura iluminista do progresso na qual o desenvolvimento contínuo das oportunidades de vida dá a tônica, vale dizer, o aprimoramento das condições gerais de vida dos indivíduos é o âmago a ser perseguido constantemente.

Isso o leva inclusive a reconhecer que parte do pensamento marxiano possui o mérito de apontar o caminho ao *aspecto ativo do liberalismo* (DAHRENDORF, 1981a, p. 15), referindo-se aos textos do jovem Marx (em especial *A ideologia alemã*, *A miséria da filosofia* e *Crítica da filosofia do direito de Hegel*), nos quais há, para Dahrendorf, ideias interessantes sobre o progresso humano e para o pensamento liberal.¹⁷

§

Ralf Gustav Dahrendorf nasceu em 1929, na cidade de Hamburgo. Aos 18 anos de idade ingressou no partido Social-Democrata alemão (SPD). Filho de Gustav Dahrendorf, que foi

¹⁷ As ideias de Marx, neste particular, para Dahrendorf, começariam a sofrer o revés, do qual jamais retornariam, a partir de *O Manifesto do Partido Comunista*, em que o pensamento de Marx teria se tornado irremediavelmente utópico, na “pretensão de reconhecer o estágio final da humanidade” (comunismo). Para Dahrendorf (1981a, p. 15), “a história é um processo aberto, um processo sem fim”.

deputado Social-Democrata durante a República de Weimar e exerceu atividades políticas durante toda a vida (pertencendo à resistência e tendo sido preso em três ocasiões diferentes – 1933, 1938 e 1941). Ralf Dahrendorf escolhera a data simbólica de 1º de maio de 1947 (dia de seu aniversário) para o ingresso no SPD.

Na mesma época ingressava na Universidade de Hamburgo, onde estudaria letras clássicas, latim e grego, além de filosofia como matéria optativa. No último ano de sua graduação, mudou definitivamente para a filosofia e defendeu sua tese doutoral sobre Karl Marx.¹⁸ Nos anos de 1952-1954, Dahrendorf estagiou na London School of Economics (LSE), onde obteve outro doutoramento com uma tese sobre o trabalho não especializado na indústria britânica. Nessa época, já era autor de ensaios de fôlego sobre teoria social. Deixou a London School para ingressar no Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, então dirigido por T. Adorno e M. Horkheimer, onde permaneceu, no entanto, por pouco tempo:

Fiquei lá exatamente oito semanas; depois de quatro, compreendi que reinava uma atmosfera opressiva e autoritária, que não me agradava. Na realidade, como liberal, não aceito as verdades patentes. (DAHRENDORF, 1981a, p. 10).

De Frankfurt, Dahrendorf mudou-se para a *Université de la Sarre*, em Saarbrücken, a capital do estado do Sarre, na Alemanha, cidade que possui cerca de 190 mil habitantes e cuja aglomeração urbana engloba a cidade de Forbach, na França. Lá ficou por alguns anos, onde terminou de escrever a versão que seria publicada de *As classes e seus conflitos na sociedade industrial*. Em 1957-1958, esteve no Centro de Estudos Avançados em

¹⁸ Trata-se de um estudo vertical sobre a ideia de Justiça e de Verdade em Marx, intitulado, no original, *Der Begriff des Gerechten im Denken von Karl Marx* (O conceito do justo no pensamento de Karl Marx), depois convertido no livro *Marx in perspektive* (*Die Idee des Gerechten im Denken von Karl Marx*), sem tradução para o português.

Ciências Comportamentais de Palo Alto, nos EUA, permanecendo por um ano apenas, porém muito profícuo, pois lá se encontrava Talcott Parsons, com quem polemizava agudamente à época.¹⁹ Nos Estados Unidos, Dahrendorf tomou contato mais íntimo com o liberalismo inglês e americano, sobretudo de J. S. Mill, o que acabaria moldando sua própria visão política e teórica.

Esse foi realmente um período de intensa atividade intelectual. O ano de 1957 marca também a produção de um dos textos mais clássicos de Dahrendorf: *Homo sociologicus*.²⁰ Nele o autor introduzia no discurso sociológico alemão o importante conceito de *papel*. No conjunto de sua obra, Durkheim tratou de estabelecer os papéis como fatos sociais elementares. Ingressamos nas relações sociais não como indivíduos crus, mas sim envolvidos por roupagens que nossa posição na sociedade nos confere.

Nossa herança como seres sociais/sociáveis nos lega um conjunto de posições (políticas, participação social, preferências pessoais etc.) que nos são ensinadas, passadas e apreendidas. Se as transgredimos, há sanções que nos fazem lembrar os nossos deveres. O *Homo sociologicus*, argumenta Dahrendorf, é o portador de tais papéis; mais que isso, a sociedade é *vexatória*, isto é, aliena de si o *Homo sociologicus*.

Utilizando-se de linguagem kantiana, argumenta que há um indivíduo moral que pode e deve ser visto em separado dos papéis sociais, possuindo, portanto, um caráter *empírico* e outro *inteligível* (ou moral), cabendo a ele ser estimulado a lutar contra as imposições da *sombra sociológica* do homem.

Deliberadamente dialogando com Max Weber e sua busca pela neutralidade axiológica (e também sua distinção entre a

¹⁹ Foi nesse período que teceu sua primeira crítica sistemática ao estrutural-funcionalismo parsoniano, com o ensaio *Além da utopia* (DAHRENDORF, 1981b).

²⁰ Além de possuir edição própria, foi também coligido na já citada coletânea *Ensaio de teoria da sociedade*.

ética da responsabilidade e a das convicções), Dahrendorf propõe que o sociólogo como tal não deve ser um político, no sentido de utilizar sua posição para tal fim, nem tampouco deve abster-se por completo da realidade política que o cerca.

Seu *Homo sociologicus*, com efeito, vive permanentemente em conflito entre a sociedade, que jamais é intrinsecamente moral, e o social. Em sua visão, esse conflito não pode ser solucionado no plano da teoria, mas deve sê-lo na prática. Disso decorre que aqueles que se dedicam ao estudo da sociedade, bem como aqueles que exercem funções políticas, não devem jamais negligenciar sua função crítica como intelectuais.²¹

Após essa rápida passagem pela América, Dahrendorf volta à Alemanha, em Saarbrücken, onde permaneceria por alguns anos. Em pouco tempo estaria de volta à vida política ativa, conciliando-a à acadêmica. Em 1960, Dahrendorf, então precoce professor na referida Universidade, foi convidado a proferir oficialmente uma palestra no congresso do SPD na cidade de Bad Godesberg sobre o governo representativo e as mudanças sociais. Na ocasião, salientou que o desenvolvimento da Alemanha no

²¹ Um bom exemplo disso é a reflexão de Fernando Henrique Cardoso sobre sua vida pública. Em seu livro, que é também uma espécie de testemunho – em especial de seus dois mandatos como Presidente da República (o homem e o intelectual e sua reflexão sobre as experiências como homem público, portanto) –, Fernando Henrique Cardoso avalia, weberianamente, que o político deve ser julgado pela consequência de seus atos, mas que isso não significa que a ação do político dispense convicções (o ex-presidente lembra o oportunamente que o próprio Weber foi deputado na Alemanha e que era apaixonadamente nacionalista). Fernando Henrique Cardoso observa que Weber não separa as duas espécies de ética que analisa, apenas as distingue: a ética das convicções avalia as ações *antes de sua vigência*, ao passo que a ética da responsabilidade *julga as consequências* do ato praticado. O que equivale a dizer que o grande político age sem separá-las e que, caso isso ocorra, “no primeiro caso levará ao fanatismo e, no segundo, ao cinismo” (CARDOSO, 2006, p. 43-49, grifo do autor). Essa é a busca incessante de Dahrendorf, a atuação política responsável, embora embasada em pressupostos éticos e, por que não dizer, ideológicos.

pós-guerra deveria ser pautado cada vez mais na insistência dos direitos individuais e do bem-estar do indivíduo, bem como na liberdade e consequente diminuição do papel do Estado como elemento essencial do desenvolvimento social.

Ao final de sua fala, disse explicitamente que o êxito do SPD (historicamente o partido radical de esquerda na Alemanha) seria garantido somente se houvesse sua pronta transformação aos moldes liberais. Disso se sucederam as vaías e a posição oficial do Partido, que afirmou não compartilhar das palavras e ideias desferidas pelo emergente palestrante. Dahrendorf, por sua vez, respondeu ainda no púlpito que, portanto, provavelmente, jamais teria pertencido àquele partido. Data desse dia seu afastamento formal do SPD e dos socialistas.

O afastamento da vida política perdura apenas até o ano de 1967, quando ingressa no Partido Liberal Alemão (FDP). Segundo Dahrendorf, a adesão foi motivada primeiramente por decisão estratégica, uma vez que o Partido Liberal, embora com posições excessivas à direita, opunha-se à Grande Coalizão de Kiesinger e Brandt.²² Em sua apreciação, tal coalizão, que aglutinava cerca de 90% do eleitorado e dos parlamentares, configuraria um retrocesso à ideia tradicional alemã segundo a qual o conflito é um mal, de modo que é preciso estar de acordo sobre todos os assuntos e deve-se construir um amplo consenso, o que representaria, portanto, um “retorno perigosíssimo a uma perspectiva política [...] profundamente antiliberal, no sentido de contrária à liberdade” (DAHRENDORF, 1981a, p. 3).

Já aqui nosso autor dá sinais claros de pouca tolerância à homogeneização. Àquela altura, argumenta, o FDP representava o único partido de oposição, com cerca de quarenta dos 520 deputados

²² Trata-se da Grande Coalizão de governo na Alemanha, em dezembro de 1966, entre o bloco Democrata-Cristão (Christlich-Demokratische Union de Kiesinger e Christlich-Soziale Union de Strauss) e o Partido Social-Democrata de Brandt.

alemães, e sua adesão deu-se por dois motivos: primeiro a tentativa em romper o círculo de consenso e fomentar a dialética própria entre governo e oposição e, também, findar com os vinte anos ininterruptos de regime Democrata-Cristão, a fim de verificar a capacidade da democracia alemã de mudar sem o recurso da violência. A tentativa obteve êxito. Nas eleições de 1969, o FDP conseguiu superar, ainda que minimamente, os 5% exigidos como condição de sobrevivência aos partidos na Alemanha (obteve 5,8% dos votos).

Já em 1968, Dahrendorf foi eleito deputado no Parlamento de Baden Wurttemberg, a coalizão durou apenas de 1966 a 1968. Neste mesmo ano, os sociais democratas uniram-se aos liberais e saíram vencedores das eleições de 1969. Dahrendorf ocupou o cargo de Subsecretário do Exterior da República Federativa Alemã e tornou-se membro da Comissão Executiva da Comunidade Econômica Europeia entre 1970 e 1974, ano em que ingressou como reitor da London School of Economics, onde ficaria até 1984, afastando-se, com isso, do dia a dia da vida política alemã, sem dela desligar-se, no entanto, por completo.

Esse período na London School of Economics coincide diretamente com sua mudança de paradigmas teóricos. A ocasião em que viveu o dia a dia da política e das relações institucionais, bem como refletiu sobre as possibilidades reais de aplicar os preceitos e ideais teóricos à realidade concreta, serviu-lhe de base aos escritos que se sucederam. Em 1987, e pelos próximos dez anos, foi decano/reitor do St. Anthony's College, na Universidade de Oxford. Em 1988, adotou a nacionalidade britânica e foi feito *Lord* pela Rainha Elizabeth II, adentrando a Alta Câmara do Parlamento Britânico em 1993 com o título de *Barão Dahrendorf de Clare Market*.

Data de 1990 seu ensaio *Reflexões sobre a revolução na Europa*, texto no qual, à maneira de Edmund Burke e seu *Revoluções sobre a revolução na França* (1997), Dahrendorf – escrevendo uma missiva fictícia a um amigo também fictício polonês – expõe suas opiniões teóricas e filosóficas sobre o colapso do comunismo, representado pelo *annus mirabilis* de 1989; e

assinala apaixonadamente os caminhos e desafios do “vale de lágrimas” rumo “à sociedade aberta”.²³ Trata-se, talvez, de seu texto mais popperiano. O argumento central, segundo o seu entendimento, é o de que os acontecimentos que culminaram em 1989 representaram mais que um marco ideológico e histórico do triunfo das sociedades democrático-liberais. Representaram, antes, a derrota de todos os sistemas contrários à sociedade aberta, de todos os sistemas contrários à liberdade.

Dahrendorf escreveu recentemente a história oficial da London School of Economics.²⁴ Residia há mais de duas décadas na Inglaterra²⁵ e desenvolvia profícua colaboração intelectual em universidades pelo mundo, na condição de palestrante, além de colaborar regularmente com o diário espanhol *La Vanguardia*. Nos últimos anos, havia sido também presidente do grupo *Newspaper Publishing*, que publica os jornais *The Independent* e *The Independent on Sunday*. Recebeu em julho de 2007 o *Prêmio Príncipe das Astúrias de Ciências Sociais*, ao qual concorreu, por indicação, ao lado de nomes como o do filósofo alemão Rüdiger Safranski e o do linguista búlgaro Tzvetan Todorov. Era membro da Sociedade Anglo-Alemã, da Academia Britânica, da Real Sociedade das Artes Britânicas, da Sociedade Americana de

²³ “A despeito de algumas analogias superficiais, Burke pode, de início, parecer ser um padrinho pouco recomendável. Ele travou a grande polêmica contra a destruição da era do cavalheirismo; esta minha carta é uma ode à sociedade aberta. [...] Ainda assim compartilho das convicções básicas do grande Liberal que [...] apoiara a Revolução Americana em seus discursos no parlamento. [...] Burke era um defensor da sociedade civil [...] aceitava o desalinho da realidade social [...] e abominava os propugnadores de sistemas de transformações totais. [...] Burke não queria que a Constituição da Inglaterra fosse destruída pela importação do dogma da Utopia” (DAHRENDORF, 1991, p. 41-42).

²⁴ Trata-se de edição comemorativa, com quase 600 páginas, por ocasião do centenário da prestigiada instituição britânica (DAHRENDORF, 1995).

²⁵ Após a descoberta do câncer, ocorrida poucos meses antes de falecer, Dahrendorf encontrava-se em Colônia, na Alemanha, com a família.

Filosofia dentre outras instituições. Possuía mais de duas dezenas de títulos honoríficos concedidos por universidades e instituições dos mais diversos países.

Em muitos de seus ensaios e conferências, Dahrendorf exaltava com orgulho a opção que fizera pela Grã-Bretanha. Não que renegasse sua origem germânica, ao contrário, mas asseverava que os ares britânicos, por assim dizer, preencheram-lhe a vida com seus costumes e sua tradição política eminentemente liberal. Alguns dizem que Dahrendorf teria sido seduzido pela formalidade britânica e seus charmes, bem como pela pompa e garbo característicos àquele que é feito *Lord*.

Para Dahrendorf, contudo, na Inglaterra, há uma tradição constitucional profundamente arraigada e protegida por costumes e instituições que confere a certeza de que ali qualquer um jamais será posto sob o jugo de governos arbitrários.

Isso tem a ver, na Grã-Bretanha,

[...] com a ausência da agourenta nuvem negra da dúvida, ou até mesmo do medo, que obscurece tanto da vida de outros países, por lembrar às pessoas as violentas tormentas do passado. É a folha corrida do país, principalmente a certeza de que, quaisquer que forem os sentimentos antiliberais que venham a se infiltrar nos debates e no comportamento, ao final, as pessoas não permitirão que a destruição da ordem liberal aconteça. (DAHRENDORF, 1997, p. 112).

Além do ambiente intelectual estimulante encontrado na London School, em Londres, e no St. Anthony's College, em Oxford, que é quase um *mundo encantado em miniatura* (como assim o descrevia Dahrendorf), na Inglaterra ele descobriu o ambiente ideal para sua reflexão. Mais de uma vez, quando questionado a respeito, limitava-se em afirmar: “sou um londrino”.

Em uma conferência em Weimar, datada de 25 de fevereiro de 1996, disse:

Aqueles que sabem uma ou outra coisa sobre mim podem estar pensando: mas por que teria essa ave rara vindo

hoje a Weimar? Um lorde britânico, mas com um nome obviamente alemão que há vinte anos vem dirigindo universidades em Londres e Oxford, um viajante que circula entre países e atividades diferentes. [...] Devido a todas estas mudanças, alguns me descrevem como o “epítome do europeu”, o que não é totalmente incorreto. [...] Ao mesmo tempo, descrever minha vida particularmente europeia demonstra uma certa falta de imaginação. Afinal, não me mudei para a Inglaterra para passar alguns anos em outro país, na condição de um europeu alemão, mas sim porque me sentia em casa na cultura da vida britânica, como me sinto até hoje. Nunca neguei minha germanidade. [...] Venho, pois, aos senhores, como alguém que traz dentro de si duas culturas e, o que é mais, duas culturas inteiramente diferentes. (DAHRENDORF, 1997, p. 215-218).

Embora nunca tenha sido um *teórico incurável*,²⁶ Dahrendorf, que começou seus estudos nas letras clássicas e na filosofia, adentrou o discurso propriamente sociológico mesclando rara habilidade em trabalhar conceitos e aportes teóricos com dados empíricos. Afeito às análises estruturais, com aptidão ímpar em relacionar os processos históricos e políticos à realidade de suas posições teóricas, erigiu obra de grande envergadura. Seu percurso intelectual bem como o biográfico representam um testemunho vivo de convicção política aliada a mais pura responsabilidade intelectual, constituindo, com efeito, obra orgânica permeada por temas que, embora aparentemente distantes, possuem um fio condutor, com especial ênfase para os textos da maturidade: *a permanente construção de uma ordem social liberal* em consonância aos desafios da sociedade contemporânea.

²⁶ Referência à dedicatória de T. Parsons à sua esposa na obra *El sistema social*: “A Helen, cuyo empirismo sano y práctico ha sido siempre un contrapeso indispensable para un teórico incurable” (PARSONS, 1984).

1.2 Liberalismo como opção de vida

Os GERMES do liberalismo ao qual pertence Dahrendorf são antigos, remontam à plêiade de autores decisivos à sua formação liberal. Trata-se do liberalismo clássico (meados de 1780 a meados de 1860), sobretudo de J. Locke e de Montesquieu. Esses autores, além de A. de Tocqueville, B. Constant e J. S. Mill, desenvolveram um arcabouço teórico e um conjunto ideológico de valores bastante abrangentes que desbravaram o caminho para a ordem social-liberal que emergiria no Ocidente do século XIX.

A doutrina liberal clássica consiste em quatro elementos básicos: os *direitos individuais*, o *governo da lei*, o conceito de *constitucionalismo* e a *economia clássica*.²⁷ Tendo-se em vista o espectro histórico do movimento liberal, pode-se dizer ainda que ele assumiu diferentes características conforme as épocas, lugares e autores, mas sempre conservando alguns traços comuns, como o racionalismo, o individualismo, o igualitarismo, o universalismo, o reformismo e o progressismo (MACEDO, 1997, p. 16).²⁸

Tais elementos, conjuntamente ao ideal de uma moral contratual de base kantiana,²⁹ representam, em linhas gerais, a base do liberalismo de Dahrendorf, que seria acrescido pela influência de autores diversos como K. Popper, T. H. Marshall, R. Nozick e J. Rawls; além de É. Durkheim, W. Humbolt, M.

²⁷ “[...] *grosso modo*, o ramo de conhecimento inaugurado por Adam Smith, sistematizado por David Ricardo e ilustrado, entre outros escritores, por Mill.” (MERQUIOR, 1991, p. 237).

²⁸ Listamos, note-se, essas características tendo como base o próprio registro liberal, o que significa dizer que não concordamos, necessariamente, com o caráter “universal” ou “progressista” da teoria liberal em suas múltiplas manifestações. Veremos no transcorrer do livro que, ao contrário, muitos dos preceitos liberais são conservadores em sua essência e buscam a manutenção do *status quo* a despeito de qualquer “liberdade” ou “autonomia individual” que pretensamente arroguem.

²⁹ Essa influência kantiana será discutida com mais detalhes no quinto capítulo.

Weber, J. M. Keynes, W. Beveridge e J. Schumpeter; e com estes M. Friedman, A. Sen dentre outros.

Não obstante, em várias passagens de suas obras, de maneira implícita ou mesmo textual/assumida,³⁰ Dahrendorf arroga para si – embora faça a ressalva de não apreciar definições e classificações, pois que estas são, muitas vezes, aviltantes e reducionistas – a condição de teórico *liberal social*. A filiação *lato sensu* como teórico e ativista político liberal jamais renegou, mas acredita que o liberalismo do qual é partidário não se encerra nas premissas do liberalismo clássico, tampouco do liberalismo como sinônimo exato e inequívoco da *garantia das liberdades individuais*, como sinaliza uma espécie vulgar de interpretação e aplicação prática dessa teoria. Antes – e daí a adjetivação *social* do substantivo *liberal* – pensa ser necessário ultrapassar e ampliar não só os direitos políticos e as garantias individuais ao conjunto da sociedade, mas também os direitos sociais.

Numa palavra, usando seu vocabulário, trata-se do alargamento das *chances de vida*.³¹ O liberalismo do qual é partidário possui traços à Aron,³² isto é, trata-se da preocupação, do ponto de vista liberal, com a sociedade contemporânea, complexa e diversificada, e

³⁰ Dahrendorf tem, repetimos uma vez mais, assumidas predileções liberais, mas não aceita tal designação *per se*, pois acredita que o pensamento liberal, desde o liberalismo clássico até suas facetas modernas com os neoliberais, encerra uma gama muito variada de opções teóricas e políticas, agregando desde os pais fundadores, como J. Locke, A. de Tocqueville ou J. S. Mill; passando pelos liberais conservadores como J. de Maistre, E. Burke, H. Spencer, B. Croce ou J. Ortega y Gasset; flertando mais à esquerda, como no caso do liberalismo social de H. Kelsen, R. Aron ou N. Bobbio; até as diversas formas de neoliberalismo, que agregam autores díspares como L. von Mises, F. A. von Hayek, R. Nozic, dentre outros.

³¹ *Life chances*, no original. Algumas traduções optam por *Oportunidades de vida*. Discutiremos esse conceito dahrendorfiano no quarto capítulo do livro.

³² Como observou José Guilherme Merquior, ao aproximar Dahrendorf a Raymond Aron, ambos representantes autênticos do *liberalismo sociológico* (MERQUIOR, 1991, p. 196).

com seu futuro e continuidade. Uma escolha possível e coletivamente acordada, diria Dahrendorf, na qual a sociabilidade apresenta-se como uma possibilidade exequível, um ideal, tal qual o pensou Kant, mas agora colocado em prática nos termos e bases do contrato social e das instituições que lhes servem de amálgama e sustentação.

Mais ainda, com toda justa valorização da sociedade civil como pátria da cidadania, da liberdade construída como condição de realização humana e até mesmo com a insistência kantiana na ideia de “sociedade civil universal” (de grande contemporaneidade), nosso autor [Dahrendorf] está buscando, o tempo todo, o *ethos*, o valor moral capaz de promover a coesão tanto da sociedade aberta, como da “grande sociedade”, das multinacionais, da informática e da globalização. Ao lado disso, como bom sociólogo, redescobre e redesenha a “sociedade”, que não é só o aglomerado de indivíduos ou de famílias. (DAHRENDORF, 1997, p. 14).³³

§

O liberalismo, desde suas origens até suas expressões modernas, ou seja, desde a democracia de Péricles e de Cícero e sua idealização da República Romana (MACEDO, 1997) até o liberalismo contemporâneo, deve ser entendido como um fenômeno de base histórica, de caráter múltiplo, e não como um dogma imutável e perene, refratário à história e aos acontecimentos político-sociais dos quais é fruto e, muitas vezes, cúmplice.³⁴

³³ A passagem é de Fernando Henrique Cardoso, prefaciador da obra.

³⁴ Nesse sentido: “Não há definições do liberalismo, pois ele é, antes, uma práxis histórica continuada ao longo dos anos do que uma doutrina individual. Veio

Como dissera em certa ocasião Nietzsche, apenas seres a-históricos permitem uma definição no verdadeiro sentido da palavra. Dahrendorf certamente tem isso em vista e leva em conta, nas suas análises, a história e os fatos sociais concretos que dão corpo à sua teoria e que, dialeticamente, dela são produtos.

Merquior aponta que, devido à diversidade dessa corrente filosófica de pensamento, faz-se muito mais sensato *descrever* o liberalismo que tentar, desafortunadamente, *defini-lo* de maneira curta, sempre tendo como norte a descrição comparativa de suas manifestações históricas. De toda forma, em termos políticos e em linhas gerais, diz-se comumente ser o liberalismo a primazia da liberdade individual sobre a vontade excessiva do Estado.

Não obstante – ainda estamos seguindo as pistas deixadas por Merquior – o filósofo espanhol José Ortega y Gasset, em seu texto de 1929, *A rebelião das massas*, (1959) proclamou o liberalismo como sendo:

[...] a forma suprema de generosidade: é o direito assegurado pela maioria às minorias e, portanto, o apelo mais nobre que já ressoou no planeta [...] A determinação de conviver com o inimigo e ainda, o que é mais, com um inimigo fraco. [...] O liberalismo, antes de ser questão de mais ou de menos política, é uma ideia radical sobre a vida: é crer que cada ser humano deve permanecer desimpedido para preencher seu individual e intransferível destino. (ORTEGA Y GASSET, 1959 apud MERQUIOR, 1991, p. 15-16).

As definições de Ortega y Gasset combinam, segundo seu entendimento, com efeito, os significados moral e político da palavra liberal, denotando consigo, de maneira incisiva, a política

a se confundir com o sentido da História do Ocidente moderno e supera de muito a ação dos partidos liberais”. E mais: “Abrange a política, a cultura e a economia, uma visão sobre a sociedade, a educação, relações entre sexos, papel da mulher e da Igreja na sociedade” (MACEDO, 1997, p. 1, 15).

liberal, vale dizer, as regras liberais de jogo entre maioria e minoria, restituindo o sentido moral da palavra a seu sentido político.

Por consenso histórico, o liberalismo surgiu na Inglaterra na luta política que culminou com a Revolução Gloriosa de 1688 contra Jaime II, em que as palavras de ordem dos vencedores eram a tolerância religiosa e o governo constitucional. Tais valores se tornaram os pilares do sistema liberal, espalhando-se desde então ao sabor do tempo pelo Ocidente.³⁵

Nos anos que separaram a Revolução Gloriosa e a Revolução Francesa (1688 a 1789), o liberalismo era associado a formas de governo fundadas no poder monárquico limitado e em algum grau de liberdade civil e religiosa. Tais características eram experimentadas, sobretudo, na Inglaterra da época. Observadores como Montesquieu (que ali esteve em 1730) compreenderam e afirmaram, segundo suas óticas, que a aliança entre a lei e a liberdade promovia uma sociedade melhor.

Da mesma maneira, os pensadores do liberalismo escocês (David Hume, Adam Smith e Adam Ferguson) acreditavam que os princípios liberais encarnavam as vantagens do governo submetido à lei e à liberdade de opinião. Disso deriva que a comparação com o regime britânico suscitava aos observadores a superioridade deste, e que o governo deveria apenas atuar minimamente, zelando pela “manutenção da segurança interna e externa, pela garantia dos contratos e pela responsabilidade por serviços essenciais de utilidade pública” (MORAES, 2000, p. 7).

Após a Revolução Francesa, a hegemonia do pensamento liberal (já assim alcunhado) enfrentou ameaças, uma vez que o liberalismo burguês lutou contra os privilégios aristocráticos. Desta feita, a ordem liberal acolheu aquilo que Benjamim Constant chamou de *le juste milieu*, isto é, um centro político a meio termo entre o antigo regime absolutista e a nova democracia que era erigida. Já no século

³⁵ A breve análise histórica sobre o liberalismo que se segue apoia-se no já citado livro de José Guilherme Merquior, *O liberalismo antigo e moderno*.

XIX, o liberalismo se tornava a “doutrina da monarquia limitada e de um governo popular igualmente limitado, já que o sufrágio e a representação eram restritos aos cidadãos prósperos” (MORAES, 2000, p. 18), vindo a consolidar-se no século XX como opção pela liberdade (aqui entendida do ponto de vista do individualismo).

A *teoria liberal*, contudo, não deve ser confundida com *teoria da liberdade*. Dahrendorf tem ciência disso, e em seu pensamento ambas aparecem unidas. A primeira representa determinada corrente filosófica de pensamento que frutificou como fenômeno de base histórica, respondendo às demandas de ordem política e social. Pertence à história do pensamento. Perscrutar nesse campo representa jogar luz à teoria das ideias, ao passo que o *substantivo liberdade* encerra uma categoria analítica que percorre diversas correntes de pensamento, cujo conteúdo não lhe é intrínseco. Embora tenhamos certa ideia calcada em nossas mentes sobre o conceito, seu uso pode ser entendido e utilizado de diferentes formas.

Na literatura liberal, o substantivo possui algumas definições clássicas, tais como: “Liberdade é o direito de fazer aquilo que a lei permite” (Montesquieu, *Do espírito das leis*); “Liberdade significa obediência à lei que nós nos prescrevemos” (Rousseau, *Contrato social*); “Fruição pacífica da independência individual ou privada” (Benjamin Constant, *Liberdade antiga e moderna*). A filosofia moderna, por sua vez, distingue o conceito clássico *liberal* de liberdade de um conceito clássico *democrático* de liberdade. No primeiro, liberdade significa ausência de coerção e, no segundo, é sinônimo de *autonomia*, de poder de autodeterminação (MERQUIOR, 1991, p. 25).³⁶

³⁶ Para uma crítica erudita e de grande envergadura sobre a história do liberalismo moderno do ponto de vista da desemancipação que ele representou – tendo como fio analítico a luta pelo sufrágio universal –, ver, de Doménico Losurdo, *Democracia ou bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal* (2004).

Sob a influência da distinção entre *liberdade antiga e moderna*, devida a B. Constant e retomada na conferência *Dois conceitos de liberdade*,³⁷ proferida em Oxford em 1958, o filósofo político Isaiah Berlin opôs liberdade *negativa* à liberdade *positiva*. Segundo a análise de Merquior ao comentar Berlin, a liberdade negativa representa ausência de coerção (o conceito liberal de liberdade, pois); e a liberdade positiva é definida essencialmente como um desejo de governar-se, um anseio de autonomia (conceito democrático de liberdade).

São exemplos de liberdade positiva, para Berlin, a fruição de intitulentos, a autonomia em expressar crenças, a liberdade de satisfazer gostos e a liberdade por escolhas individuais (em contraponto às imposições de qualquer espécie). Numa palavra, a liberdade negativa representa sempre ausência de constrangimento.

Liberdade positiva, por sua vez, não representa liberdade *de*, mas liberdade *para*, vale dizer, o desejo de autogovernar-se, decidir com autonomia em vez de ser objeto de decisão, uma vez que “enquanto a liberdade negativa significa independência de interferência, a liberdade positiva está relacionada à incorporação de controle” (MERQUIOR, 1991, p. 25).

Pode-se argumentar, não obstante, que ambas as espécies de liberdade partilham um mesmo campo, pois implicam autodeterminação. Assim, a distinção não se faz tão nítida, representando, antes, certa complementaridade, em vez de oposição. À esteira dessa crítica, salienta Bobbio que cada espécie de liberdade responde a questões diferentes: a liberdade negativa relaciona-se com a questão “Que significa ser livre para o indivíduo considerado isoladamente”? Já a liberdade positiva relaciona-se com a pergunta: “Que significa para o indivíduo ser livre como membro de um todo”? (BOBBIO, 1991 apud MERQUIOR, 1991, p. 26-27). No registro liberal – e Dahrendorf é prova disso –, ambas as questões são congruentes, embora nosso autor tenda para análises assertivas de liberdade.

³⁷ Nunca é demais lembrar que a inspiração de Berlin é notadamente kantiana.

Dito de outra forma, o conceito negativo de liberdade relaciona-se mais com o liberalismo clássico, que pleiteava liberdades individuais *per se*, ao passo que o conceito positivo tem em seu germe certo componente social, fundamental às preocupações do liberalismo que iria emergir no século XIX (meados da década de 1930 até finais da década de 1970, sobretudo). Tratou-se do salto do *laissez-faire* para o *coletivismo*; ou, se preferir, da crítica ao liberalismo libertário de Mill.

Dahrendorf trabalha esses conceitos em termos próprios, como *liberdade problemática* (negativa) e *liberdade substantiva* (positiva). O autor parte da asserção de que o conflito é o motor das mudanças históricas, refutando a concepção negativa de liberdade, na qual a ausência de coação e coerção é a possibilidade *por excelência* de liberdade e autorrealização do homem. A *convivência* em liberdade não seria, necessariamente, um pressuposto do *aproveitamento democrático*. Com efeito, essa *liberdade problemática* poderia possibilitar, no limite, o nascimento de um tirano.³⁸

Para Dahrendorf, somente a *liberdade substantiva* pode garantir a real possibilidade de emancipação do homem. A liberdade é uma possibilidade em constante construção. A sociedade estável e igualitária, em sua avaliação, não passa de um sonho irrealizável. Dessa posição liberal resulta seu projeto político de sociedade, pois a liberdade, nesses termos, só será verdadeiramente conseguida – ou mantida – pela constante construção e reconstrução das instituições, uma vez que somente estas poderiam propiciar a

³⁸ “Então, para a versão problemática de liberdade, esta e o tempo livre significam o mesmo. O tempo livre cria *eo ipso*, liberdade, a saber, eliminação da coação e oportunidades de autorrealização. Ao contrário, para o conceito assertivo de liberdade, o encurtamento da jornada de trabalho supõe apenas a possibilidade de liberdade; a própria liberdade existirá quando se utilize o tempo livre como atividade de autorrealização. Aqui a liberdade não significa uma oportunidade, mas uma forma da existência humana, que só surge e mantém-se em circunstâncias reais especiais de comportamento.” (DAHRENDORF, 1981b, p. 246-247).

ampliação das oportunidades de igualdade a todos os cidadãos. Nisso repousaria a construção da liberdade para nosso autor.

Se a liberdade é algo que necessita de constante construção e aperfeiçoamento, na visão de Dahrendorf cabe às instituições a missão de garantir a igualdade de *status* civil aos indivíduos, sendo essa a condição prévia para a possibilidade de liberdade. Em sua ótica, a equalização do *status* social é condição para que todos os cidadãos sejam incluídos e iguais nos direitos civis e políticos, e essa inclusão é o patamar necessário para que esses mesmos indivíduos possam ser autônomos em suas formas de existência e em seus modos de vida. Esse liberalismo institucional tem, pois, para Dahrendorf, um caráter *socializador*, à medida que garantiria, de uma só vez, a igualdade de oportunidades e o desnivelamento social, que configuram, para ele, os grandes inimigos da multiformidade humana.

Pelo exposto, devemos acrescentar, em contraponto às análises correntes, que não concordamos com a exatidão do termo *neoliberal* quando este é imputado a Dahrendorf. Longe de buscarmos outra categorização para dar lugar àquela, pensamos que o *neoliberalismo* – tal qual se entende atualmente e tal qual foi consagrado pela literatura específica – diz respeito mais ao liberalismo evolucionista e pautado na liberdade econômica, no *liberismo*,³⁹ portanto (cujos paladinos são L. von Mises, F. A. Hayk, M. Friedman e, no Brasil, Roberto Campos), que no liberalismo neoliberal tomado de maneira indistinta.

Os neoliberais, nesses termos, priorizam a liberdade econômica, relacionando-a como pressuposto necessário e inequívoco da liberdade política. O mercado, nesse registro, é suficiente, e o Estado

³⁹ A distinção entre *liberalista* e *liberista* remonta à controvérsia, na década de 1920, na Itália, entre L. Einaudi e B. Croce, em que o primeiro comportava-se como *liberal clássico*, ou *liberista*, pois defendia a incompatibilidade entre liberdade política e intervencionismo econômico, ao passo que o segundo não repugnava essa coexistência.

age apenas nas eventuais falhas dos mecanismos econômicos. Ainda mais importante, os neoliberais dessa estirpe carregam a crença de que a humanidade e a história caminham inevitavelmente para um futuro melhor (sobretudo Hayek).

Sendo assim, por tudo isso, impossível pensar Dahrendorf nessas fileiras. O liberalismo de Dahrendorf, que aceitamos como *liberalismo social*, considera as liberdades econômicas, mas encara como prioritárias, ainda que não de maneira inexorável, as liberdades políticas e os direitos sociais. O *liberal social* preocupa-se antes com as liberdades positivas que com as negativas e aceita a intervenção estatal como atividade distributiva de prerrogativas desde que isso não signifique o cerceamento das liberdades individuais.

Sobretudo, o *liberalismo social*, ainda que de maneira heterogênea, mas Dahrendorf indubitavelmente, não vê um sentido na história, mas um contínuo aperfeiçoamento das condições de existência; o futuro, pois, é incerto em sua essência. A tônica das ações do *liberalista social* é o reformismo.

Não nos aprofundaremos mais, contudo, no debate do liberalismo em seus contornos políticos e filosóficos.⁴⁰ Desses pressupostos de liberalismo e de liberdade, expostos até aqui preliminarmente, Dahrendorf elaborará sua crítica teórica e suas considerações sociopolíticas – colocadas por vezes em outros termos⁴¹ – sobre a sociedade contemporânea. Cabe, como veremos nos capítulos a seguir, analisar o modo pelo qual se operacionalizam os preceitos liberais de Dahrendorf em sua teoria.

⁴⁰ Além dos textos citados que utilizamos para a confecção deste capítulo, sugerimos, ainda, a leitura da obra, para a visão de um liberal sobre o liberalismo, *Liberalismo e justiça social*, de Ubiratan Borges de Macedo (1995).

⁴¹ Como veremos no quarto capítulo do livro, a discussão de Dahrendorf em seus escritos mais recentes terá um componente mais instrumental e de ordem eminentemente econômica. Daí que a busca constante pela *liberdade* (sociedade aberta) será posta em outros termos, sobretudo na dicotomia entre *provisões* (provimentos) e *intitulentos* (prerrogativas).

CAPÍTULO 2

Crítica aos modelos *utópicos* de sociedade

2.1 Introito

“[...] a utopia é sempre iliberal, porque não deixa espaço para o erro e sua correção.”

A nova liberdade, Ralf Dahrendorf

Na verdade sou kantiano, ou, se preferir, popperiano, o que equivale dizer que, para mim, um dos aspectos fundamentais da vida é que o homem não pode responder a todas as questões. [...] Creio haver explicado em *Out of utopia* que o modelo estrutural-funcionalista de sociedade não admite qualquer tipo de mudança, porque se baseia na ideia de que cada qual desempenhe um papel definido e funcional ao equilíbrio atual da sociedade. [...] Na realidade a crítica que faço ao estrutural-funcionalismo se resume numa crítica ao hegelianismo. É uma crítica voltada contra a maneira utópica de encarar a sociedade: utópico não no sentido de projeção ao futuro [Hegel e Marx], mas no de que a estrutura social é vista como um todo, como totalidade. (DAHRENDORF, 1981a, p. 23).

A PASSAGEM acima mostra, de maneira clara, as opções filosóficas e epistemológicas de Dahrendorf, sua aversão aos modelos que considera como totalizantes e às utopias em geral, em especial à utopia marxista, de esquerda, e à proposta sistêmico-utópica de Talcott Parsons, de direita. Mas, afinal, por que Dahrendorf considera o marxismo e o parsonianismo como utópicos? Qual o significado mais profundo da adesão à lógica e à filosofia popperiana?

Ao se declarar como um discípulo de Karl Popper, evidencia sua adesão à severa crítica ao *historicismo*.⁴² Mais que isso, abre alas aos preceitos popperianos, antes os filósofos que os epistemológicos, para, por assim dizer, *preencher* de sociologia seu arcabouço filosófico então mais enraizado na cultura alemã e, particularmente, em Kant.

O caráter intrinsecamente caótico e incerto da realidade social, bem como das respostas que se lhes apresentam, constitui o legado maior de Popper ao liberalismo de Dahrendorf. Embora devamos fugir às afirmações categóricas, e tendo em vista o

⁴² Entenda-se aqui o *historicismo* como a teoria da lógica, ou significado global, da história. Segundo o entendimento de Popper em *The poverty of historicism*, a filosofia política do historicismo é concebida como uma abordagem da ciência social com a finalidade de *predição*; uma aproximação (sobretudo o marxismo) entre a teleologia da história e o totalitarismo; uma cosmovisão, por assim dizer – de cunho economicista nesse caso – que encerraria uma utopia totalitária (POPPER, 1957). Albert Camus, em *O homem revoltado* (1996, p. 230-269), seu texto mais profundo do ponto de vista analítico e político, tece importante crítica, sob a luz do *liberalismo revoltado* (na feliz expressão de Merquior ao caracterizar sua espécie de liberalismo, juntamente ao de G. Orwell), sobre o *historicismo* presente no marxismo. Camus aponta que a verdadeira dialética jamais poderia afirmar um fim *da* – ou um fim *para* – a história, pois que se baseia em *slogans* que, invariavelmente, levam ao *terror* revolucionário, numa espécie de *burocratização* do terror, possibilitado pela fé revolucionária. José Guilherme Merquior, por sua vez, em brilhante estudo – apresentado originalmente como doutoramento na London School of Economics – sobre a legitimidade em Rousseau e Weber, dedica páginas elucidativas a respeito das diversas espécies de *historismo* e *historicismo* (MERQUIOR, 1980).

conjunto de sua produção; ao que tudo indica foi realmente o liberalismo popperiano e sua *sociedade aberta* a influência mais aguda em sua obra e em sua visão político-filosófica.⁴³

Sir Karl Popper, nascido em Viena no ano de 1902 e falecido em 1994 em Londres (capital do país que escolhera para naturalizar-se), foi brilhante filho de prósperos judeus luteranos de Viena, onde foi educado. Concluiu o doutoramento em filosofia em 1928 e ensinou numa escola secundária entre 1930 e 1936. Em 1937, a ascensão do nazismo levou-o a emigrar para a Nova Zelândia, onde foi professor de filosofia em Canterbury University College, Christchurch.

Passou a Grande Guerra na Nova Zelândia, já autor de um clássico da epistemologia moderna: *A lógica da pesquisa científica* (1974b). Em 1946, foi viver na Inglaterra, tornando-se assistente (*reader*) de lógica e de método científico na London School of Economics, onde foi nomeado professor em 1949. Foi feito Cavaleiro pela Rainha Elizabeth II em 1965, e eleito para a Real Society em 1976. Reformou-se da vida acadêmica em 1969, apesar de ter permanecido ativo intelectualmente até sua morte. Recebeu a insígnia de Companion of Honour em 1982.

Tanto em *A lógica da pesquisa científica* quanto em *The poverty of historicism* (1957)⁴⁴ e *A sociedade aberta e seus inimigos* (1974a), este uma longa contribuição para a teoria social, Popper buscou a aliança entre o historicismo e o totalitarismo. Seus principais inimigos seriam, no nível das disputas epistemológicas, Platão, Hegel

⁴³ “A *sociedade aberta e seus inimigos*, de Karl Popper, [...] é, sem dúvida, uma das publicações mais importantes não apenas da história do liberalismo, mas da história do pensamento político em geral. Popper descreve detalhadamente esta filosofia política da incerteza e da dúvida e, na minha opinião, não restou nada a acrescentar.” (DAHRENDORF, 1981a, p. 14).

⁴⁴ Leia-se na dedicatória: “Aos inumeráveis homens e mulheres de todos os credos ou nações que caíram vítimas da crença fascista ou comunista das Inevitáveis Leis do Destino Histórico”.

e Marx. Popper viu particularmente no marxismo, entendido como um historicismo econômico, uma cosmovisão totalitária.

A *lógica da pesquisa científica* representou o racionalismo crítico como a disposição para expor-se, enfrentando o risco da *falsificação* (critério que Dahrendorf aplicaria às análises de Marx, como veremos). Para Popper era de fato a possibilidade de falsificação, e não a de verificação, o critério do conhecimento científico; portanto não há razão de se elaborar um modelo teórico ao mesmo tempo coerente e completo, ficando, pois, rejeitada a possibilidade de elaboração de leis universais a partir da indução e das teorias da probabilidade (MERQUIOR, 1991).⁴⁵ Popper pressupõe que o conhecimento não toca o real, não o abarca, fica sempre aquém.

A *sociedade aberta*, por sua vez, é fruto de uma cultura altamente individualística, em que as pessoas se responsabilizam pelas decisões umas das outras. O oposto da sociedade aberta é o tribalismo, no qual os espaços são configurados por dogmas em vez de o serem por explicações científicas. O espírito do tribalismo alimenta, pois, as falsas crenças do *historicismo*, ao passo que afirma leis gerais sobre um fenômeno – ou todo o processo histórico – que é singular por definição.

Evidentemente a crítica de Popper encerra certa espécie de sociedade e de política, a qual Dahrendorf irá se apegar, ainda que *tout court*. Sua inclinação reformista, ao recomendar soluções para *remendar socialmente aqui e ali* em vez de soluções finais (ainda que baseadas em preceitos liberais, pois que estas soluções converter-se-iam inexoravelmente em remédios totalitários), influenciou deveras

⁴⁵ Junto ao marxismo, também o darwinismo e a psicanálise foram objetos críticos de Popper, pois que não apresentariam as condições de falseabilidade, imprescindíveis para a formulação de enunciados científicos. O plano empírico não prova a verdade, mas rejeita a sentença mais afastada em relação a ela. Popper não fala, portanto, em verdade, mas em erro maior ou menor. Nessa perspectiva nominalista, relativista, o único conhecimento do todo é o todo conhecido.

a Dahrendorf. Uma democracia total, adverte, pode levar ao seu paradoxo final, isto é, pode suicidar-se votando na tirania.

A maior crítica que se apresenta frequentemente a Popper é exatamente aquela a que Dahrendorf quer fugir: a de um revolucionário em ciência, mas um tímido reformista em política; um arcabouço analítico calcado em uma epistemologia na qual a analogia científica é fraca para tratar dos problemas sociais, já que as questões eminentemente sociais, ao contrário das indagações científicas, não existem, por suposto, em isolamento e, conseqüentemente, com elas não se pode lidar por meio de um espírito absolutamente desprendido, como requer a objetividade da ciência (MERQUIOR, p. 178-181).

Dahrendorf, a partir desses preceitos, crê que os utopistas, a seu critério, possuem em suas obras um traço comum, de Platão a George Orwell: todas as sociedades são concebidas no plano ideal, em que a mudança está ausente bem como os conflitos estruturais. No ensaio *Além da utopia* (DAHRENDORF, 1974, p. 127-151),⁴⁶ o autor produz uma crítica mordaz e sistemática a tais teorias. Aponta que como resultado final e clímax do desenvolvimento histórico, como um pesadelo de um intelectual ou como um sonho romântico, a estrutura social das utopias não reconhece (e acrescenta que talvez não possa mesmo reconhecer) o “fluxo sem fim do processo histórico” (DAHRENDORF, 1974, p. 127).

Da mesma forma, as utopias não possuiriam mais que um passado nebuloso e nenhum futuro; estão suspensas no tempo e no espaço, sem respeitar as noções ordinárias do tempo cronológico, à maneira de comunidades monolíticas; como se, por um lado, não respeitassem a lógica da história e, por outro, dela se

⁴⁶ Escrito originalmente em 1957 como palestra para estudantes de sociologia da Universidade da Califórnia, em Berkeley. Sua primeira publicação apareceu no *American Journal of Sociology*, em 1958. Trata-se de ensaio consagrado que recebeu várias reedições e avaliações críticas de peso, como a realizada por Robert K. Merton em sua introdução à obra *Sociology today* (1959).

utilizassem de maneira discricionária. A história (com “h”) seria um rio caudaloso em constante movimento, ao passo que a utopia nada mais seria que uma calma laguna. Numa palavra, trata-se, segundo Dahrendorf, de *sociedades sem história*.

Dahrendorf cita os exemplos, como observado, das utopias desde Platão, passando por T. Morus, até as modernas, como a sociedade totalitária presente no romance 1984, de Orwell. Para o autor, no campo da teoria social propriamente dita, a utopia tem em Hegel (em sua *Filosofia do direito*) e em Rousseau (em seu *Contrato social*), além do pensamento marxiano e marxista como um todo, seus cânones maiores.

Seu alvo inicial, não obstante, é o funcionalismo de Talcott Parsons. Dahrendorf observa que a teoria estrutural-funcionalista é irmã da utopia, pois lida com sistemas em equilíbrio, nos quais a mudança histórica inexistente. Ora, dirá nosso autor, se o terreno não é o da história, logo não se trata de ciência e realidade, e sim de especulações de ordem metafísica.

A teoria estrutural-funcionalista não introduz pressupostos irrealísticos com o propósito de explicar problemas reais; ela introduz muitas espécies de pressupostos, de conceitos e de modelos com o único propósito de descrever um sistema que nunca existiu e não é provável que venha a existir jamais. (DAHRENDORF, 1974, p. 139).

Vejamos, pois, como Dahrendorf estabelece sua crítica ao modelo *totalizante* de Parsons, para depois chegarmos a Marx, a quem daremos um trato mais pormenorizado e crítico, se não por predileção teórica, antes, pela importância no âmbito da análise empreendida por Dahrendorf. No cerne dessas críticas está o germe de suas posições liberais vindouras, por ora ainda incipientes e calcadas no empirismo sociológico.

2.2 Parsons

COMO OBSERVAMOS anteriormente, o primeiro alvo de Dahrendorf em relação à crítica aos modelos utópicos de sociedade foi dirigida ao sociólogo americano Talcott Parsons. O eminente intelectual era figura de destaque na sociologia mundial do pós-guerra, influenciando diversas correntes de pensamento, por vezes além do âmbito das ciências sociais.

Dahrendorf, primeiro como crítico *a distância* e depois quando esteve, em finais da década de 1950, em Palo Alto, nos EUA, não se furtou a dirigir seu arsenal à proposta funcionalista de Parsons. Sua primeira intervenção pode ser encontrada em um texto de 1954, denominado *Estrutura e função: Talcott Parsons e o desenvolvimento da teoria sociológica* (DAHRENDORF, 1981b, p. 35-58). A crítica ao parsonianismo é marca característica do primeiro Dahrendorf, embora não constitua preocupação constante no decorrer de sua obra.

Toda a disputa de Dahrendorf com o funcionalismo parsoniano tem por objetivo trazer para o centro do palco o problema da mudança estrutural e do conflito. (CRUZ, 1974, p. 110).

Segundo Parsons (1984),⁴⁷ a teoria sociológica tem que ser sistemática, baseando-se em marcos de referência que transcendam categorias meramente dedutíveis de observações empíricas obtidas apenas dos materiais da própria sociologia, o que equivale a dizer que deve orientar-se segundo quantas categorias oriundas de outras disciplinas (mecânica clássica, biologia etc.) forem necessárias, isto é, deve transcender aos seus próprios limites, criando um sistema fundamental mais amplo.

⁴⁷ Exploraremos apenas preliminarmente alguns conceitos principais da teoria de Parsons analisados por Dahrendorf, para, a seguir, e é o que intentamos aqui, apontar as críticas deste.

Desse marco inicial e sempre tendo como base a *ação social*⁴⁸ empreendida pelo ator, Parsons aponta que a *situação da ação* compreende objetos sociais e não sociais que se encontram diante do ator da ação como pressupostos incontroláveis ou como instrumentos controláveis. Pode se tratar de um significado difuso ou específico, de objetos ou pessoas, como condições ou meio de ação, mas, de qualquer modo, trata-se de objetos extrínsecos ao ator da ação.

Já os pressupostos intrínsecos à ação – e suas respectivas implicações – estão circunscritos sob o ponto de vista da *orientação do ator referente à situação*, compreendendo duas espécies distintas de orientação analítica: a orientação motivacional e a de valor. Toda ação pode ser analisada de acordo com suas motivações e é sempre oriunda da vontade do ator e direcionada a um fim, por outro lado toda ação também pode ser analisada sob o aspecto da orientação de valor, o que significa dizer que se submete a critérios e normas seletivas, introduzidas pelo ator.⁴⁹

O próximo passo da teoria da ação se concentra em analisar as maneiras em que se podem considerar como integradas dentro de um sistema as ações ou unidades de ação, que não se encontram isoladas no plano empírico, mas em constelações, as quais Parsons

⁴⁸ Para Parsons, a *ação social* é qualquer forma de conduta humana que se possa descrever e analisar mediante determinadas categorias, que são produtos – pois que são implicações lógicas – e, ao mesmo tempo, ponto de partida da teoria da ação. A tipologia que estabelece bem como seus desdobramentos são reflexos diretos da influência que recebeu de Max Weber, autor que estudou em seu doutoramento (*O conceito de capitalismo nas teorias de Max Weber e Werner Sombart*) e de quem foi pioneiro tradutor para o inglês. Autores como Durkheim e Pareto também foram decisivos em sua formação, constituindo influências marcantes. Ver, em português, o estudo elucidativo de José Maurício Domingues, *A sociologia de Talcott Parsons* (2001).

⁴⁹ As categorias propostas por Parsons para a descrição da orientação dos atores em situações concretas são: 1) de modos passíveis de orientação motivadora; 2) de modos passíveis de orientação de valor e; 3) de possíveis alternativas na interpretação da situação de ação, enquanto contribuam para a orientação referente a situações (apud DAHRENDORF, 1981b, p. 43).

denomina *sistemas*. O teórico distingue então três sistemas básicos: o sistema social, o sistema da personalidade e o sistema cultural.

A análise formal desses três sistemas de ação conduz às teorias propriamente sociológica, psicológica e antropológica, respectivamente. Para Parsons, contudo, esse esquema teórico elementar não consegue englobar a complexidade dos problemas da teoria sociológica. Disso resulta sua teoria estrutural-funcional bem como os conceitos correlatos de estrutura e função.

Como aponta Dahrendorf, tais conceitos são introduzidos por Parsons:

[...] no plano abstrato do sistema teórico com a intenção de racionalizar, descrever e fixar pontos esclarecedores, construídos anteriormente, não explicáveis num sistema simplificado. (DAHRENDORF, 1981b, p. 43).

As categorias estruturais implicam a construção de uma estrutura analítica estável de sistemas não representáveis de modo empírico,⁵⁰ reconhecendo-se, desta maneira, que semelhantes estruturas estáveis não podem jamais se apresentar empiricamente. Dito diferentemente, a construção de uma estrutura, tida como estável, de sistemas sociais representa, logicamente, uma operação na qual se fixam como constantes determinadas características que são, na realidade, variáveis.⁵¹

Para os processos dinâmicos no interior dos sistemas, Parsons utilizou-se da categoria de *função social*, introduzida de maneira a proporcionar a conexão entre as categorias sociais estáticas e os elementos variáveis dentro do sistema. A função social, assim,

⁵⁰ Nota-se aqui mais uma vez a influência recebida por Parsons de Weber, agora no que se refere à construção típico-ideal.

⁵¹ Dahrendorf observa nesse sentido que a categoria *estrutura* implica, pois, uma perda de plenitude empírica, constituindo assim uma simplificação. Tirada de um contexto processual, as estruturas sociais são, necessariamente, estáticas.

tem o atributo de “aferir a importância dos fatores dinâmicos e dos processos dentro do sistema” (DAHRENDORF, 1981b, p. 46). Com efeito, um determinado processo social é funcional ou disfuncional ao equilíbrio do sistema social.⁵²

As disfunções do sistema, entretanto, são marginais (estados patológicos) e não chegam a ameaçar a estabilidade dos sistemas sociais, vale dizer, não são fortes o suficiente para colocar em risco o sistema de expectativas normativas que define a conduta adequada dos indivíduos que desempenham determinados *papéis* funcionais num sistema supraindividual e institucionalizado.

Parsons observou, sobretudo em relação às críticas ao seu sistema interpretativo, que a mudança dos sistemas sociais representa, na realidade, o ponto culminante de sua teoria,⁵³ mas que a teoria da mudança não seria possível (eximindo-o, pois, da *culpa* que lhe é imputada) por dois motivos: porque exigiria, primeiramente, um conhecimento tal do conjunto do sistema teórico estático que ainda não estaria disponível no estágio atual (mas que isso seria possível posteriormente); e, depois, por ser refém das “limitações imanentes a uma teoria estrutural-funcional que nasceu do dilema da ausência de conhecimento das ‘leis’ que determinam os processos dentro do sistema” (PARSONS, 1984, p. 483). No final das contas, ao que tudo indica, ele pensava mesmo a análise da estática social como a de verdadeira importância, marginalizando, com isso, os aspectos de mudança estrutural.⁵⁴

⁵² Os pares análogos aos conceitos de estrutura e função são, respectivamente, *status* e *papel*. Por *status*, Parsons entende a posição ou o local onde o ator está localizado dentro do sistema social e em relação aos outros atores. Por *papel*, entende o que cada ator realiza em relação aos outros atores.

⁵³ De fato, o último capítulo de *El sistema social (Os processos de mudança dos sistemas sociais)* é dedicado, ainda que incipientemente, à mudança estrutural.

⁵⁴ A passagem final de Parsons (1984, p. 529) no derradeiro capítulo, que trata da mudança social, é elucidativa nesse sentido: “Talvez se me permita uma palavra final. Tem-se afirmado constantemente que o enfoque ‘estrutural-funcional’ para as questões teóricas, no campo sociológico,

Dahrendorf desaprova tal esquema conceitual, não somente por suas implicações como teoria social específica,⁵⁵ mas antes e sobretudo como projeto epistemológico e filosófico. Numa palavra, a teoria de Parsons rejeitaria qualquer tipo de conflito constitutivo, o que representaria seu caráter absolutamente utópico.

Na visão de Dahrendorf, pois, a teoria parsoniana tratou dos processos descritivos e motivacionais dos atores sem mostrar como estes podem intervir para transformar a si e a realidade social que os cerca.

A teoria sociológica sistemática propõe-se a deter o curso da história, a elevar a um conjunto estruturado seus materiais por meio do espírito cognoscente, ordenador e racionalizador da ciência, e libertar deste modo o homem da sua passiva imersão na história. A dificuldade desta teoria consiste em como voltar a introduzir o elemento do conflito e da mudança no plano da abstração analítica, nos seus modelos e premissas [...] Este problema mostra o ponto em que a teoria estrutural-funcional fracassa na sua

sofre de um prejuízo ‘estático’. Afirma-se que os problemas de mudança estão fora de seu alcance – e que evidentemente, ao passo que são estes os problemas verdadeiramente importantes, semelhante teoria só conduziria a libertar-se de uma relevância autenticamente empírica. Talvez os exemplos anteriormente citados contribuam para convencer devidamente o leitor que o autor é ciente de que vivemos, como se diz, em uma sociedade ‘dinâmica’. Tampouco seja demasiado esperar que este capítulo o convencerá de que, no embate entre aspectos estáticos e dinâmicos, exista certa falsidade. Se se trata de uma boa teoria, seja quais forem os problemas que a ela se apresentam, não há razão verdadeira para crer não se possa aplicar igualmente tais preceitos aos problemas de mudança de maneira que são aplicados aos processos de sistemas estabilizados”.

⁵⁵ Aqui poderiam ser alocadas algumas das várias críticas dirigidas à obra de Parsons, tais como a quase incompreensibilidade de sua terminologia técnica, a excessiva abstração em detrimento da base empírica, o conservadorismo implícito, entre tantas outras. Ver a obra referencial de Merton: *Sociologia: teoria e estrutura* (1970).

forma presente e no que deve fracassar, devido à disposição de suas categorias. (DAHRENDORF, 1981b, p. 52).

A crítica epistemológica (e de *visão de mundo*) de Dahrendorf em relação a Parsons, portanto, reside em seu suposto caráter utópico (o que valeria também para Marx): os antagonismos e conflitos não aparecem como forças que aceleram sua própria eliminação (Marx), tampouco são momentos de não funcionalidade do sistema em equilíbrio (Parsons).

Este é um ponto no qual Marx e Parsons se encontram de maneira curiosa: ambos congelam o fluxo do processo histórico na ideia do “sistema”. Se aceitamos isto, ou a mudança estrutural pode ser não existente (o que, em uma interpretação extrema, poderia denominar-se a “solução” parsoniana) ou existe apenas como mudança revolucionária (a “solução” marxista). Ambas as soluções são igualmente insatisfatórias e insustentáveis. Além disso, elas comprovam a insuficiência de todas as analogias, conscientes ou inconscientes, entre “sistemas” orgânicos e sociais. (DAHRENDORF, 1982, p. 123).

O curioso é que Dahrendorf acaba, ele mesmo, por estabelecer seu próprio *funcionalismo*, pois os *conflitos sociais* terminam contribuindo em sua visão para o ajuste interno da sociedade, numa espécie de “operação algébrica, na qual os contrários se anulam, gerando por sua vez outro conjunto”.⁵⁶ Os conflitos são, assim, o próprio sentido da história. Não estaria Dahrendorf estabelecendo assim sua própria teoria da história, ainda que heterodoxamente?

Mas isso é assunto para o próximo capítulo. Vejamos, por ora, como se opera a crítica ao modelo de classes em Marx.

⁵⁶ Na pertinente observação de Vamireh Chacon à introdução de *Sociedade e liberdade*.

2.3 Marx

“É, com efeito, na teoria de classes de Marx que se revelam plenamente a grandeza e a fatalidade de seu trabalho.”

As classes e seus conflitos na sociedade industrial, Ralf Dahrendorf

As classes e seus conflitos na sociedade industrial fora escrito entre os anos de 1952 e 1954, quando Dahrendorf estagiava na London School of Economics, após seu bacharelado em Hamburgo. Pode-se afirmar com pouca margem de erro que Dahrendorf deixava para trás a formação filosófica recebida na Alemanha para buscar análises mais empíricas, nesse caso, da obra teórica de Marx. Refratário aos argumentos gerais, totalizantes, não passíveis de comprovação/refutação empírica, tratou, com sua sociografia e empirismo então ainda incipientes, de pôr em xeque o modelo marxiano de classes sociais bem como o funcionalismo de Talcott Parsons, como vimos anteriormente.

O intuito de Dahrendorf com a obra representa um esforço em duas direções: em primeiro lugar, estabelecer uma crítica às análises de Marx para, depois, oferecer sua própria contribuição à análise do conflito nas sociedades contemporâneas. Dahrendorf, inclusive, na introdução de *As classes* observa que a segunda parte do livro, denominada “Rumo a uma teoria sociológica do conflito na sociedade industrial” foi escrita como complemento à primeira parte, objeto de sua tese acadêmica, para a publicação em livro.

Se na primeira formulou a crítica ao modelo que entende como utópico e anacrônico oferecido por Marx em relação às classes sociais, na segunda seção oferece sua própria contribuição à análise da realidade social, calcada na percepção do conflito social como motor das transformações históricas.

Dahrendorf assevera que Marx, ao teorizar sobre as classes sociais, confundiu a análise de cunho propriamente sociológico com a especulação filosófica, e isso acabaria por tornar suas análises, do ponto de vista heurístico e empírico, pouco sustentáveis e, por consequência, para o azar de sua sociologia, vagamente válidas. Desta feita, avalia (e este teria sido a gênese do equívoco de Marx): confunde-se filosofia da história com análise da dinâmica da sociedade capitalista.

Nesse texto, o autor argumenta com propriedade que, na teoria de classes em Marx, estão imbricadas as raízes do pensamento deste, isto é, pode-se encontrar a aplicação concreta do substantivo *classes*, utilizado originalmente pelos primeiros economistas políticos britânicos, aplicado às categorias de *capitalistas* e *proletários* pelos socialistas utópicos franceses e empregado, conseqüentemente, na noção de luta de classes, uso este creditado à dialética hegeliana. Com efeito, sua teoria de classes sociais encerra, ao mesmo tempo, um componente *sociológico* (análise da dinâmica da sociedade capitalista) e *ideológico* (filosofia da história).

Disso derivaria que a própria definição do conceito *classes sociais* em Marx seria fruto da preocupação em formular certas leis do desenvolvimento social e das forças envolvidas nesse processo, e não propriamente em descrever um estado real de sociedade. Trata-se, com efeito, da descrição do conceito pensando-o em termos *dinâmicos*, e não *estáticos*; antes *analíticos* que *descritivos*.

[...] para Marx, a teoria de classes não tinha por objeto uma seção transversal da sociedade parada no tempo; mais especificamente, não era uma teoria de estratificação social, mas sim um instrumento para explicar as mudanças nas sociedades globais. Ao elaborar e aplicar sua teoria de classes, Marx não se orientava pela pergunta “qual o aspecto real de uma sociedade em um determinado ponto no tempo?”, mas sim pela pergunta “como a estrutura de uma sociedade se modifica?”. (DAHRENDORF, 1982, p. 29).

Assim o teria feito Marx com o conceito de classes ao colocar antagonicamente duas numerosas classes, burgueses e proletários, sem descrever-lhes as minúcias compositivas, agrupando-as em categorias gerais cuja “legitimidade parece muito mais que duvidosa” (DAHRENDORF, 1982, p. 30), de modo que toda sorte de conflitos existentes na sociedade bem como a direção do desenvolvimento histórico (portanto todo conflito capaz de gerar mudanças estruturais) são de caráter classista (baseado na tese-antítese entre possuidores e não possuidores dos meios de produção), e tais conflitos são sempre os dominantes nas sociedades. Marx teria enveredado por generalizações cuja insustentabilidade empírica seria flagrante.

Assim, para Dahrendorf (apud GIDDENS, 1975), proposições como “conflito de classes gera mudança histórica” são verdadeiras e de primeiro tipo, ao passo que outras como “a sociedade capitalista é a última sociedade de classes da história” são passíveis de refutação quando confrontadas a fatos empíricos.

Marx, em seu esquema analítico das classes sociais, como é consabido, tratou de categorizar os indivíduos que possuem propriedade efetiva dos meios de produção e aqueles que não a possuem, colocando-os em polos antagônicos e estabelecendo essa clivagem como o foco principal dos conflitos nas sociedades capitalistas. Desta forma, os possuidores, ou capitalistas, controlam diretamente os meios privados de produção, cabendo aos não possuidores, os trabalhadores assalariados, alienar sua força de trabalho aos capitalistas – via contrato de trabalho, pois que se tornam deles dependentes. Os primeiros enriquecem às custas do trabalho explorado, via mais-valia, e da miséria dos segundos.

A sociedade se polariza em grupos hostis de maneira a aglutinar todos os interesses – que não o dos capitalistas – no polo daqueles que buscam a subversão do modelo e a mudança completa nas relações de propriedade. As contradições inicialmente circunscritas ao âmbito da fábrica logo se estendem à arena política. Por um lado, tem-se uma classe extraordinariamente

grande de trabalhadores assalariados oprimidos (em suas fileiras, encontram-se aglutinados a pequena burguesia inicial, os mercadores, os pequenos industriais, os artesãos e os camponeses, todos precipitados e seduzidos pela classe proletária, portadora histórica da missão transformadora); e, no vértice da pirâmide, a pequena classe dirigente capitalista em vias de extinção.

Sob o veredicto do progresso histórico e pela lâmina da guilhotina dialética das forças sociais, há a progressão contínua dos conflitos conduzindo ao clímax revolucionário que abole, enfim, a exploração rumo à sociedade igualitária dos homens livres: a sociedade comunista.

A história da classe operária desde sua formação, no pensamento marxiano, com efeito, torna-se a saga da parideira da sociedade emancipada. Vejamos, contudo, primeiramente, de maneira preliminar, como Marx estabelece esse percurso, para depois apontarmos especificamente as bases da crítica de Dahrendorf. Começemos pelo processo de formação das classes sociais no capitalismo.

§

Na ótica marxiana, a divisão estabelecida no interior da sociedade em polos hostis e antagônicos é fruto do processo iniciado modernamente na manufatura (por meio das ações de cooperação nas fábricas),⁵⁷ em que as relações de produção

⁵⁷ “A forma de trabalho em que muitos trabalham planejadamente lado a lado e conjuntamente, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos, chama-se cooperação.” (MARX, 1983, p. 259).

se configuram como tipicamente capitalistas,⁵⁸ separando o trabalhador de seu instrumento de trabalho e estabelecendo a divisão social do trabalho.

A divisão do trabalho dentro da sociedade e a correspondente limitação dos indivíduos a esferas profissionais particulares se desenvolve, como a divisão do trabalho dentro da manufatura, a partir de pontos opostos. (MARX, 1983, p. 277).

Para Marx, é na sociedade que o conflito entre as duas classes ganha conotação política, transformando-se plenamente em *conflito de classes*, pois que essa etapa, a atuação das classes como grupos organizados, é fundamental para a verdadeira composição da classe trabalhadora. Pode-se argumentar, inversamente, que a formação do conflito de classe em sua fase plena (logo como portadora do germe revolucionário capaz de promover a emancipação) depende, necessariamente, da *politização* dos agentes envolvidos. Marx trata dessa *evolução* em passagens célebres de *O Manifesto do Partido Comunista*.

O proletariado passa por vários estágios de desenvolvimento. Com seu nascimento, começa a sua luta com a burguesia. No início a disputa é conduzida pelo indivíduo trabalhador, depois pelos operários de uma fábrica, depois pelos artífices de uma classe profissional, em uma localidade, contra o indivíduo burguês que os explora diretamente [...] Neste estágio, os trabalhadores ainda

⁵⁸ “Assim como na cooperação simples, na manufatura é o corpo de trabalho em ação uma forma de existência do capital. O mecanismo social de produção composto de muitos trabalhadores parciais individuais pertence ao capitalista. A força produtiva originada da combinação dos trabalhos aparece por isso como força produtiva do capital. A manufatura propriamente dita não só submete ao comando e à disciplina do capital o trabalhador antes autônomo, mas cria também uma graduação hierárquica entre os próprios trabalhadores.” (MARX, 1983, p. 259).

formam uma massa incoerente, espalhada pelo país todo e fracionada pela competição. A união da enorme massa de trabalhadores ainda não é um resultado da sua própria união, e sim o resultado da união da burguesia, que precisa pôr em movimento todo o proletariado para alcançar seus objetivos políticos [...] Toda vitória assim é uma vitória da burguesia. (MARX; ENGELS, 2001, p. 20-21).

O proletariado, na ótica marxiana, através do massivo desenvolvimento da indústria, não aumenta apenas em número, mas, também, em força potencialmente ativa devido à concentração das massas trabalhadoras. Os diversos interesses e condições de vida da classe trabalhadora são sempre mais homogêneos, à medida que a maquinaria cancela todas as distinções do trabalho e os salários são reduzidos a patamares mínimos de subsistência. Diante disso, os trabalhadores passam a combinar-se em sindicatos contra os burgueses, a fim de manter, sobretudo, os salários em patamares mais altos. Aqui e ali, observa Marx, “a contenda se transforma em tumulto” (MARX; ENGELS, 2001, p. 23).

As vitórias dos trabalhadores, no entanto, nesse estágio, não são mais que provisórias. Há ainda, como obstáculo à formação de um partido político que possa aglutinar as demandas dos trabalhadores, a competição entre eles próprios. Das derrotas ocasionais, entretanto, os trabalhadores se levantam cada vez mais fortes, e tais avanços passam a ser reconhecidos na esfera legislativa, aproveitando-se das divisões no próprio seio da burguesia,⁵⁹ que apresenta em seu interior lutas contra as velhas aristocracias, contra as parcelas anti-industriais e contra as burguesias de outros países.

⁵⁹ Marx aqui se refere, entre outros avanços legislativos, à Lei das Dez Horas, que diminuía a jornada de trabalho e que foi promulgada em 1848, na Inglaterra.

Daí que apelam ao proletariado para auxiliá-los nessa luta, impelindo-os à arena política.⁶⁰

De todas as classes que se põem frente a frente hoje com a burguesia, somente o proletariado é uma classe realmente revolucionária. As outras declinam, desaparecem frente à indústria moderna. O proletariado é o seu produto mais autêntico. A classe média baixa, o pequeno fabricante, o artesão, o camponês, todos estes lutam contra a burguesia para não naufragarem. Eles não são, portanto, revolucionários, mas conservadores. E ainda, são reacionários, pois giram a roda da história para trás (MARX; ENGELS, 2001, p. 26).

Nesse ponto o proletariado já não tem mais nenhum tipo de afinidade, seja espiritual, seja material, com a burguesia e sua luta assume caráter nacional.

As condições de vida da sociedade antiga já se encontram destruídas nas condições de vida do proletariado. O proletário não tem propriedade; sua relação com esposa e filhos já não tem coisa alguma em comum com as relações da família burguesa; o trabalho moderno industrial, a sujeição moderna ao capital, iguais na Inglaterra, como na França, nos Estados Unidos como na Alemanha, desnudou-o de todos os traços de caráter nacional. Lei, moralidade, religião são para eles preconceitos burgueses atrás dos quais se escondem os interesses da burguesia. (MARX; ENGELS, 2001, p. 26).

Não se trata, ainda segundo Marx, contudo, de uma reviravolta pura e simples no arranjo das forças produtivas, em que, como num jogo de posições do tabuleiro histórico, se chega ao poder (tomada

⁶⁰ Em relação às *armas* concedidas pela burguesia ao proletariado, acrescenta: “A própria burguesia, portanto, fornece ao proletariado seus próprios elementos de educação política e geral, em outras palavras, supre o proletariado com armas para enfrentar a burguesia” (MARX; ENGELS, 2001, p. 24).

dos meios de produção) pura e simplesmente para nele permanecer, seguindo o mesmo projeto das forças que lá estavam. Trata-se de um xeque-mate iminente. Os proletários não têm o que conservar e não podem se tornar patrões das forças produtivas senão abolindo os próprios meios anteriores de apropriação. Não possuem, com efeito, nada a proteger ou fortificar.

Eis a especificidade histórica do proletariado. A classe proletária é revolucionária na exata medida em que o sucesso de sua empreitada implica, dialética e necessariamente, a sua própria eliminação como classe, isto é, o fruto da sublevação revolucionária é uma sociedade *nova*, baseada na inexistência de classes sociais, na inexistência da exploração capitalista e no fim da propriedade privada.

Nesse novo arranjo, no lugar da sociedade burguesa antiga, “com suas classes e antagonismos de classe, teremos uma associação na qual o desenvolvimento livre de cada um é a condição para o desenvolvimento livre de todos” (MARX; ENGELS, 2001, p. 44).

§

É nesse ponto do raciocínio de Marx que chegamos, segundo Dahrendorf, ao seu infortúnio no que se refere à análise das classes sociais. O *historicismo* e a teleologia histórica mais pura, pragas não expurgadas de Hegel, argumenta, mostrar-se-iam antes como *entes* que como meros *fantasmas*. Atrelar necessariamente, de maneira polarizada, a posição de classe *apenas* ao seu componente econômico, sem levar em conta as diferenciações internas e externas constitutivas das classes sociais, como o *status* e os diferentes papéis sociais que cada ator assume em plurais esferas de sua vida e existência; e, mais que isso, cristalizar na história tais posições de origem econômica como inexoráveis, além de conceber (metafisicamente, diria Dahrendorf) o proletariado como o agente

incumbido de realizar a vontade histórica, significam, para nosso autor, a fragilidade e a utopia da empresa marxiana.

A concepção que Marx faz da sociedade comunista, observa, “de seu papel histórico e do tempo de seu surgimento, é o ponto focal da conexão entre os elementos filosóficos e sociológicos de sua teoria de classes” (DAHRENDORF, 1982, p. 37). Dahrendorf, contudo, é conhecedor refinado da obra de Marx e não desconhece o percurso entre a formação das classes, seus antagonismos e o projeto político que aponta o conflito de classes como motor das transformações históricas.

O que ele faz é censurar o fato de a teoria de classes em Marx ser apenas parcialmente sociológica (e este mesmo talvez não negasse tal suposição se a discussão fosse colocada nesses termos) ao passo que sua validade não resistiria ao exame empírico das sociedades capitalistas contemporâneas. De fato, Marx não discutiu explicitamente a base da proposição empírica de sua teoria de classes, não deixando claro, desta feita, de maneira cabal, a natureza de suas proposições. Ao que tudo indica, entretanto, Marx deu tanta importância à teorização sobre as classes sociais que protelou sua sistematização a ponto de falecer sem tê-la levado a termo.⁶¹

⁶¹ Dahrendorf, por sua vez, não hesitou em escrever tal capítulo no lugar de Marx em *As classes e seus conflitos na sociedade industrial*. Para ele (com uma boa pitada de ironia) e para “o leitor assíduo de Marx, não há razão para desespero. Ele pode, se o quiser, completar o capítulo no lugar de Marx – não exatamente como Marx o teria escrito, obviamente, e também não sem depender de algum tipo de interpretação, mas, de toda maneira, sem acréscimos substanciais ao que o próprio Marx disse”. Dahrendorf, ao que nos parece, não se preocupou em avançar ou resolver a discussão sobre classes sociais com essa tentativa. Seu desígnio com tal empresa foi o de mostrar que Marx – e no que estamos absolutamente em desacordo –, embora tenha sido um autor sofisticado, deixou tantas pistas sobre esse assunto (classes sociais) que não haveria nada de novo caso realmente houvesse escrito o capítulo em questão. Dito de outra forma, Dahrendorf sinalizou que a teoria das classes sociais em Marx nada mais seria que especulação filosófica, filosofia da história (utópica, irrealizável) sem

Dahrendorf não foi, entretanto, o primeiro pensador a tentar refutar, criticar ou reformular as análises de Marx sobre as classes sociais. Os trabalhos de M. Weber, T. Geiger e K. Renner, bem como os mais recentes de R. Aron e S. Ossowsky, dentre outros, são exemplos de estudos que ofereceram importantes contribuições. Como observa pertinentemente Antony Giddens (1975, p. 43), os desenvolvimentos mais significativos da teoria de classes desde Marx foram frutos da sociologia alemã, e isso se deve a uma combinação profícua de motivos históricos e intelectuais.

Weber, em especial, estabelece sua teoria da estratificação social no fragmento “Classes, *status* e partido”, que integra o primeiro volume de sua *Economia e sociedade* (1994). É clássica sua distinção – a qual influenciaria Dahrendorf não somente em *As classes e seus conflitos na sociedade industrial*, mas em diversos outros textos –⁶² entre o componente puramente econômico constante na definição de Marx e as divisões provenientes de diferentes *status* presentes na sociedade não observados por este.

Assim, *status*, que depende de avaliação subjetiva, é uma dimensão da estratificação, separada da *classe*, e tanto uma quanto outra podem variar independentemente. Também é igualmente importante a distinção weberiana entre *classe em si* e *classe para si*, bem como aquela entre *classes proprietárias* e *classes de aquisição*. Não é o nosso propósito aqui, contudo, aprofundarmo-nos nas especificidades de cada uma das contribuições, apenas tentaremos

sustentação sociológica. Com efeito, nessa argumentação, o capítulo 52 de *O capital* não teria ficado inacabado por falta de tempo ou necessidade de maior refinamento teórico, e sim, pura e simplesmente, por ser desnecessário.

⁶² Sobretudo em *Homo sociologicus*, no qual, como já observado anteriormente, Dahrendorf desenvolve a discussão sobre os papéis sociais, que definem o sujeito em termos sociológicos em detrimento às individualidades. Cada indivíduo desempenha uma infinidade de papéis, não se podendo reduzi-los a unidades (sobretudo *teleologias* economicistas). É exatamente, acrescenta – numa perspectiva quase durkheimiana –, essa desintegração da pessoa que possibilita a construção da sociologia como ciência social.

mostrar como Dahrendorf, ao manifestar sua crítica ao modelo marxiano, busca, na realidade, estabelecer sua própria teoria do conflito e, com ela, as bases de seu projeto liberal de sociedade.

Vejamos agora em que termos Dahrendorf estrutura sua crítica a Marx.

§

Para Dahrendorf, o malogro de Marx teria ocorrido em vários níveis. Em linhas gerais, este último ressaltou a propriedade privada dos meios de produção, a mão de obra liberada para o trabalho, a extração da mais-valia, a produção mecanizada nas fábricas e a existência de classes como características fundamentais do modo de produção capitalista. Weber, por sua vez, caracterizou a economia capitalista por seu caráter racionalmente baseado em cálculos estritos que se estruturam de maneira sistemática de acordo com o efeito econômico visado.

Dahrendorf apresenta uma síntese conceitual do modelo de produção capitalista, baseado em Marx, Weber e Sombart: trata-se da união de sete elementos ou determinantes: 1) organização comercial; 2) cooperação de dois grupos de população; 3) um deles possui e controla, simultaneamente e necessariamente, os meios de produção ao passo que 4) o outro não tem propriedade e é limitado a vender sua força de trabalho; 5) ligação de ambos os grupos pelo mercado; 6) princípio aquisitivo; e por fim 7) racionalismo econômico.⁶³

⁶³ Dirá Dahrendorf em texto posterior, de maneira mais sucinta, que o capitalismo “descreve um sistema econômico que é caracterizado por três elementos principais: atores privados coordenam sua atividade econômica através do mercado e de modo a realizar acumulação e crescimento”

Sua questão, no entanto, é saber se a mudança de um desses elementos citados acima implica necessariamente a mudança dos demais (de modo que o capitalismo estaria superado) ou se, ao contrário, uma possível mudança representa uma nova conformação dos fatores sem retirar a essência do modo de produção (DAHRENDORF, 1982, p. 65).

Partindo das categorias analíticas dos três autores citados, Dahrendorf pensa o sistema capitalista de produção como um modelo histórico de estrutura sociomaterial que pode ser substituído por outros modelos, sendo, então, *apenas* uma das muitas formas possíveis de sociedade industrial. Há para ele, portanto, diferentes modelos de produção que podem ser classificados ou descritos como sociedades industriais, sejam elas capitalistas ou não.⁶⁴ Com efeito, observa, a teoria sociológica a partir de Marx tem tratado o conceito de sociedade *burguesa* ou *capitalista* de maneira equivocada e confusa, uma vez que aceita e utiliza o conceito *sociedade industrial* como sinônimo de *sociedade capitalista*.

A sociedade capitalista, com efeito, é apenas uma entre outras formas de organização das sociedades industriais e é adstrita às sociedades europeias ocidentais do século XIX e XX. Marx teria se perdido, portanto, ao configurar *capitalismo* e *industrialismo* como tendências inseparáveis.

O capitalismo [para Dahrendorf], contraposto ao industrialismo, mostrou-se realmente um convidado circunstancial

(DAHRENDORF, 1992, p. 38). Essa definição está de acordo, entre muitas outras convergentes, com a de Peter Berger, em que o capitalismo se assenta na “produção para um mercado através de indivíduos empreendedores ou associação com o propósito de fazer o lucro” (BERGER, 1986, p. 19).

⁶⁴ Raymond Aron atentou para essa característica, convergindo com a opinião de Dahrendorf, em sua trilogia proferida na Sorbonne sobre a sociedade industrial. Aron ministrou o primeiro curso *Dezoito lições sobre a sociedade industrial* no ano letivo de 1955-1956, mesma época em que Dahrendorf escrevia.

da história. A sociedade capitalista não passa de um subtipo de sociedade industrial, nada mais que uma fase no desenvolvimento da sociedade industrial. (GIDDENS, 1984, p. 35).

Para Dahrendorf, mais que uma questão meramente terminológica, as tendências políticas acabam por ganhar destaque em relação às científicas nessas discussões sobre as especificidades históricas e sociológicas do modo de produção capitalista. Se, por um lado, pode-se perder no percurso analítico o componente político que reveste de força explicativa o conceito de *sociedade capitalista* como sinônimo de *sociedade industrial* (e disso deriva certa tendência ao conservadorismo e à manutenção do *status quo*), por outro lado, diz Dahrendorf, ainda que se incorra por vezes nesse conservadorismo, não se trata de termos diferentes para conceitos idênticos, como se supõe, e sim de conceitos de natureza heterogênea.

Com efeito, o conceito de sociedade industrial, por ser mais abrangente, permitiria uma compreensão mais precisa e detalhada das sociedades ocidentais.⁶⁵ O termo industrialização refere-se especificamente à produção mecanizada de bens em fábricas ou em outras empresas. A sociedade industrial possui como especificidade, pois, o *industrialismo* como forma predominante de organização econômica. Segundo Dahrendorf, nessa forma específica de sociedade, há uma multiplicidade de conflitos e alianças que se interpenetram, perdendo em seu percurso a homogeneidade que Marx avistara como tendência contraditória inexorável rumo à emancipação.

Dahrendorf aponta ainda que Marx equivocou-se ao estabelecer o critério da propriedade dos meios de produção, e não a renda ou a fonte de renda, entre outros critérios menos

⁶⁵ “De modo geral [...] mantemos a produção mecanizada de mercadorias em fábricas e empresas como a característica distintiva das sociedades industriais.” (DAHRENDORF, 1982, p. 46).

rígidos, como origem dos conflitos de classe. Assim, as relações de produção constituiriam, nessa perspectiva, o determinante último da formação das classes e do desenvolvimento dos conflitos de classe, bem como da confabulação dos demais conflitos presentes na sociedade.

No pensamento marxista, os capitalistas possuem fábricas e máquinas, compram a única propriedade dos proletários, sua força de trabalho, com o intuito de produzir um valor adicional e, assim, aumentar seu capital. Ora, dirá Dahrendorf, disso decorre um problema crucial de interpretação:

Entende Marx por relações de propriedade ou de produção as relações factuais de controle e subordinação nas empresas de produção industrial – ou simplesmente as relações de autoridade, na medida em que têm por base o título legal da propriedade? Concebe ele a propriedade em um sentido (sociológico) amplo – isto é, em termos da exclusividade do controle legítimo (no qual o gerente também exerce funções de propriedade) – ou simplesmente como um direito de propriedade estatutário relacionado com este controle? É a propriedade, para Marx, um caso especial de autoridade ou, vice-versa, a autoridade um caso especial de propriedade? (DAHRENDORF, 1982, p. 31).

Trata-se de um questionamento lógico, não resolvido pelo próprio Marx no conjunto de sua produção. Como observamos anteriormente, Marx deixou algumas lacunas em sua obra, tais como o capítulo prometido sobre o Estado e outro sobre as classes sociais (este apenas iniciado e inacabado com pouco mais de uma página). Dahrendorf observa que a teoria de classes do autor, colocada em termos antagônicos entre possuidores e não possuidores dos meios de produção, tem sua validade posta em risco (ao menos empiricamente) à medida que não está claro se repousa, ou não, sobre a união entre propriedade e controle.

Se a resposta for afirmativa, argumenta, a sociedade em que a autoridade (controle) é exercida por funcionários do Estado ou por gerentes não possui, por definição, nem classes nem conflitos

de classe.⁶⁶ Por outro lado, se se considera o conceito mais amplo de propriedade, a estrutura de autoridade na empresa e a categoria de classe passam a ser aplicáveis, ao menos potencialmente, a todas as *relações de produção*.

Ao que tudo indica, diz Dahrendorf, Marx utilizou-se essencialmente do conceito estreito e jurídico de propriedade. Tal procedimento – e apenas este –, seguindo o raciocínio, teria permitido a Marx ligar sua sociologia à sua filosofia da história, ainda que isso signifique a fraqueza e a falta de rigor sociológico de sua argumentação. Assim, a posse – ou a não posse – efetiva da propriedade privada cria consigo *situações comuns*, ou *situações de classe*, isto é, as relações sociais compartilhadas, bem como os interesses comuns e a divisão social do trabalho criam interesses e necessidades comuns.

Dahrendorf apregoa que, diferentemente do que escreveu Marx a partir de suas observações empíricas e teóricas (embora aquele reconheça que este tenha discutido o crescimento das sociedades anônimas no terceiro volume de *O capital*), com o crescimento e com a complexificação da indústria, a coincidência entre a propriedade industrial e o controle real dos trabalhadores tornou-se um fenômeno passageiro, isto é, há uma tendência evidente para a *decomposição do capital*.

Nas sociedades industriais avançadas, a propriedade do capital não confere necessariamente controle sobre o sistema de autoridade na empresa capitalista. Atualmente são os executivos quem controlam, em grande parte, a produção industrial, sobretudo nas grandes corporações,⁶⁷ ainda que estes não possuam

⁶⁶ “Pode-se perguntar se este novo conflito, no qual o operariado já não se enfrenta com uma classe capitalista homogênea ainda pode ser descrito como um conflito de classe.” (DAHRENDORF, 1982, p. 53).

⁶⁷ Dahrendorf (1982, p. 50, nota 6) aponta que, em 1935, os membros da gerência de 155 das 200 maiores corporações dos EUA detinham, em média, não mais que 1,74% das ações ordinárias de suas empresas. Ver o estudo

a propriedade privada do capital, característica apontada por Marx e retomada por Dahrendorf como distintiva do capitalismo.⁶⁸ Formam, portanto, uma espécie de *patrões sem capital*. Ora, num cenário em que os funcionários são *proprietários sem capital*, dirá Dahrendorf, a própria teoria do conflito de classe – em termos antagônicos entre os possuidores e não possuidores dos meios de produção – torna-se equivocada.

No outro vértice da pirâmide há a mesma tendência. Ao contrário das previsões de Marx, argumenta Dahrendorf, a classe trabalhadora atualmente está longe de ser um grupo homogêneo de pessoas não especializadas e pauperizadas. Há diversas diferenciações em seu interior. Ao tentar derivar sua previsão da crescente homogeneidade do operariado a partir da premissa de que o desenvolvimento técnico da indústria tenderia a abolir todas as diferenciações de especialização e qualificação, Marx acabou subestimando, assevera Dahrendorf, mais uma vez a variabilidade da história, já que o operariado, nesse caso, “dissolveu uma posição, ou um papel, substituindo-os por uma série de papéis, dotados de expectativas divergentes e muitas vezes conflitantes” (DAHRENDORF, 1982, p. 53). A uniformidade crescente da classe operária, outro pilar da intensificação da luta de classes que levaria à revolução, também teria se tornado muito pouco plausível.

paradigmático de C. W. Mills (1951) sobre o crescimento vigoroso dos *white collar*, isto é, da *nova classe média*, composta por assalariados não produtivos, como bancários, comerciários, vendedores, publicitários, gerentes etc. Outro estudo importante foi realizado por J. Burnham (1960) no livro *A revolução dos gerentes*, alcinhando com esse título o movimento interpretativo homônimo. Não é demais lembrar, contudo, que esse debate fora iniciado no seio do marxismo, no início do século XX, entre Karl Kautsky e Eduard Bernstein, teóricos da social-democracia na Alemanha, sobre a classe média emergente de trabalhadores e funcionários em decorrência da tecnificação da produção, apontando para as novas categorias sociais.

⁶⁸ Dahrendorf aponta a coincidência entre propriedade do capital e autoridade/controle dos trabalhadores nas fábricas como essencial à teorização marxiana no que se refere à expropriação capitalista.

Entrementes, se a classe homogênea capitalista e a classe homogênea trabalhadora imaginadas em seu esquema não se desenvolveram no decorrer da história, não se poderia afirmar que as mudanças não observadas por Marx implicam necessariamente a abolição do conflito. Ao contrário, diz Dahrendorf, o conflito se renova e se reforça posto seu caráter fundador e transformador na sociedade.

Com a emergência dessa nova classe média (que seria impensável no modelo marxiano de classes sociais), materializada, como observado, no crescimento vigoroso dos trabalhadores de escritório cujo comportamento político é caracterizado pela ambiguidade – parte deles se identifica com a burguesia enquanto outra parte se identifica com o operariado – e na diversificação de papéis e de demandas no seio da classe operária, acentua-se paulatinamente a mobilidade social, intra e interestratos sociais, fruto da abertura das oportunidades oferecidas pelo mercado e pela ressurgência do estado liberal no século XX, que acabaria por agir no sentido de promover a organização dos partidos políticos.

Estes, os partidos políticos, atuam através de interesses diversificados, garantindo a pluralidade democrática. Diz ainda Dahrendorf que, como resultado maior desse complexo cenário, surgem não somente efeitos econômicos e sociais, mas, antes e mais significativo, a difusão de um novo e importante comportamento político que será a tônica da sociedade contemporânea e que levará à bancarrota as análises de Marx, fustigando-as: das violentas lutas de classes vivenciadas no século XIX passa-se à competição política pacífica e à negociação industrial. Nem a luta de classes é um fator demiúrgico da transformação social, nem tampouco a mudança implica necessariamente um processo abrupto que modifique de um golpe o conjunto da sociedade.

Marx é, com efeito, aos olhos de Dahrendorf, rejeitado no nível teórico e político.

[...] a notável expansão da igualdade social no último século tornou as lutas de classe e as mudanças revolucionárias francamente impossíveis. [...] Do ponto de vista dos

privilégios e privações legais, todo cidadão das sociedades industriais avançadas tem um mesmo *status* e quaisquer diferenças sociais existentes têm como base essa igualdade fundamental. O privilégio “absoluto” da burguesia e a alienação igualmente “absoluta” do proletariado, previstos por Marx com uma figura de pensamento caracteristicamente hegeliana, não só não se realizaram, mas também, ao institucionalizar certos direitos do cidadão, as sociedades *post-capitalistas* desenvolveram um tipo de estrutura social que exclui privilégios e privações tanto em suas formas “absolutas” quanto em muitas outras formas mais suaves. Se a igualdade perante a lei era apenas uma ficção cínica para a maior parte das pessoas nas primeiras fases da sociedade capitalista, os amplos direitos do cidadão na sociedade *post-capitalista* representam uma realidade que neutraliza forçosamente todas as formas remanescentes de desigualdade e diferenciação sociais. (DAHRENDORF, 1982, p. 64-66).

Essa argumentação, a da expansão dos direitos como fator de atenuação dos conflitos, não é exatamente uma descoberta, uma vez que a tese da institucionalização do conflito de classes já havia sido empreendida anteriormente por T. Geiger, autor a quem Dahrendorf paga tributo, embora aquele, na avaliação deste, tenha empreendido uma crítica parcial.⁶⁹

Entrementes, para nosso autor, esse seria o passo essencial à conformação da realidade política e social das sociedades

⁶⁹ O texto de Geiger em questão é *Die Klassengesellschaft im Schmelztiegel* (1949), sem tradução para o português. Dahrendorf baseia sua crítica ao modelo marxiano de classes sociais apoiando-se explicitamente no autor e acredita superá-lo na segunda parte da obra *As classes...* “Ele [Geiger] alcançou apenas um dos dois objetivos propostos por sua pesquisa. Demonstrou que o modelo de uma sociedade de classes baseadas nas relações de produção já não é aplicável à análise da sociedade *post-capitalista*. Mas não foi capaz de demonstrar o que deve ser substituído nesse modelo para tornar a sociedade acessível à análise sociológica” (DAHRENDORF, 1982, p. 98).

industriais que provieram após Marx. Mais que isso, é a instância primeva, a base de onde se erigiria o constructo analítico de Dahrendorf: *a institucionalização dos conflitos sociais*, pedra angular de sua teoria posterior sobre a liberdade.

§

Neste ponto, após termos apresentado brevemente o percurso analítico de Marx sobre as classes sociais e a crítica correspondente de Dahrendorf, poderíamos provavelmente indagar: afinal teria sido Marx tão cego ou ingênuo a ponto de estabelecer suas considerações (e sua própria filosofia da história) de maneira tão espúria tal como demonstrou Dahrendorf?

Há aqui algumas implicações que devem ser brevemente apontadas, embora, observemos uma vez mais, a análise de Dahrendorf em relação ao modelo marxiano de classes sociais sirva como um *primeiro passo* à crítica mais geral empreendida neste livro, a qual responde à negação das teorias preditivas da história e à sua teoria do conflito em bases próprias. No mais não estamos em busca de nenhuma espécie de defesa, ou algo que o valha, de Marx. Apenas observaremos algumas questões que nos parecem importantes no tratamento crítico de Dahrendorf em relação a Marx.

Primeiramente cabe apontar que Dahrendorf, ao estabelecer as bases empíricas de sua crítica, acaba nesse ponto, ao que nos parece, esvaziando por completo o conteúdo político que subjaz o arcabouço analítico marxiano.⁷⁰ Na busca

⁷⁰ Sérgio Adorno (1996) aponta convergentemente conosco que a distinção estabelecida por Dahrendorf entre sociedades industriais e sociedades capitalistas é notadamente instrumental e leva-o a esvaziar o conteúdo

incessante por confrontar as análises de Marx com dados empíricos, retira-lhe e censura-lhe a ideologia que compõe sua análise, como se quisesse, aos moldes weberianos, estabelecer uma sociologia livre de postulados ideológicos, uma disciplina baseada apenas na realidade que se apresenta, sem perscrutar o que dela advém.

Parece se tratar de uma busca inglória, primeiramente porque, no caso particular de Marx, não há teoria sem *práxis*, vale dizer, estão inextricavelmente ligados o movimento da história e a confabulação das forças produtivas em seu pensamento; e, sobretudo, porque ele mesmo, Dahrendorf, não escapa – longe disso – às influências liberais que se podem notar em suas obras.⁷¹ A diferença, argumentaria Dahrendorf em sua defesa, é que seu liberalismo não se apresentaria como um *a priori*, uma pretensa doutrina na qual a teoria e a realidade (ambas moldadas pela ideologia) devem necessariamente se encaixar.

Embora Dahrendorf reconheça a genialidade de Marx ao descrever a sociedade capitalista do século XIX bem como ao estabelecer o conflito como motor da história (como veremos no capítulo a seguir), afirma, no entanto, que a composição de classes observada por este era datada e não resistiria ao exame empírico meio século depois. Tudo isso nos parece bem observado.

A questão que se coloca, entretanto, é não perder de vista que o que Marx buscou com seu esquema foi mostrar o caráter mais profundo do capitalismo, revelado, em oposição aos outros modos de produção, pela desmistificação da natureza da relação de classe entre capital e trabalho assalariado, características

político do conceito de sociedade capitalista tal qual fora elaborado no conjunto da obra de Marx; em particular em *O capital* (sobretudo o Livro I) e no *Manifesto do Partido Comunista*.

⁷¹ Isso está de acordo com o que argumentamos no primeiro capítulo, em que mostramos que Dahrendorf não rejeita o posicionamento político dos intelectuais.

estas singulares do modo de produção capitalista. As minúcias compositivas das classes não configuraram seu objeto central analítico e serviam, ao que tudo indica, como *tendências* e não como postulados absolutos e a-históricos de estratificação social.

Apontar as análises de Marx como verdadeiras *apenas* para o século XIX, sem, no entanto, ater sua própria crítica à especificidade das condições históricas e sociais em que este viveu – e não à luz das mudanças que ele não podia ver senão como *tendências* –, representa, parece-nos, incorrer numa sorte traiçoeira de anacronismo.

O conceito de classe, como Marx o empregou, tem pouca significância quando retirado do esquema global e [...] as fraquezas e dificuldades associadas ao conceito “marxiano” derivam primordialmente de aspectos da teoria de Marx encarados amiúde como separáveis de sua noção de classe como tal. (GIDDENS, 1975, p. 120).

Ainda nesse sentido, em seu livro *As classes sociais no capitalismo de hoje*, Poulantzas (1975) observa que uma classe social no pensamento marxiano define-se pelo seu lugar no conjunto das práticas sociais, vale dizer, pelo seu lugar no conjunto da divisão social do trabalho. As classes são, com efeito, conjuntos de agentes sociais determinados principalmente, mas não de maneira exclusiva, por seu lugar no processo de produção (determinação econômica).

Para o marxismo, o econômico assume o papel determinante em um modo de produção e numa formação social: mas o político e o ideológico, enfim a superestrutura, desempenham igualmente um papel muito importante. De fato, todas as vezes que Marx [...] procede a uma análise das classes sociais, não se limita somente ao critério econômico, mas se refere explicitamente a critérios políticos e ideológicos. (POULANTZAS, 1975, p. 14).

Poulantzas denomina *determinação estrutural de classes* essas posições ocupadas na sociedade capitalista que são definidas

pelas relações de dominação-subordinação política e ideológica conferidas na esfera da produção. Tal determinação estrutural, assim, representa e só existe *como luta de classes*, devendo ser distinguida da mera posição conjuntural de classe. Poulantzas afirma categoricamente que o aspecto principal de uma análise das classes sociais é a questão dos lugares na luta de classes e não dos *agentes que as compõem*: “as classes sociais não são grupos empíricos de indivíduos – grupos sociais – ‘compostos’ pela adição desses indivíduos” (POULANTZAS, 1975, p. 17), mas são antes grupos compositivos agregados por sentimento de pertença, e tal sentimento se forma (e, por conseguinte, sua determinação) no horizonte da luta, não por cortes empíricos e estatísticos.

Embora devamos admitir a influência de Althusser e sua *sobredeterminação estrutural* em Poulantzas, parece-nos plausível que Dahrendorf tenha se preocupado menos em analisar a teoria de classes em Marx no seu todo, e a partir dela substanciar sua crítica, que em elaborá-la em aspectos demasiadamente empíricos.

Disso deriva que Dahrendorf, ao erigir sua crítica naquilo que tem de sociológico nas análises de Marx, deixando de lado (e tratando depreciativamente) a *filosofia da história* nelas também presente, equivoca-se duplamente: primeiro ao tentar separar inadvertidamente em compartimentos estanques aquilo que fez a analítica marxiana ser o que é (e daí toda sua influência e riqueza); e, como resultado disso, pecou ao optar pela dissecação empírica – escolhendo o calcanhar (considerando aqui a cisão realizada por Dahrendorf como legítima) *mais fraco* de Marx para basear sua crítica.⁷² Como observa Giddens argutamente, seria mais frutífero

⁷² Ralph Miliband, outro autor de estirpe marxista, teceu importantes críticas àqueles autores que tentaram refutar as análises de Marx, não somente no que se refere às classes sociais, mas em relação às mudanças que têm ocorrido nas sociedades industrializadas no último século e meio e às implicações dos escritos de Marx para o exame dessas mudanças. Miliband sustenta, diferentemente de autores como Dahrendorf, Aron e Ossowsky, que algumas das ideias básicas de Marx não se mostraram inválidas com

se Dahrendorf houvesse discernido, para fins de suas críticas, a noção de modelo *abstrato* da de modelo *concreto* de classes em Marx.

Se tomarmos as críticas de Dahrendorf a Marx, entretanto, não há como negar que, de fato, o desenvolvimento da sociedade capitalista mostrou-se contrário a algumas das previsões deste último. Tem razão aquele autor em muitas das posições que sustenta, ainda que devamos ter em conta as objeções acima apresentadas.

O itinerário abreviado dessa crítica pode ser assim cingido: 1) a dinâmica das sociedades *post-capitalistas* escapa aos conceitos desenvolvidos por Marx, pois que estes são insuficientes; 2) a equalização dos direitos básicos e das condições de vida teria eliminado a base classista de diferenciação; 3) a intensificação massiva da mobilidade social tornaria praticamente impossível a formação de grupos solidários duradouros; e por fim 4) a teoria marxiana/marxista de classes teria perdido, pois, seu valor heurístico e deve ser substituída por uma teoria fundamentalmente diversa sobre as tensões sociais: a teoria da *ubiquidade dos conflitos*.

A questão que fica, todavia, é a de observar as bases nas quais a crítica de Dahrendorf a Marx foi construída. Se a ideia original era refutar Marx e sua análise das classes sociais em

o decorrer do tempo e que perderam, de forma geral, muito pouco de seu valor explicativo. Observa também que, embora a sociedade capitalista tenha mudado muito após a morte de Marx, tais mudanças podem ser compreendidas pela lapidação de suas teorias e não por sua radical alteração ou completo abandono (MILIBAND, 1969). Para as críticas ao modelo marxista (contemporâneas e alinhadas às de Dahrendorf), ver de R. Aron: *Dezoito lições sobre a sociedade industrial* (1962/1982), *A luta de classes* (1964) e *Democracia e totalitarismo* (1966); e de S. Ossowsky: *Estrutura de classes na consciência social* (1964). Uma importante discussão no seio do marxismo sobre a temática das classes sociais e do Estado no capitalismo pode ser vista no debate entre Poulantzas e Miliband (1975), cuja crítica encontra-se em Giddens (1984).

bases empíricas, isto é, naquilo que, fundamentado na realidade dos fatos e das estatísticas, mostrou-se divergente às análises de Marx, então qual o motivo de utilizar essa mesma análise para desmerecê-la em seus contornos filosóficos?

Dito de outra forma, poderíamos fazer Dahrendorf provar de seu próprio remédio: como poderia ser possível a ele intentar separar o Marx *filósofo da história* do Marx *sociólogo* se ele mesmo, Dahrendorf, não foi capaz de fazê-lo em sua crítica? A resposta parece ser que este último, desde já, planejava sua própria filosofia da história, baseada na *função* e na *institucionalização*, via *regulação*, dos conflitos sociais. E essa imagem da sociedade, tal qual o fez Marx de maneira diversa, contém em si aspectos de ordem empírica e outros de teor nitidamente político-filosóficos.

Vejamos, pois, as bases desse edifício teórico no próximo capítulo, ainda considerando os textos *As classes e seus conflitos na sociedade industrial* e *Sociedade e liberdade*, pertencentes à sua primeira produção.

CAPÍTULO 3

Conflito social e institucionalização dos conflitos na sociedade *post-capitalista*

3.1 Conflito social

“O conflito é o sopro de vida da
liberdade.”

*As classes e seus conflitos na sociedade
industrial*, Ralf Dahrendorf

POIS BEM. Temos então um novo cenário, que carece de novos paradigmas explicativos. Para Dahrendorf, como vimos, nem Parsons (teoria integracionista), nem tampouco Marx (teoria coercitiva) puderam oferecer repostas convincentes à teoria social e à análise da sociedade que emerge no século XX. Nosso autor assume, então, a incumbência de fazê-lo. É curioso notar que ele recorre a esses dois nortes para sua empresa. Eis que o *Dahrendorf teórico* mostra-se mais complacente com ambas as teorias, deixando um pouco à margem o *Dahrendorf crítico* de outrora, a ponto de extrair-lhes uma pitoresca síntese.

Dahrendorf aponta que, ao longo da história do pensamento político ocidental, dois enfoques sobre a sociedade apresentaram-se de maneira conflitante na tentativa de explicar aquilo que provavelmente seria o problema mais complexo da filosofia social: afinal como as sociedades humanas se mantêm coesas? De um lado, o enfoque *utópico* (coesão por consenso) representado pela *volonté générale* em que a ordem social resulta de um acordo generalizado em torno de valores que têm mais peso que qualquer desavença de interesse ou opinião; e, de outro lado, o enfoque *racionalista* (coesão por coerção) que acredita ser a ordem social fruto da coerção e dominação de alguns e sujeição de outros. Teríamos então Aristóteles *versus* Platão, Hobbes *versus* Rousseau e Kant *versus* Hegel. No campo da análise sociológica, teríamos Marx *versus* Parsons.

Em termos gerais, parece-me que duas (meta) teorias podem e devem ser identificadas na sociologia contemporânea. Uma delas, *a teoria da integração da sociedade*, concebe a estrutura social em termos de um sistema funcionalmente integrado, mantido em equilíbrio por certos processos padronizados e repetitivos. A outra, *a teoria da coerção da sociedade*, vê a estrutura social como uma forma de organização mantida coesa por força e coerção e que se estende constantemente para além dela mesma, no sentido de produzir dentro de si forças que a mantêm em um processo contínuo de mudança. À semelhança de suas contrapartidas filosóficas, estas teorias são mutuamente excludentes. (DAHRENDORF, 1982, p. 146).

Em resumo, os dois modelos apresentam-se da seguinte forma, segundo Dahrendorf:

Teoria integracionista: 1) toda sociedade é uma estrutura de elementos relativamente persistente e estável (tese da estabilidade); 2) toda sociedade é uma estrutura de elementos bem integrada (tese do equilíbrio); 3) todo elemento em uma sociedade tem uma função, isto é, contribui para sua manutenção como sistema (tese do funcionalismo); e 4) toda estrutura social em funcionamento é

baseada em um consenso entre seus membros sobre valores (tese do consenso).

Teoria coercitiva: 1) toda sociedade está, a cada momento, sujeita a processos de mudança; a mudança social é ubíqua (tese da historicidade); 2) toda sociedade exhibe, a cada momento, dissensão e conflito que são, em si, explosivos; o conflito social é ubíquo (tese da explosividade); 3) todo elemento numa sociedade contribui de certa forma para sua desintegração e mudança (tese da disfuncionalidade e produtividade); e 4) toda sociedade é baseada na coerção de alguns de seus membros por outros (tese da coação).

Para Dahrendorf, no entanto, na sociologia, diferentemente do que ocorre na filosofia, a união seletiva desses dois enfoques, e não a exclusão mútua, mais que aceitável, é procedimento desejável. O *status* ontológico de cada um simplesmente não se coloca em discussão, portanto (CRUZ, 1974). Nessa chave interpretativa, para a sociologia, com efeito, há problemas para os quais o enfoque interacionista oferece pressupostos adequados (a socialização, por exemplo), ao passo que há outros adequados à teoria coercitiva (o conflito, a dominação, a mudança, entre outros). Da mesma forma, há aqueles que só são apropriadamente avaliados quando vistos sob a luz de ambos os enfoques. Ocorre, pois, certa dialética entre estabilidade/mudança e consenso/coerção que traduz a riqueza da realidade social.

Evidentemente, Dahrendorf não está cedendo às *tentativas funcionalistas*. Ao contrário, aponta o valor heurístico advindo de alguns dos princípios do paradigma funcional, pois que, como produtos do conflito – via regras morais e consuetudinárias –, certos padrões se estabelecem em *sistemas* coerentes de significação, e aí categorias analíticas como papel, instituição, norma, estrutura, e mesmo função, tornam-se aparatos úteis. O problema se dá, argumenta, quando o conflito social é tomado por desvio e quando as estruturas sociais aparecem como amálgamas perenes da realidade social. Temos, pois, que o conflito (disfuncionalidade, coerção) é base das relações sociais (sistema).

Dahrendorf, contudo, não procura estabelecer o conflito social dentro do paradigma funcionalista, tal qual o fizera R. K. Merton e seu discípulo L. Coser. Em seu *Sociologia: teoria e estrutura*, Merton (1970) aponta aquilo que Dahrendorf encara como um “considerável avanço no desenvolvimento da análise funcional” que consiste “na consideração sobre a possibilidade de explicação sistemática dos conflitos (num nível estrutural)” (DAHRENDORF, 1981b, p. 79).

Merton, de fato, critica o funcionalismo que o precede, sobretudo de T. Parsons, ao afirmar categoricamente que os conflitos sociais não são meras categorias residuais, isto é, momentos disfuncionais (residuais e passageiros) dos sistemas que tendem ao equilíbrio. Ele assevera que, dentro de sua “tipologia dos modos de adequação individual”, há diversos tipos (na realidade cinco modelos) de comportamento desviante, os quais não obedecem à lógica do sistema, e que é necessária toda uma discussão aprofundada sobre seus motivos, formas e possibilidades (MERTON, 1970, p. 154).

No final das contas, entretanto, na ótica mertoniana, ao que nos parece, os conflitos acabam adaptando-se ao sistema. Merton com sua empresa (a *teoria de porte médio* é o melhor exemplo), na realidade, buscou caminhos para suavizar a uniformidade, abstração e rigidez da tese funcional, avançando em muitos aspectos em relação ao funcionalismo parsoniano, mas mantendo, no entanto, o essencial daquela visão.

L. Coser (1961), em seu *Functions of social conflict*, ofereceu o modelo cabal de análise do conflito social dentro do paradigma funcionalista. Como observa Dahrendorf, a crítica daquele a Parsons é ácida em alguns aspectos, mas, ao unir a análise do conflito ao modelo estrutural-funcional, acaba também dele prisioneiro. Para Coser, sem meias palavras, muitos dos conflitos são agregadores, isto é, são *funcionalmente positivos* e prestam-se, como as funções, os valores e as instituições, ao funcionamento equilibrado dos sistemas sociais.

Com efeito, em Coser, a tese funcional não só é capaz de dar respostas coerentes e convincentes aos fenômenos do conflito, mas, e mais importante, os conflitos sociais só podem ser adequadamente compreendidos, em sua importância integrativa, através da análise funcional.

O conflito pode servir para eliminar os elementos desagregadores de uma relação e restabelecer a unidade. Enquanto o conflito significa uma descarga de tensão entre elementos hostis, possui uma função estabilizadora e transforma-se em componente integrante desta relação [...] A mútua dependência de grupos hostis e de toda gama de conflitos que servem para unir o sistema social, ao eliminar-se mutuamente, impedem a desintegração. (COSER apud DAHRENDORF, 1981b, p. 81).

A tese de Dahrendorf em relação aos conflitos sociais não possui esse ranço funcionalista. Ao contrário, ele sustenta que o conflito social representa o fomentador, o papel constante, o sentido e o efeito da evolução das sociedades humanas, nas suas partes e no conjunto. Seu argumento, que será exacerbado em textos posteriores, é antes de caráter antropológico que meramente analítico.

Conflito social representa, para Dahrendorf, a caução a todos os modelos amorfos de sociedade; significa, à Popper, a não possibilidade de haver respostas possíveis para tudo; traduz, sobretudo, a instabilidade como marca distintiva da realidade social e do próprio homem como ser histórico.

Não se podem enquadrar, sob o aspecto do sistema social, as consequências dos conflitos sociais; pelo contrário, os conflitos só podem ser compreendidos, na sua efetividade e importância, quando referidos ao processo histórico das sociedades humanas. Os conflitos são indispensáveis, como um fator do processo universal da mudança social [...] Exatamente porque apontam para além das situações existentes, são os conflitos elemento vital das sociedades, como possivelmente seja o conflito geral de toda vida. (DAHRENDORF, 1981b, p. 82).

Vejamos a seguir o que especificamente entende Dahrendorf por conflito social, como o conceito se operacionaliza em seu pensamento e como se apresenta na sociedade.

§

De acordo com Dahrendorf, o termo conflito se refere habitualmente a discussões especialmente violentas, sendo utilizado em diversas ocasiões e em diversos níveis. Para ele, contudo, o conceito indica oposições do tipo objetivo (*latente*) ou subjetivo (*manifesto*)⁷³ – baseadas na desigual distribuição de poder e autoridade nos grupos sociais – e será tomado especificamente por *conflito social* quando proceder das estruturas das unidades sociais, vale dizer, supraindividuais.

Em sua tipologia, Dahrendorf oferece cinco espécies arbitrárias de conflitos sociais, de maior ou menor monta:

1) conflito dentro e entre *papéis* sociais individuais, em que há assimetria de interesses e expectativas, por exemplo, um médico e suas expectativas em relação ao paciente, ao sistema previdenciário etc. e o mesmo médico e suas tensões como pai de família, membro do clube etc.;

⁷³ Vê-se aqui – e Dahrendorf assume essa dívida – a influência terminológica e substancial de Merton e sua distinção entre *funções latentes* e *funções manifestas*; e também de Freud com sua categoria de *conteúdos de sonhos latentes* e *manifestos*. Os *interesses manifestos*, na linguagem dahrendorfiana, são similares à *consciência de classe* na linguagem marxista; ainda que Dahrendorf, do alto de seu sociologismo, marque bem a distinção entre ambas: não se trata de “elementos filosóficos e especulativos”, mas, antes, “[.] de uma ‘categoria real’ que pode [...] em princípio, ser revelada por entrevistas” (DAHRENDORF, 1982, p. 162-163).

- 2) conflitos dentro de certos grupos sociais, em que um grupo luta para tomar parte da diretoria de um clube ou sindicato etc. (trata-se de conflitos mais restritos);
- 3) conflitos entre agrupamentos sociais organizados (grupos de interesse) ou não organizados (quase grupos) dentro de setores regionais nas sociedades, como professores e a administração escolar, ou entre leigos e dignitários numa igreja;
- 4) conflitos entre agrupamentos organizados ou não organizados, mas que afetam toda uma sociedade, como, por exemplo, discussões políticas entre dois partidos, antagonismos federativos etc.; e, por fim,
- 5) conflitos entre unidades maiores, como dois países, ou abrangendo mais países, organismos internacionais etc. (DAHRENDORF, 1981b, p. 130).

Esse resumo fica mais claro no esquema apresentado por Dahrendorf, reproduzido a seguir (DAHRENDORF, 1981b, p. 137):

UNIDADE SOCIAL	NÍVEL DOS PARTICIPANTES		
	IGUAIS PERANTE IGUAIS	SUPERIORES PERANTE INFERIORES	O TODO PERANTE A PARTE
A) Papéis	enfermos diante da previdência (no papel do médico); papel familiar diante do papel profissional	família de origem diante da própria família (como papéis); papel profissional diante do papel associativo	personalidade social diante do papel familiar; papel do soldado diante da obrigação de obediência
B) Grupos	time de futebol diante do time de atletismo leve (no clube desportivo); meninos diante de meninas (na classe escolar)	direção diante dos membros (na associação); pais diante dos filhos (na família)	empregados antigos diante dos novos (na empresa); família diante do “filho pródigo”

C) Setores	empresa A diante da empresa B; Aeronáutica diante do Exército	sindicatos patronais diante dos sindicatos operários; monopolista diante de um não monopolista	Igreja católica diante dos “velhos católicos”; Baviera diante dos Emigrados
D) Sociedades	Protestantes diante dos católicos; flamengos diante dos valões	Partido do governo diante da oposição; livres diante de escravos	Estado diante de bandos criminosos; Estado diante de minoria étnica
E) Associações Supraestatais	Leste diante do Oeste; Índia diante do Paquistão	URSS diante da Hungria; Alemanha diante da Polônia	ONU diante do Congo; Mercado Comum Europeu diante da França

Usando terminologia weberiana, Dahrendorf propõe que o cerne estrutural dos conflitos sociais *pós-classes* é calcado nas relações de domínio que reinam dentro de certas unidades das organizações sociais, e esse domínio é configurado doravante em *relações de autoridade*.⁷⁴ Assim, a estrutura das sociedades converte-se em ponto de partida de conflitos sociais, pois que essas sociedades podem ser descritas como associações de domínio. Por domínio, Weber (1994) entende a oportunidade de encontrar obediência para o mandato de determinado conteúdo em pessoas suscetíveis de receber tal mandato.

⁷⁴ E acrescenta, com uma pitada do sarcasmo que lhe é por vezes característico: “Onde quer que existam relações de domínio, e as sociedades sem domínio só nos são conhecidas, até agora, na fantasia dos utopistas e antropólogos, há também conflitos que procedem delas, cujo núcleo mais geral pode-se ver na transformação das relações de domínio vigentes” (DAHRENDORF, 1981b, p. 144).

Disso deriva que o domínio: 1) designa uma relação de autoridade e subserviência entre dois indivíduos ou grupos; 2) espera-se que a parte supraordenada (indivíduos ou grupos) exerça o controle da conduta da parte subordinada por meio de ordens, proibições etc.; 3) tal expectativa é unida a uma posição social que, em teoria, independe do caráter peculiar da pessoa que o detém, configurando-se, pois, como relação institucionalizada entre indivíduos ou grupos, isto é, legítima; 4) o domínio é sempre marcado por “conteúdos determinados” e “pessoas suscetíveis de mandato”; nunca é de caráter absoluto/ad *aeternum*; e 5) sanciona-se a desobediência em razão do domínio, isto é, através de um código composto por normas quase jurídicas (DAHRENDORF, 1981b, p. 143-144).

Outro dado importante é que Dahrendorf empresta também de Weber a noção de *associação imperativamente coordenada* (*Herrschaftsverband*) em substituição ao conceito de *sistema social* (este à moda funcionalista) para estabelecer a arena na qual ocorrem os conflitos que examina.

Na análise de conflitos, ocupamo-nos, entre outros aspectos, da geração de grupos de conflito a partir das relações de autoridade que se verificam em associações imperativamente coordenadas. (DAHRENDORF, 1981b, p. 154).

Segundo Dahrendorf, esse modelo geral, no entanto, não é capaz de cobrir o extenso espectro dos conflitos nas sociedades em que o domínio e a busca pelo poder/autoridade são marcas características; mas consegue, ao menos, delimitar seu horizonte. Para a análise satisfatória dos conflitos sociais, há que se estabelecer, primeiramente, o fundo causal manifesto em cada caso particular.

A partir das características estruturais primárias em cada caso, pode-se distinguir a unidade social de referência dos dois agregados, isto é, os dominadores e os dominados, ao passo que cada qual representa determinados interesses objetivos (*latentes*) e outros que são esperados (e atribuídos) pela própria parte litigante ou por terceiros, de maneira subjetiva (*manifestos*).

A segunda etapa no desenvolvimento dos conflitos, no entender de Dahrendorf, consiste na sua própria cristalização, vale dizer, na evolução dos interesses latentes em agrupamentos de concretude visível. Essa cristalização só se apresenta, entretanto, quando determinadas condições são cumpridas, tais como: técnicas (pessoais, ideológicas, materiais), sociais (recrutamento sistemático, comunicação) e política (liberdade de associação). Sempre que uma dessas condições estiver ausente, mantêm-se como latentes e ocultos os conflitos.⁷⁵

Para a categorização das partes em conflito, agora com suas demandas cristalizadas, Dahrendorf lança mão dos conceitos de *quase grupo* e de *grupo de interesse*. Não há, do ponto de vista sociológico, prossegue, nenhuma garantia de que os interesses latentes de um mesmo grupo ocupante de posições de autoridade sejam idênticos na totalidade de seus papéis sociais (assim os agregados de detentores de posições com interesses iguais são no máximo um grupo potencial); então, esses agregados não configuram mais que *quase grupos* de comunhão de interesses latentes.⁷⁶

Por outro lado, os *grupos de interesse* possuem verdadeira substância sociológica, pois são os agentes do conflito. Possuem uma estrutura, uma forma de organização, um programa e um objetivo, além de uma equipe coesa de membros. São agregados recrutados

⁷⁵ Aqui Dahrendorf se refere apenas aos conflitos *de classes, de proporção e de minorias*, ao passo que, segundo ele, os conflitos oriundos *das relações internacionais, de concorrência e de papéis* demandam exame específico e isolado. Embora se trate de considerações por vezes nebulosas, parece-nos que Dahrendorf tem em vista o conflito de classes nas sociedades *post-capitalistas*, na tentativa, mais uma vez, de fustigar o modelo dicotômico de Marx. Diz mesmo, a certa altura, que, ao analisar o *conflito*, tem em vista a “análise de conflitos de grupos do tipo classe, entendendo-se classe no sentido tradicional”. E acrescenta: “Em nenhum momento será minha intenção pretender uma teoria geral do conflito” (DAHRENDORF, 1982, p. 152, nota 6).

⁷⁶ A teorização original de *quase grupos* é de M. Ginsberg (1953), como aponta Dahrendorf, utilizando-lhe o mesmo sentido.

dentre os *quase grupos* maiores, e seus modos de comportamento são comuns em grande parte de suas manifestações.

O moderno partido político é esse arquétipo. Fica claro que, para Dahrendorf, a *differentia specifica* entre *quase grupos* e *grupos de interesse* diz respeito à legitimidade das relações de dominação e sujeição, isto é, o *quantum* de autoridade legítima que está na origem da estrutura de autoridade das associações. Disso deriva que um time de futebol jamais será um verdadeiro grupo desse tipo, como o é um partido político.

A formação de tais grupos configura a terceira etapa na formação dos conflitos, em que ambos os lados litigantes apresentam identidade organizada, configurando uma tendência a cristalizarem-se em partidos organizados. Ressalte-se que as dimensões bem como os fatores de variabilidade são de grande importância na teoria de Dahrendorf, pois os conflitos sociais originam-se segundo determinadas condições histórico-sociais e se apresentam de diferentes maneiras na história, ainda que estejam baseados em demandas convergentes (as minorias nacionais e religiosas da Alemanha e sua relação com a sociedade alemã em 1860 e 1940 são exemplos de eventos históricos que, embora temporal e historicamente distantes, estão unidos por demandas convergentes).

A intensidade e violência dos conflitos sociais, por sua vez, também dependem dos meios que os lados em discórdia escolhem para impor seus interesses. Daí que se pode observar desde o diálogo, passando pelas discussões ou meios não violentos, como a greve ou o ultimato, até o caso extremo da guerra. Evidentemente, dirá Dahrendorf, o conflito mais perigoso e virulento é aquele que é apenas meio visível e que se manifesta em movimentos explosivos revolucionários. A partir do momento, argumenta, que as demandas de parte a parte foram reconhecidas como tais, torna-se possível suavizar suas formas de manifestação.⁷⁷

⁷⁷ Dahrendorf oferece, ou busca oferecer, exemplos empíricos a cada passo de sua argumentação. Reproduzi-los, no entanto, parece-nos tarefa acessória.

Tal seria a tendência à resolução dos conflitos nas sociedades *post-capitalistas*.⁷⁸

Sendo assim, Dahrendorf defende que não se deve mais falar em *classes sociais*, tal qual fizera Marx tendo um vista os blocos homogeneamente orientados. Na sociedade *post-capitalista*, a progressiva institucionalização de valores como o êxito e a igualdade (que teriam removido as barreiras antes associadas ao conceito de classes em Marx) propiciou certa tendência à fluidez dos conflitos em diversos níveis, que agora respondem a múltiplas demandas.

A partir de então, o modelo *classes* passa a significar “grupos de conflito gerados pela distribuição diferenciada de autoridade em associações imperativamente coordenadas” (DAHRENDORF, 1982, p. 183). Assim, a ideia de uma estrutura de classes cortando o conjunto da sociedade é totalmente estranha a Dahrendorf. As classes existem dentro das associações de dominação, havendo tantas estruturas de classe quantas forem as associações consideradas.

O que passa a ser central no jogo político é a capacidade dos diferentes grupos sociais em influenciar as estruturas normativas da sociedade. Em outras palavras, como observa Sérgio Adorno em relação à visão de Dahrendorf, a luta não fica restrita ao âmbito das classes, tampouco ao da produção, mas antes as lutas

⁷⁸ O termo *post-capitalista*, já utilizado algumas vezes no livro, é de Dahrendorf e, por isso, foi mantido. Trata-se, segundo ele, da denominação genérica empregada para as sociedades industrializadas ocidentais em que o conflito não se restringe mais ao âmbito das fábricas e das classes antagônicas apontadas por Marx. Dahrendorf reporta-se sempre às sociedades da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), especificamente ao cenário do Welfare State. Em textos posteriores, o autor esclarece que se trata de um termo que, após refletir, deveria ser evitado, uma vez que poderia levar, inadvertidamente, a terminologias com “ismos”, como pós-modernismo, pós-industrialismo etc. Na realidade, Dahrendorf condena a busca por rótulos e critica os autores contemporâneos que o fazem sem critérios.

passam a se desenvolver “em torno da desigualdade de poder e de autoridade” (ADORNO, 1998, p. 5).

O conflito, doravante, no que concerne às relações sociopolíticas nas sociedades industriais avançadas, segundo Dahrendorf, baseia-se:

na desigualdade social fundamental da autoridade, que pode ser mitigada por seu caráter racional, mas que, não obstante, permeia a estrutura de todas as sociedades industriais e proporciona o determinante e a substância da maioria dos conflitos e choques. (DAHRENDORF, 1982, p. 73).

3.2 Institucionalização dos conflitos

O PONTO de partida analítico de Dahrendorf para sua teoria do conflito social tem como esteio histórico o avanço da negociação sindical e dos direitos político-sociais alcançado no século XX, que, para ele, teria deixado para trás os violentos embates entre capital e trabalho, abrindo caminho, desta feita, às esferas institucionais de arbitragem e à negociação entre as partes litigantes. Segundo seu argumento, haveria uma crescente equalização de *status* nas sociedades industriais contemporâneas e, com ela, uma notável expansão da igualdade social que teriam reduzido a intensidade dos conflitos de classe. As bases propositivas de Dahrendorf podem ser encontradas em Marshall (1967)⁷⁹ e sua teoria das etapas dos direitos.

Segundo Marshall, a generalização da igualdade perante a lei, que representa o primeiro estágio dos direitos do cidadão,

⁷⁹ Dahrendorf foi aluno de T. H. Marshall, a quem credita ter desenvolvido a mais completa análise sobre cidadania na obra *Cidadania, classe social e status*.

em meados do século XIX, era compatível com o conflito de classes, em que os trabalhadores buscaram suporte legal para suas reivindicações. O segundo estágio seria alcançado em finais do mesmo século, quando os direitos do cidadão foram estendidos à esfera política via sufrágio universal e participação política em partidos e associações.

Os conflitos, anteriormente confinados às paredes das fábricas, agora se apresentariam como demandas nos órgãos de negociação e parlamentos. Contudo, ainda refletindo com Marshall, foi apenas no século XX que os direitos legais e políticos foram convertidos em verdadeiros direitos sociais, fazendo com que o processo de equalização do *status* alcançasse realmente o ponto em que as diferenças e os antagonismos de classe fossem atingidos e atenuados a níveis jamais vistos. Ao se institucionalizarem certos direitos, haveria uma tendência inegável ao nivelamento das diferenças sociais e, com isso, à diminuição dos conflitos violentos de origem classista, este cada vez mais vago e descaracterizado.

Tendo isso em vista, nas sociedades *post-capitalistas*, a organização do capital e do trabalho foi seguida por diversos modelos posteriores de regulação de conflitos.

Por um lado, as partes disputantes na indústria e na política puseram-se de acordo quanto a certas regras do jogo e criaram instituições que proporcionaram um arcabouço para normatização do processo de conflito. Na indústria, elas incluem órgãos de negociações coletivas de diversos tipos, assim como sistemas de conciliação, mediação e arbitragem. Na política, os órgãos legislativos e os tribunais desempenham funções similares. Todas essas formas ajudam a transformar as greves e guerras civis de arma exclusiva de conflito em última *ratio* das partes em litígio. (DAHRENDORF, 1982, p. 68).

Mais que isso, para Dahrendorf, trata-se da superação da sociedade capitalista, se entendida à esteira do marxismo pela dicotomia e enfrentamento entre capital e trabalho. As sociedades *post-capitalistas* engendram relações de conflito que

não se limitam mais ao âmbito das fábricas. São, a rigor, nessa perspectiva, sociedades industriais em que os diversos grupos em litígio aprenderam a conviver; em que o cenário de conflito não é mais uma arena violenta de disputas, e sim uma espécie de mercado no qual forças relativamente autônomas confrontam-se de acordo com certas regras do jogo em virtude das quais ninguém é permanentemente vencedor ou perdedor.

Não se trata, continua, no entanto, de uma sociedade *sem classes*, pois que, se há os quase grupos e os grupos de interesse, há, necessariamente, classes sociais, que se definem pela distribuição assimétrica de autoridade nas associações. A partir de então, pôde-se pensar os conflitos oriundos das estruturas sociais por uma nova ótica, a da institucionalização (regulação) dos conflitos.

Os conflitos sociais, isto é, os antagonismos que sistematicamente vão surgindo nas estruturas sociais, não se deixam “resolver” teoricamente no sentido de uma supressão definitiva [...] Designarei como regulamentação de conflitos a postura diante dos mesmos que, diferentemente da supressão ou “solução”, promete ter êxito, porque se acopla às realidades sociais. Esta regulamentação dos conflitos constitui um meio decisivo para diminuir a violência de quase todas as espécies de conflito. Estes não desaparecem por sua regulamentação; nem sequer são logo, necessariamente, menos intensos; mas, na medida em que se procura canalizá-los, tornar-se-ão mais controláveis e se porá sua energia criadora a serviço de um desenvolvimento progressivo das estruturas sociais. (DAHRENDORF, 1981b, p. 150).

Com isso, Dahrendorf direciona sua sociologia não para a resolução ou supressão dos conflitos, mas para sua regulação, o que significa dizer que seu objeto não é a *causa* dos conflitos, que implicam a continuação da existência de antagonismos de interesses, mas suas *manifestações*, que pressupõem pelo menos a presença de três fatores, cada qual influenciando o grau de violência na ocorrência dos conflitos.

O primeiro fator para que seja possível a regulação *efetiva* dos conflitos na teoria de Dahrendorf é o de que ambas as partes reconheçam a necessidade e a realidade da situação de conflito e, nesse sentido, a justiça fundamental da causa do oponente, o que significa reconhecer a legitimidade da outra parte, ainda que não se considere justa a substância da reivindicação. Assim cada qual toma por inevitável o aceite à demanda do oponente, que faz parte da estrutura geral de autoridade nas associações.

Para Dahrendorf, não são as assimetrias de interesse que causam as situações nas quais é impossível a regulação dos conflitos, mas sim as tentativas demagógicas, por meio das receitas ideológicas de harmonia e unidade, que tornam a arena de disputa um terreno movediço e potencialmente explosivo.

O segundo pré-requisito para sua regulação efetiva é a organização de grupos de interesse de modo que não existam pautas substancialmente difusas e que a organização de um grupo se reflita na organização do oponente, pois um partido unificado preferiria para o embate outro partido unificado. O terceiro e último pré-requisito apontado por Dahrendorf é o reconhecimento, pelas partes em litígio, de certas regras formais de jogo destinadas a fornecer o arcabouço de suas relações, tais como o *locus* da disputa, os procedimentos de execução, os mecanismos decisórios, as sanções pertinentes, a dinâmica das regras etc.

Esses procedimentos levariam à rotina das ações e garantiriam a continuidade das disputas (DAHRENDORF, 1982, p. 200-203).⁸⁰ As *formas* de regulação, por sua vez, são a *conciliação*, a *mediação* e a *arbitragem*, que constituem em si etapas sucessivas de regulação de conflitos, embora possam ser aplicadas individualmente em situações específicas.

Existe uma imensa variedade de modos empíricos de regulação de conflito; mas acredito que [...] Conciliação, mediação e arbitragem, e seus pré-requisitos normativos

⁸⁰ Dahrendorf cita a Constituição como a mais importante “regra do jogo”.

e estruturais, são os mecanismos evidentes para reduzir a violência dos conflitos de classe. Onde as rotinas de relacionamento são estabelecidas, o conflito de grupos perde sua pungência e se torna um padrão institucionalizado da vida social. (DAHRENDORF, 1981b, p. 205).

Dahrendorf aponta finalmente, em seu modelo normativo, que o conflito de grupos leva a mudanças estruturais, daí o caráter dinâmico de sua teoria. O primeiro modo de mudança consiste no intercâmbio total (ou quase total) das pessoas nas posições de dominação em uma associação, o que constitui o modelo mais repentino de mudança estrutural. Como exemplo, cita a substituição geral dos governantes em um Estado constitucional pelo grupo de oposição que vence nas urnas; ou ainda, noutro exemplo, pela tomada do poder por um grupo revolucionário.

Um segundo modo de mudança estrutural, este mais recorrente na história, sobretudo na história moderna, diria respeito à substituição parcial do pessoal nas posições de dominação. Tal substituição seria, portanto, *evolucionária e não revolucionária*. Um exemplo desse tipo pode ser encontrado nas coalizões entre partidos majoritários e minoritários de oposição, o que configuraria a penetração de representações subjugadas nas decisões políticas adotadas pelos dominantes.

O terceiro e último modelo de mudança estrutural oferecido por Dahrendorf é apontado como mais importante que os dois anteriores. Trata-se de um conflito de classes que não envolve qualquer mudança de pessoal, isto é, os membros dos grupos subjugados não penetram diretamente nas posições dominantes. Esse tipo se configura quando a maioria e a oposição permanecem estáveis e diferenciadas durante longos períodos, mas o partido majoritário incorpora propostas e interesses da oposição em suas políticas e legislações.

Para Dahrendorf, essas mudanças estruturais são as mais presentes na história e têm caráter mais efetivo, pois quanto mais

radical e repentina for a mudança tanto menos substancial e tanto mais efêmera ela será.⁸¹

Quanto mais intenso for o conflito de classes, mais radicais tenderão a ser as mudanças por ele trazidas; quando mais violento for o conflito, tanto mais repentinas tenderão a ser as mudanças estruturais dele resultantes. A mudança estrutural é o elemento final da teoria do conflito de grupos em discussão. (DAHRENDORF, 1982, p. 209).

De acordo com Dahrendorf, entretanto, esse modelo geral tem como *locus typicus* os conflitos oriundos das estruturas de autoridade nas associações imperativamente coordenadas (leia-se indústria e organizações políticas, como o Estado), mas pode ser estendido à maioria dos conflitos que não os de classe. Como lhe é característico, Dahrendorf oferece um itinerário de sua análise, que reproduziremos a seguir (de maneira reduzida) para também deixar bem pavimentado seu argumento:

1) O enfoque do estudo (de Dahrendorf) deve ser compreendido em termos de duas premissas – uma formal e outra substantiva –, que, embora sejam de natureza metateórica ou metodológica, proporcionam o necessário marco de referência para seus elementos.

1.1) O propósito heurístico do enfoque proposto é a explicação das mudanças estruturais em termos de conflito de grupos e, para tanto, é preciso visualizar a sociedade com base na teoria coercitiva da estrutura social, isto é, deve-se supor a ubiquidade da mudança e do conflito.

⁸¹ Não seria possível, neste ponto, deixar passar incólume a posição extremamente conservadora de Dahrendorf. Considerar a incorporação de demandas como *mudança estrutural* representa, primeiramente, supor a *naturalidade* das posições de comando, o que seria uma afirmação *ad aeternum* do *status quo*; representa, sobretudo, certa miopia, cara de resto a boa parte do pensamento liberal, em que o jogo constitucional (e nem sempre pela via “democrática”) encerra o suprássumo histórico, pela simples incorporação de demandas mínimas – via luta e sangue – dos grupos subalternos.

2) Dentro desse marco de referência, a teoria das classes sociais e do conflito envolve numerosos conceitos, tais como: *autoridade, dominação, sujeição, quase grupos, grupos de interesse, interesses manifestos e latentes, classe social* (que são coletividades organizadas ou não organizadas de indivíduos que compartilham interesses manifestos ou latentes decorrentes da estrutura de dominação de autoridade nas associações imperativamente coordenadas), *conflito de classes* e *mudança estrutural*.

2.1) Deste último conceito derivam os de *radicalidade da mudança estrutural* e *rapidez da mudança estrutural*.

3) Em qualquer associação imperativamente coordenada, podem distinguir-se dois, e apenas dois, agregados de posições, que correspondem às posições de dominação e às de sujeição.

3.1) Cada um desses agregados caracteriza-se por interesses latentes comuns; as coletividades de indivíduos a eles correspondentes constituem os quase grupos.

3.2) Os interesses latentes articulam-se em interesses manifestos, e os quase grupos tornam-se campos de recrutamento dos grupos de interesse organizados do tipo classes.

4) O curso do conflito de grupos do tipo classes segue um padrão que pode ser descrito por meio de um modelo envolvendo elementos tanto analíticos quanto hipotéticos.

4.1) A intensidade e a violência dos conflitos variam de acordo com alguns fatores, tais como as condições de organização de classes, o acesso a recompensas e oportunidades, o nível de regulação formal, entre outros.

5) Por fim, o conflito do tipo classes efetua mudanças estruturais nas associações em que ocorre: sua radicalidade varia de acordo com a intensidade do conflito de classes e sua rapidez, de acordo com a violência deste.

Dahrendorf, com seu modelo, chega mesmo a afirmar que se teria chegado a uma espécie de *democracia industrial* via institucionalização dos conflitos sociais, cujo principal reflexo é o *isolamento institucional* da indústria em relação à esfera política. Seu argumento é o de que os conflitos industriais ficam restritos

a essa esfera, não atingindo, como acontecia anteriormente, o restante da sociedade.

Os conflitos industriais, agora regulados, são resolvidos intramuros, não servindo mais como agentes fomentadores de revolta na sociedade em geral. Ao proclamar esse *isolamento institucional* da indústria em relação à sociedade, Dahrendorf busca claramente a despolitização dos agentes em conflito, que outrora estendiam as reivindicações da esfera da produção para o restante da sociedade.

O isolamento institucional da indústria e do conflito industrial significa sua acomodação na sociedade, o encontro de um lugar estável e definido para eles na sociedade. [...] A indústria aparece como uma sociedade dentro da sociedade, uma unidade estrutural *sui generis*, que, de certo modo, completa-se a si mesmo, sem transcender seus limites e sem sobrepor-se a outras unidades e associações estruturais. (DAHRENDORF, 1982, p. 209).

Em sua argumentação:

- 1) a posição na estrutura da sociedade e a posição na estrutura da fábrica já não são mais necessariamente idênticas, o que equivale dizer que a posição industrial de uma pessoa não determina sua posição política;
- 2) disso resulta que os interesses industriais têm como referência exclusiva a esfera da indústria e visam à alteração do *status* industrial e não à do *status* social;
- 3) segue-se que as classes dominantes e subjugadas da indústria já não devem ser necessariamente parte das correspondentes classes políticas; e que a teoria de classes permite concluir que existem tantas classes, dominantes e subjugadas, em uma sociedade quantas sejam as associações nela existentes (por conseguinte na sociedade *post-capitalista* os dirigentes e os subordinados, na indústria e na sociedade, são grupos tendencialmente discretos); e
- 4) isso significa que a inserção em uma classe industrial deixa em aberto a questão da classe política a que o indivíduo pertence,

uma vez que os determinantes e os mecanismos de alocação efetivo nas associações da indústria e da sociedade são independentes (DAHRENDORF, 1982, p. 239-240).

Partindo desse panorama, assevera Dahrendorf, se as frentes de conflito social não podem mais ser extrapoladas pela mera extensão das linhas do conflito industrial, logo nem o *capital* se estende necessariamente à burguesia (classe dominante), nem o *trabalho assalariado* se estende necessariamente ao proletariado (classe subjugada). Na esfera política, haveria uma tendência generalizada para a pluralização dos conflitos, via partidos de interesse conflitantes que são institucionalmente reconhecidos e órgãos parlamentares que fornecem o quadro para a conciliação regulamentar entre os partidos. Enfim, cria-se um sistema legal para arbitrar as controvérsias que ameaçam obliterar a negociação parlamentar.

Seguindo sua análise, a burocratização das elites dirigentes,⁸² bem como dos quadros estáveis dos servidores, fornece um elemento de estabilidade que resiste, nos Estados democráticos, a quaisquer arranjos políticos conjunturais (como a eleição de um grupo político de oposição que substitui boa parte do aparelho estatal). Estaríamos caminhando, analiticamente com Dahrendorf e historicamente com seu argumento (com a exceção dos Estados totalitários), a passos largos para sociedades democráticas nas quais o conflito promove o aperfeiçoamento dos indivíduos e de suas condições/oportunidades de vida.

O cenário do Welfare State, no qual escreve Dahrendorf e ao qual ele se refere, é repleto de entusiasmo e otimismo e servirá de substrato – revelando um flagrante paradoxo – aos seus escritos mais recentes, como veremos a seguir.

⁸² Para Dahrendorf, nas sociedades *post-capitalistas* a classe política dirigente é formada pelo quadro administrativo do Estado, pelas elites governamentais que o lideram e pelos grupos interessados, representados pela elite governamental (DAHRENDORF, 1982, p. 266).

Algumas breves considerações críticas sobre o modelo de conflito social, em seus caracteres normativos, oferecido por Dahrendorf devem ser aventadas aqui para concluirmos esta rápida análise. A primeira crítica, que é também a mais geral, diz respeito ao fato de o conflito aparecer de maneira extremamente formal e pouco conectado às situações concretas em que ele ocorre, isto é, Dahrendorf nos apresentaria mais as formas (maneiras pelas quais o conflito se manifesta) que suas substâncias.⁸³

Dahrendorf nos passa, assim, a impressão de que sua teoria do conflito ventila ares de *lei sociológica geral*, no entanto, tem como suposto a sociedade industrial fundada sobre princípios democráticos e pluralísticos nos quais se pode constatar uma multiplicidade de *associações coordenadas por normas imperativas*, isto é, trata-se das sociedades avançadas que conheceram o Welfare State.

Por um lado, com efeito, sua análise é historicamente marcada (Europa ocidental de meados das décadas de 1960 e 1970) e, por outro, exclui os países do terceiro mundo e aqueles da então Cortina de Ferro, de regime comunista (de grande representatividade à época em que o autor escreveu). Já que estes não reúnem as características dos países aos quais Dahrendorf se refere, ficam formalmente excluídos do modelo proposto.

Ora, como pensar uma teoria do conflito que se quer geral – ainda que Dahrendorf assuma esses débitos – se ela encerra

⁸³ O próprio Dahrendorf assume esse formalismo: “E, realmente, a crítica de formalismo me parece hoje [1979, vinte anos depois de escrever sobre o assunto, portanto] bastante correta. Tratava-se de uma análise formal do conflito social, possuindo imperfeições, pois atinha-se à individualidade das forças e das condições o desenvolvimento social. Atualmente, procuro, precisamente, estudar o conflito, concentrando-me nas possibilidades de mudança em relação às condições existentes” (DAHRENDORF, 1981a, p. 23).

tais lacunas? Outro componente característico da diligência de Dahrendorf que lhe possibilita esse procedimento é, como vimos, a *autonomia institucional* da indústria em relação ao Estado, que também constitui equação problemática, pois se toma como princípio que o Estado atua de maneira *neutra* como árbitro pleno das partes litigantes. Ingenuidade ou estratégia analítico, o fato é que se constitui como ponto débil de sua argumentação.

Há também, nesse modelo de conflito, uma fundamentação tácita que cinde, e põe em evidência, a pretensa superioridade da democracia ocidental em relação ao regime soviético comunista e contra a Alemanha Federal, uma vez que Dahrendorf defende que a liberdade de organização das partes, bem como a institucionalização dos conflitos, reduz a violência do conflito e a probabilidade das mudanças revolucionárias; e tais características, portanto, só seriam possíveis em sociedades capitalistas e liberais.

Giddens (1975, p. 81-87) formula, por seu turno, três objeções que lançam dúvidas sobre a utilidade do esquema de Dahrendorf, sua opinião nos parece procedente. Em primeiro lugar, ele observa ser difícil aceitar que as divisões de autoridade possam ser analisadas em termos de uma demarcação entre um grupo *dominante* e outro *subordinado*, isto é, entre aqueles que *detêm* ou *participam da* autoridade em contraste com aqueles que obedecem. Embora isso ocorra, as organizações tipicamente burocráticas envolvem uma hierarquia graduada de relações, o que torna os conflitos dentro dela, em muitos casos, mais importantes do que aqueles entre os quem *têm* autoridade e os que *não têm*.⁸⁴

A segunda objeção baseia-se na presunção de Dahrendorf de que haja sempre oposições latentes de interesse entre aqueles com autoridade e aqueles que estão sujeitos a essa autoridade. No modelo dicotômico de Marx há uma estrutura definida de relações que envolvem a apropriação de uma *mais-valia* e geram uma oposição necessária entre as classes; de modo diferente, no modelo

⁸⁴ Crítica nessa mesma direção em Cruz (1974, p. 144).

de Dahrendorf, o conflito é moldado por interesses difusos, que dependem, portanto, do tipo de organização daquela autoridade, bem como da natureza e dos objetivos que a instituição em questão está destinada a realizar.

Giddens aponta que Dahrendorf repudia explicitamente a maior parte do conteúdo substantivo da visão marxiana, pois tanto a visão (de Marx) sociológica quanto a filosófica universalizam algo que é particular, vale dizer, a conexão entre propriedade privada (em sentido estrito) e o controle autoritário (em sentido amplo) que existiu no século XIX; Dahrendorf busca exatamente o contrário, isto é, em vez de a classe ser definida em termos da posse da propriedade privada (aqui concebida de maneira estrita), o elo entre propriedade privada e autoridade (que Marx tanto ressaltou) deveria ser visto como um caso especial de uma relação muito mais ampla entre classe e autoridade.

O terceiro ponto crítico diz respeito à pluralidade indefnida de classes reconhecida por Dahrendorf. Uma classe *dominante* e outra *subordinada* podem ser identificadas em qualquer *associação imperativamente coordenada*, isto é, em qualquer organização na qual haja determinada distribuição assimétrica de autoridade. Contudo Dahrendorf reconhece haver locais em que o conflito é mais específico e característico, como o Estado e a empresa industrial, e poder existir conflito entre jogadores de xadrez ou em clubes de futebol.

Ao eleger e restringir sua discussão a essas duas grandes associações, Dahrendorf acaba por transformá-las em agentes privilegiados do conflito, usando, portanto, do mesmo expediente que criticara em Marx.⁸⁵

⁸⁵ Giddens (1975) encerra seu elenco de críticas de maneira incisiva: “Já possuímos, em sociologia, um quadro de referência teórico razoavelmente adequado com o qual analisamos sistemas de autoridade, e serve a poucos propósitos confundir isso com a terminologia de ‘classe’”.

CAPÍTULO 4

O conflito social moderno e seu paradoxo: do apogeu dos direitos sociais à crise de legitimidade

4.1 Expansão e apogeu

SE UM INTERESSADO tivesse contato com os textos de Dahrendorf que analisamos nos capítulos precedentes e depois lesse seus escritos mais recentes, sem saber que se trata do mesmo autor, talvez ficasse surpreso com a mudança dos temas e a maneira de abordá-los. A vida pública e as posições de comando nas universidades inglesas, a partir do final da década de 1960, tingiram muito particularmente sua obra, redirecionando por completo seu foco analítico.

Dos textos de teoria sociológica e política, em que, aos moldes acadêmicos, analisa (e refuta, como vimos) teorias das quais discorda, o autor passa paulatinamente a escrever sobre a conjuntura *concreta* das sociedades em que vive, produzindo textos propositivos e de intervenção política. Não é sem propósito que, desde a década de 1970, quase a totalidade de seus escritos tenha sido elaborada na forma de conferências, pronunciamentos e artigos em periódicos, especialmente jornais de grande circulação.

Não estamos afirmando que Dahrendorf escrevia, em sua primeira fase, sobre um mundo irreal ou que sua produção tenha se

metamorfoseado da água para o vinho. O fato, no entanto, é que, se suas preocupações não mudaram na essência – a defesa da sociedade aberta, o papel do liberalismo e o caráter central dos conflitos –, o discurso eminentemente sociológico deu lugar em definitivo ao *político do dia a dia* e à preocupação com o futuro imediato das sociedades ocidentais. Com isso, buscava deliberadamente se afirmar como intelectual na acepção mais fina que o termo poderia ter para ele: aquele que pensa a sociedade a fim de torná-la um lugar melhor e mais próspero para tantas pessoas quanto possível e não aquele que é apenas um exotérico catedrático.

Essa passagem marca também uma mudança de foco: as conjunturas econômicas, com seus conceitos, definições e especificidades (que poderíamos denominar *métier*), assumem papel central, vale dizer, o signo da economia em expansão e sua posterior crise são fatores considerados por Dahrendorf como centrais, e deles dependeria o futuro das sociedades abertas. Seguramente os textos da década de 1970 são os mais otimistas, os posteriores se apresentam carregados de cores mais sombrias, como veremos.

O argumento subjacente ao acesso dos bens econômicos por parcelas cada vez maiores da sociedade – e, com isso, o aumento das *chances de vida* – é o de que não há mais espaço para pensar situações revolucionárias como uma panaceia para todos os males diante da sociedade da opulência, ainda que esse acesso não ocorra para todos de maneira uniforme. No registro dahrendorfiano, as veres revolucionárias e seus desdobramentos, característicos do século XIX, bem como o marxismo e sua “utopia”, passam, portanto, à história.

Para Marx, as contradições entre as estruturas existentes e os crescentes potenciais, invariavelmente e até inevitavelmente, constroem uma situação revolucionária. [...] Não concordo aqui com Marx. Parece-me que Marx estava cego pelas experiências específicas das revoluções francesa e industrial [...] e assim subestimou a capacidade das sociedades mudarem sem drama. Podemos ver, na década de 1970,

conflitos mais intensos e mudanças mais avassaladoras que na década de 1950. Mas não há razão intrínseca para que este teste terminasse numa refutação da democracia por uma súbita e violenta resolução das contradições entre o potencial e o real. O pressuposto de um “sistema”, que é ou totalmente transformado ou totalmente mantido, é de fato uma tela uniforme pelo avesso: aqueles que nela olham só veem a si mesmos, seus próprios conceitos, sem querer perceber o mundo do externo, que os observa com crescente estupefação. (DAHRENDORF, 1979a, p. 28).

Para nosso autor, as revoluções são, portanto, momentos melancólicos e efêmeros da história, em que o breve arquejo de esperança permanece submerso em miséria e desilusão. Em sua visão, são produto de um poder arrogante baseado em privilégios e em repressão. O povo não gosta disso, as energias do conflito crescem e culminam com a confrontação, acontece a explosão do barril de pólvora e, de repente, tudo parece desmoronar (DAHRENDORF, 1992, p. 17).

Visões inauditas de oportunidades se abrem, o poder popular toma as rédeas em nome da utopia, os abusos do antigo regime caem por terra. A normalidade, no entanto, volta em pouco tempo, afinal as pessoas não podem fazer passeatas todos os dias; no seio do próprio governo antes revolucionário há facções jacobinas descontentes com as diretrizes impostas pelo poder majoritário, que, por sua vez, burocratiza-se e aplica o terror. Forma-se uma nova ditadura, esta em nome da união da revolução, que espalha métodos repressivos.

Algun tempo depois, já assentado no poder, o povo compreende, afinal, que mudanças duráveis ocorreram, e o primeiro dia da revolução é celebrado como um feriado público. Poucos anos mais tarde, no entanto, setores cada vez mais organizados e descontentes com a política vigente se armam de esperança, quando não, de armas, para subverter a realidade em nome de dias melhores, mais justos e menos opressivos. Eis que os clamores populares transformam-se em um barril de pólvora...

Bom, segundo o exposto, para Dahrendorf, já sabemos o que acontecerá depois disso, pois a história das revoluções, fadada ao fracasso, repetir-se-ia (DAHRENDORF, 1992, p. 18-20).

Para ele, somente as mudanças calcadas em preceitos democráticos, isto é, na cultura cívica da participação política organizada, podem ser responsáveis por arranjos duradouros, não suscetíveis a arroubos cíclicos que, necessariamente, só trariam o medo e o regresso.

Nesse sentido, anda-se, com efeito, um passo à frente para, logo ali, retroceder dois.

As revoluções são acontecimentos certamente indesejáveis, ao menos para os liberais. Os liberais acreditam na possibilidade de transformar a sociedade através de modificações institucionais e constitucionais, portanto, fundamentalmente sem revoluções. A revolução não resulta normalmente em vantagem para quem dela participa. A revolução nasce da opressão, é o resultado de condições intoleráveis para o povo [...] (DAHRENDORF, 1981a, p. 31).

Argumenta Dahrendorf que a sociedade em expansão do pós-guerra, ao contrário, significou, em termos econômicos, a ultrapassagem dos níveis mínimos de subsistência e a possibilidade de mais oportunidades, ao passo que, politicamente, deixou para trás tanto o clamor revolucionário quanto a volta aos modelos totalitários e autoritários. Esse temor diante dos extremismos de direita, aliás, será tema recorrente em seus escritos. Dirá Dahrendorf que o conflito social moderno (longe do rigor formal de sua análise do conflito que vimos no capítulo anterior) refere-se aos direitos de cidadania para todos, num mundo de escolhas ricas e variadas.

As clivagens sociais dão lugar ao conflito político domesticado pelas instituições políticas, através de sua expressão constitucional. Para Dahrendorf (1996), em seu melhor momento, os trinta anos do pós-guerra, essa sociedade combinou três aspectos positivos do ponto de vista social: 1) a constituição de economias que não se limitavam apenas a oferecer melhores condições para todos, mas pareciam intencionalmente ter sido feitas para crescer

e abrir oportunidades aos que ainda não haviam alcançado a prosperidade; 2) tais sociedades tinham realizado a passagem do estatuto ao contrato, de uma dependência inerte ao individualismo combativo, sem, no entanto, destruir as comunidades em que as pessoas viviam; e, por fim, 3) elas realizavam programas políticos que combinavam o Estado de direito com os riscos de participação política, com a alternância entre remoção e escolha dos governados, o que se convencionou chamar, propriamente, para Dahrendorf, de democracia.

Tal qual Aron, nosso autor substitui o termo *luta por rivalidade* entre os grupos litigantes, como também vimos no capítulo anterior. Capital e trabalho, inicialmente irreconciliáveis e opostos um ao outro, com o passar do tempo criaram uma relação organizada. A barganha de salários e condições incorporou-se como um todo às regras legisladas ou acordadas; a base da luta democrática é a organização, e seu método, o consenso. O novo cenário é flagrantemente corporativo; a luta é levada a cabo por instituições, e não por indivíduos isoladamente. Os partidos políticos, as associações econômicas e as instituições de interesse descobriram que sem se unir estariam fadados ao fracasso.

Neste mundo dos *trentes glorieuses* do pós-guerra – baseado em políticas governamentais de pleno emprego –, em que a atividade econômica expandiu-se de maneira a possibilitar níveis jamais vistos de crescimento econômico-tecnológico e de desenvolvimento social, as pessoas dos países da OCDE tornaram-se, segundo Dahrendorf, cidadãos no sentido pleno da palavra, pois as diferenças políticas e sociais assumiram uma nova compleição. Com a ampliação de oportunidades, elas podem fazer progredir suas *chances de vida* por meio do esforço individual e da representação de grupos de interesse constituídos, uma vez que não precisam mais juntar forças com outros na mesma posição degradante para lutar por direitos básicos.

Entre esses indivíduos, haveria

muitas diferenças, inclusive desigualdades de riqueza e de renda, mas há também uma igualdade fundamental de acesso. A nova classe é a dos cidadãos, se o paradoxo for permissível, ou, de qualquer modo, a classe da maioria. Um capítulo da história política e social que começou com lutas de classe profundas e potencialmente revolucionárias levou, depois de muitos esforços e sofrimentos, a conflitos mais calmos e antagonismos de classe democráticos ou institucionalizados. Isto de fato resultou na criação de uma classe da maioria daqueles que estão integrados e podem conseqüentemente esperar realizar muitas de suas aspirações sem mudança fundamental. (DAHRENDORF, 1992, p. 122-123).⁸⁶

⁸⁶ Dahrendorf cita, para esse cenário, os países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), mas apenas aqueles que aderiram originalmente, em 1960, à Organização, e ainda assim não todos eles. Poderíamos pensar em Alemanha, Reino Unido, França, Itália, Suíça, Holanda, Austrália, Nova Zelândia, Canadá, Japão, países escandinavos e, naturalmente, EUA (sobretudo aquele do arco temporal entre os governos de Roosevelt e Kennedy). A OCDE nasceu em 1960, sucedendo a OECE (Organização Europeia de Cooperação Econômica), criada em 1948 para administrar a implementação do Plano Marshall. A convenção constitutiva da OCDE foi assinada em 14 de dezembro de 1960 pelos seus vinte membros fundadores, 18 países europeus (Alemanha, Áustria, França, Reino Unido, Itália, Grécia, Irlanda, Países Baixos, Suécia, Luxemburgo, Portugal, Suíça, Bélgica, Dinamarca, Islândia, Noruega, Espanha e Turquia), mais Estados Unidos e Canadá. No período compreendido entre a sua criação e o final dos anos 1980, a OCDE foi plenamente exitosa na tarefa de apoiar, segundo os cânones liberais, o desenvolvimento econômico-social de seus membros originais e dos quatro novos integrantes (Japão, Austrália, Nova Zelândia e Finlândia), funcionando também como braço político da OTAN, numa conjuntura internacional definida pela Guerra Fria. A partir do início da década de 1990, com o fim da Guerra Fria e a configuração de um novo cenário político e econômico mundial, a OCDE considerou necessário buscar novas frentes de atuação. Nesse contexto, passou a apoiar e coordenar o processo de transição de países do Leste Europeu para economias de mercado e abrir o diálogo com novos atores econômicos relevantes na Ásia e na América Latina. Nessa fase, ingressaram na OCDE

Tratemos, pois, de analisar os principais conceitos embutidos nessa nova configuração histórica e desenvolvidos por Dahrendorf para dar conta da realidade social e de seus conflitos característicos. Começemos por aquilo que ele considera um dos cerne do conflito nas sociedades contemporâneas: *as relações entre provimentos e prerrogativas*.

§

Como já observado, os escritos mais recentes de Dahrendorf têm uma carga mais alinhada com as questões do mundo contemporâneo. Eles são, se é que se trata de um bom termo, mais *reais* que teóricos em sua essência. A série de acontecimentos que levou à queda do Muro de Berlim em 1989 tem influência constitutiva nessa produção. O futuro das sociedades democráticas, afirma, longe dos perigos – e do terror – dos regimes de exceção, à esquerda e à direita, é sua preocupação constante.

Diz Dahrendorf, no prelúdio de *O conflito social moderno*:

Este é um ensaio sobre a política da liberdade. Sua inclinação política é evidente em todo seu decorrer; a análise não se contenta nem com a descrição do equilíbrio dos mercados, nem com a invocação de forças sociais amorfas. A predileção liberal se tornará explícita. Estou defendendo um liberalismo constitucional aqui, o qual está tão interessado no método do progresso quanto nos próximos passos do caminho. O título principal do ensaio, O conflito social moderno, fala

a República Tcheca, a Polônia, a Hungria, o México e a Coreia; e iniciou-se a aproximação com outros países importantes no contexto internacional, sobretudo Brasil, Rússia e China. Fonte: Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Disponível em: <www.mre.gov.br>. Acesso em: 30 out. 2007, 14:15h.

por si mesmo. Muito pensamento foi empregado nele. Por algum tempo meu título vigente foi “Cidadania, chances de vida e liberdade”, e, na verdade, esses três conceitos, notadamente os dois primeiros, figuram com destaque no decorrer da análise. A alegação implícita no artigo definido do título, “O conflito social moderno”, é deliberada. Muitos tipos de conflito serão discutidos no percurso que faremos, mas acredito que antagonismo em especial abre os nossos olhos para processos nucleares da sociedade e da política modernas. É o que ocorre entre a riqueza e a cidadania, ou, como virei a chamá-lo, entre provimentos e prerrogativas. (DAHRENDORF, 1992, p. 141).

Segundo sua argumentação, o modelo do Welfare State apresentou um claro antagonismo entre *provimentos* e *prerrogativas*, e dele advém a possibilidade do aumento das *chances de vida* nas sociedades avançadas. Vejamos, a princípio, o que ele entende especificamente por *chances de vida*, conceito que estamos tratando propositamente com *itálicos* há algum tempo no texto.

Termo que aparece ocasionalmente na obra de Weber, representa o somatório de dois elementos qualitativamente diferentes, embora relacionados de modo complexo: as *opções* e as *ligaduras*.⁸⁷ “Opções são as escolhas que as pessoas têm que fazer; ligaduras são as coordenadas que dão às escolhas algum sentido” (DAHRENDORF, 1992, p. 33).

A noção de *ligaduras*, do alto de um durkheimianismo nem sempre explícito, indica aqueles laços culturais mais profundos que ajudam as pessoas a encontrar seu lugar no mundo, que dão sentido às escolhas, às *opções*.⁸⁸ As *chances de vida*, portanto, estão refletivas dentro desse panorama descrito por Dahrendorf.

⁸⁷ O termo *chances de vida* e sua argumentação foram apresentados pela primeira vez em uma compilação de pequenos ensaios (1979) e depois desenvolvidos em *O conflito social moderno*.

⁸⁸ Voltaremos oportunamente ao conceito de *ligaduras* no próximo capítulo deste estudo.

Acontece que as sociedades democráticas às quais Dahrendorf se refere encontraram em seu caminho uma verdadeira revolução de provimentos, mas não de prerrogativas.⁸⁹ Ele cita como exemplo o que chamou de *Paradoxo Martinez* em *O conflito social moderno*. O nome se refere ao então ministro do comércio exterior da Nicarágua, que encontrou em uma visita que fez ao país em 1986.

Martinez censurou Dahrendorf por criticar a falta de produtos nas prateleiras das lojas. O ministro argumentou que, antes da revolução, havia fartura nos supermercados e nas lojas, no entanto, ao povo nicaraguense cabia apenas achatar seus narizes nas vitrines, pois os bens não estavam ali para eles. A partir da revolução, continuou Martinez, embora houvesse menor oferta de produtos, todos ali poderiam pagar por eles. Isso equivale a dizer que nem sempre as coisas disponíveis são lícitas e acessíveis a todos. O *paradoxo*, com efeito, se refere à escolha entre a maior oferta de bens a um número reduzido de pessoas e a oferta reduzida a um número maior de indivíduos.

Dahrendorf conta essa experiência quase como uma anedota, indicando que Martinez estaria colocando a questão em falsos termos, pois a pergunta a ser respondida seria aquela de como prover *abundância* de produtos *para todos*, isto é, longe do contraste entre provimentos sem prerrogativas e prerrogativas sem provimentos. Coloquemos agora os conceitos de maneira clara.

O problema implícito no *Paradoxo Martinez*, para Dahrendorf, é discutido na teoria do economista indiano Amartya Sen,⁹⁰ que descobriu evidências claras de que as grandes fomes

⁸⁹ Assim, a Revolução Industrial foi uma revolução de provimentos, levando a grandes crescimentos na riqueza das nações, ao passo que a Revolução Francesa foi uma revolução de prerrogativas, pois estabeleceu um novo estágio no progresso dos direitos do homem e do cidadão. Dahrendorf se refere a elas como Revoluções Gêmeas da modernidade.

⁹⁰ Economista indiano nascido em 1933, Prêmio Nobel de Economia em 1998, lecionou na London School of Economics, além de Oxford, Harvard, Delhi School of Economics e Cambridge. Entre suas contribuições está a

em áreas nas quais se morre de inanição não ocorreram por falta da oferta física de alimento (muitos desses países são, inclusive, exportadores), mas sim pela falta de acesso a ele (SEN, 1992, 2005).⁹¹ Para Sen, as prerrogativas descrevem a relação das pessoas com as mercadorias, isto é, a maneira pela qual o acesso a elas é legitimado. As prerrogativas não dão às pessoas o direito de reivindicar coisas. Com efeito, é a combinação dos modos de acesso, e não a inexistência física de comida, que explica as grandes catástrofes da Ásia e da África.

Sen então estabelece um *conjunto de prerrogativas* que estão sempre situadas em meios e canais *legais* de aquisição, vale dizer, as prerrogativas estão sempre na natureza dos direitos. Argumenta Dahrendorf, tendo isso em vista, que, diferentemente dos provimentos, que são relativos ao crescimento, as prerrogativas traçam linhas e barreiras. Como bilhetes de entrada, ou se os têm, ou não.

Trata-se, essencialmente, da oposição entre *provisões* (provimentos) e *intitulentos* (prerrogativas). As primeiras representam um conceito econômico, pois são *coisas* passíveis de crescer ou diminuir, como suprimento de alternativas em dadas áreas de atividade; já as segundas são bilhetes de entrada, direitos de acesso aos diversos bens ou profissões. A disputa, com efeito, repousa entre os que advogam maior *liberdade de escolha* e os que querem um maior *elenco de direitos*, isto é, entre os defensores de *mais escolhas* e aqueles que demandam *mais direitos*. As prerrogativas, desta forma, não são por si mesmas boas ou más; elas são meios socialmente definidos de acesso, e os provimentos

demonstração de que o desenvolvimento de um país está essencialmente ligado às oportunidades que ele oferece à sua população para fazer escolhas e exercer sua cidadania. Isso inclui não apenas a garantia dos direitos sociais básicos, como saúde e educação, mas também segurança, liberdade, habitação e cultura.

⁹¹ O argumento em si não é original, mas sim a teoria que dele advém. O Brasil poderia ser tomado como caso exemplar, embora em menor intensidade em relação aos países subsaarianos e asiáticos.

são objetos entre os quais se pode escolher mediante uma grande variedade de opções (MERQUIOR, 1991, p. 200-205).

O bem-estar humano, adverte Dahrendorf, depende da expansão tanto das prerrogativas quanto dos provimentos. O povo necessita ter acesso aos mercados, à política e à cultura, mas esses universos têm que oferecer escolhas não somente numerosas, como também diversificadas. Sua ideia geral é a de que as desigualdades de provimentos são aceitáveis *se e quando* elas não puderem se traduzir em desigualdade de prerrogativas.

O conceito de bem-estar encerraria a união de prerrogativas e provimentos, considerando ainda o acréscimo de alguns indicadores sociais aos índices macroeconômicos das contas nacionais. Acontece que bem-estar denota, muitas vezes, uma intenção individual, voltada ao indivíduo isoladamente. Aqui então retornamos, na argumentação de Dahrendorf, ao conceito de *chances de vida* em substituição ao de bem-estar, isto é, os países podem ser descritos em termos do produto das prerrogativas e provimentos, portanto das *chances de vida*, que oferecem aos indivíduos, grupos, categorias e classes que vivem em seu interior.

§

Até aqui, nada mais liberal. O antagonismo entre provisões e prerrogativas responde às preocupações, agora colocadas em termos eminentemente econômicos, da agenda do assim chamado *liberalismo social* ao qual pertence Dahrendorf. Deve ser ressaltado, entretanto, que não estamos tratando de um liberalismo obstinado, daqueles em que o mercado e as pulsões individuais são a tônica e o sentido das realizações humanas.

Ao nos referirmos a Dahrendorf, não estamos falando de Hayek, nem de Mises, tampouco de Friedman. Falamos antes de Laski, Bobbio e Aron. Ao calcar seu argumento também nas prerrogativas, Dahrendorf sinaliza claramente que o crescimento econômico por si só não é sinal de progresso, ou de *cidadania*, para usar um termo que lhe é caro e que discutiremos a seguir.⁹²

A cultura extremamente individualista, portanto, presente em seu grande mestre Popper, serve-lhe de visão de mundo, de filosofia da história, mas não de panaceia. O alargamento das *chances de vida*, e com ele o futuro das sociedades democráticas, depende visceralmente tanto da exuberância econômica e da pluralidade política quanto do espraçamento do acesso aos bens ao maior número possível de pessoas, inclusive por medidas estatais, desde que estas não busquem o nivelamento das formas de vida.

Certa vez, ao falar sobre Milton Friedman, de quem foi aluno na LSE, disse Dahrendorf, muito sinceramente, que ao mesmo tempo que ficava impressionado com a eloquência e a sagacidade dos argumentos do mestre ao vilipendiar o Estado, o qual, em cada intervenção, ainda que mínima, limita diretamente a liberdade individual, percebia também o limite do seu pensamento, pois o intervencionismo estatal muitas vezes não é em nada pior que o poder descontrolado das grandes instituições privadas e seus cartéis.

O moralismo de eco kantiano parece ter sido interiorizado pelo jovem Dahrendorf, então estudante de filosofia, desde cedo.

[...] a sociedade civil, a cidadania, é incompatível com o privilégio. Isto vale não só em política moderna, em um dado país, onde o privilégio é por definição uma negação da cidadania dos outros, mas também no plano internacional.

⁹² Diz Dahrendorf a esse respeito: “Tal como Hayek, sou intolerante com os que atacam os fundamentos da liberdade, mas, ao contrário dele, acho fácil tolerar os que defendem um grande papel para o Estado na formulação de política econômica ou uma transferência maciça de recursos para objetivos sociais, embora possa ser contrário às suas opiniões” (DAHRENDORF, 1991, p. 48).

Enquanto alguns países forem pobres e – o que é ainda mais importante – estiverem totalmente fora do mercado mundial, *a prosperidade permanecerá uma vantagem injusta*. Enquanto houver indivíduos que não têm o direito de participação social e política, os direitos dos poucos que dele gozam não se poderão considerar legítimos. (DAHRENDORF, 1996, p. 13, grifo nosso).

A *Boa Sociedade* para Dahrendorf, e para o liberalismo com o qual comunga, é aquela na qual as *chances de vida* são opções tanto em seu espectro de prerrogativas quanto de provimentos. Nessa acepção, há um murmúrio liberal de liberdade, pois advoga que uma sociedade *verdadeiramente* livre é aquela que oferece chances iguais para todos, mas não impõe maneiras de fazer uso delas. A sociedade que oferece opulência, mas que controla os meios para gozá-la, e ainda em que o nível de vida das pessoas é o mais alto possível em uma escala de direitos não é uma sociedade liberal, exorta Dahrendorf. A desigualdade, portanto, é um meio de liberdade apenas quando se referir aos provimentos, nunca às prerrogativas. Esse foi o objetivo, cada um a seu tempo, de Beveridge, de Keynes e de Humboldt. É também o de Dahrendorf.

O conjunto das *chances de vida*, por sua vez, é aquilo que o autor entende por *cidadania*. O uso do conceito de *cidadania*, recorrente em diversos textos seus, tem um caráter moral explícito, pois requer uma contrapartida, para usar um termo próprio a Dahrendorf, de *orgulho cívico*, o qual denota uma atitude interior que beira ao descrito nos manuais durkheimianos.⁹³ O cidadão, como indivíduo, “é aquela criatura orgulhosa, pronta a defender os direitos básicos da sociedade aberta, pronta a ir à batalha por esses valores, se preciso for” (DAHRENDORF, 1997, p. 96). Mais

⁹³ Antes de Durkheim e o caráter moral da divisão do trabalho, nos parece que a predileção da linguagem moral tem a ver, como Dahrendorf mesmo sinaliza, com as influências de Kant – e seu todo moral da sociedade – e dos filósofos morais escoceses, Hume, Smith e Ferguson.

que uma definição moral, denota, pois, flagrante opção política, uma vez que *cidadania* quer dizer muito mais que uma atitude de espírito, embora não se possa furtar a esta.

A cidadania é, sobretudo, um conjunto de direitos comuns a todos os membros da sociedade. Se, além de direitos, implica deveres e obrigações, estes não podem, de maneira alguma, ser condições para os direitos da cidadania. Os direitos da cidadania são os direitos incondicionais que transcendem e contêm as forças do mercado. Agrada-me pensar a cidadania como um conjunto de oportunidades – oportunidades de vida, se lhe apraz – que define uma sociedade livre. (DAHRENDORF, 1997, p. 96).

No vocabulário liberal de Dahrendorf, *cidadania* quer dizer, sobretudo, *instituições civis*, isto é, aparelhagens fixas que garantem a fruição da liberdade. Nessa acepção, *cidadania* configura o epítome da liberdade, e a *sociedade civil*⁹⁴ é o meio no qual ela floresce. Essa moralidade, com efeito, diz Dahrendorf, inspira decência e humanidade na vida cotidiana e também o desejo vivo de que as oportunidades de vida passem a estar ao alcance de todos. As instituições seriam os instrumentos de sua melhoria, pois transformariam em realidade as aspirações e anseios da sociedade aberta.

Assim, a *sociedade civil* configura a essência vital da liberdade.

A liberdade é uma força civilizada e civilizadora. Ela, portanto, florescerá apenas se conseguirmos criar e manter as instituições que lhe confirmam estabilidade e duração. As instituições oferecem o arcabouço para as ofertas dentre as quais fazemos nossas escolhas, o que inclui a prosperidade econômica. As instituições garantem nossos direitos e, portanto, a justiça social. Se desejarmos mais oportunidades

⁹⁴ Não entraremos agora no mérito do uso do termo *sociedade civil* para Dahrendorf. Veremos no próximo capítulo, entretanto, que se trata de muito mais que um simples conceito para o autor.

de vida para mais pessoas, deveremos trabalhar por meio das instituições, nunca cessando de refiná-las e aperfeiçoá-las. (DAHRENDORF, 1997, p. 91).

Ocorre, entretanto, que as *chances de vida* nunca são igualmente distribuídas. A sociedade civil, para Dahrendorf, por suposto (analítico e filosófico), jamais poderá ser totalmente igualitária. Nenhuma sociedade conhecida, prossegue, pôde ou poderá oferecer as mesmas prerrogativas e o mesmo gozo de provimentos a todos ao mesmo tempo. A distribuição diferencial das *chances de vida* é resultado das estruturas do poder e da autoridade, que são sempre assimétricas e configuram, como vimos há pouco, a base dos conflitos pós-classe.

Onde há sociedade, há poder. E aqui chegamos àquilo substancialmente sociológico que há na teoria do conflito social moderno em Dahrendorf: as *Revoluções Gêmeas* da modernidade e sua concretude histórica, o Welfare State, propiciaram ao homem possibilidades sem precedentes. Passou-se, com efeito, das desigualdades qualitativas, que são para Dahrendorf incompatíveis com as sociedades livres, para as desigualdades quantitativas, que podem ser até um estímulo para o aumento das *chances de vida*.

As barreiras do *status* dariam lugar, doravante, às gradações de *status*. Teríamos chegado ao patamar histórico em que se viram aliados o crescimento econômico, a sociedade civil e a liberdade. Mas esse seria o melhor dos mundos possíveis? A resposta dahrendorfiana, como se verá no próximo item do capítulo, é negativa em pelos menos dois aspectos: um de caráter histórico (a sociedade da opulência entraria em declínio a partir de meados da década de 1970) e outro filosófico (no âmbito das convicções políticas e filosóficas do autor).

§

Antes de avançarmos, cabe uma observação metodológica. Dahrendorf, sobretudo em *O conflito social moderno*, a obra mais importante desse período, oferece ao leitor acurada análise sobre a conjuntura do pós-guerra e seus desdobramentos até o momento em que escreve, no final da década de 1980. A evolução das economias centrais e seus dados macroeconômicos, o avanço do emprego, as novas faixas de estratificação social e seus componentes, além de uma enormidade de outros fatores, são discutidos e problematizados amiúde, mostrando claramente que, para ele, sem dados empíricos comprobatórios aliados às tendências estruturais, a teoria se perde no vazio da especulação.

Não iremos, entretanto, esmiuçar as conjunturas às quais se refere Dahrendorf. São bem conhecidos, na historiografia e nas teorias social e sociológica, os avanços obtidos, em termos de ganhos sociais e econômicos, pelos países enunciados por ele. Nosso objetivo, antes, é o de acompanhar o raciocínio que está por detrás de suas análises e descrições conjunturais. Cabe-nos, portanto, indagar: *aonde ele quer chegar* para além das análises conjunturais dos estados de bem-estar?

Ora, se há pouco fizemos uma defesa quase intransigente do caráter eminentemente *social* embutido no liberalismo dahrendorfiano, então a resposta ao questionamento parece simples, isto é, trata-se da constatação de que, enfim, as sociedades democráticas estariam a caminho de tornar a vida de seus cidadãos mais próspera e que esse seria o trajeto ideal a ser seguido pelas sociedades em desenvolvimento. Acontece que Dahrendorf não está interessado exatamente no apogeu do modelo de bem-estar, embora o assim chamado *Estado providenciário* tenha propiciado, como se sabe, avanços inestimáveis.

Ao que tudo indica Dahrendorf está preocupado, antes, com os *motivos* da *erosão* desse modelo; ele se esforça para demarcar os *limites* dessa configuração histórico-social. Dizendo diferentemente, o autor não é um socialista, e sim um liberal, ainda que progressista. Importantes considerações devem ser feitas a partir dessas afirmações, de modo a clarear nosso argumento e seguir o raciocínio geral que estamos propondo. É o que se busca a seguir.

4.2 Declínio e crise de legitimidade

DAHRENDORF, observador astuto das tendências estruturais econômicas e políticas das sociedades avançadas, percebia que o ciclo de crescimento e de pujança experimentado no período do pós-guerra, até meados da década de 1970, não poderia perdurar indefinidamente; e que, como bem nos ensina a história (ao menos aquela com a maiúscula hegeliana, diria ele), um novo período de crise, sinalizado na queda dos níveis de produção econômica e nos limites do Estado previdenciário e suas políticas de renda e pleno emprego, estaria batendo à porta e anunciando, em tom de dúvida, a capacidade de as sociedades da OCDE manterem-se estáveis democraticamente.

O declínio do Estado de bem-estar social é analisado por Dahrendorf, como sugerimos acima, sob dois prismas que estão imbricados em suas considerações. Primeiramente por uma série de fatores de ordem político-econômica característicos desse estado de coisas, como estagflação, queda nos níveis de renda e emprego, aumento nos níveis de inflação, enfim, uma sensação generalizada de esgotamento do modelo.

O autor destaca como sintomas flagrantes o desemprego e a crise de governo. Conjuntamente à análise econômica – e mais importante – há a visão filosófica de Dahrendorf, já que toda configuração que se queira totalizante (nesse caso o Estado benfeitor e suas políticas de prerrogativas) está fadada ao fracasso. Começemos pelo desemprego.

Dahrendorf destaca que, embora pudesse parecer que todos estavam a bordo, subitamente teria ficado claro que alguns grupos, nos países da OCDE, tinham ficado para trás; a pobreza e o desemprego emergiam a olhos vistos. O aumento da produtividade teve seu preço: taxas crescentes de disponibilidade de mão de obra.

O trabalho, em si uma solução óbvia para os problemas sociais, tornava-se, novamente, o próprio problema (DAHRENDORF, 1992, p. 152). Cria-se então um paradoxo, já tão bem desenvolvido pela

sociologia específica, em que as sociedades modernas, construídas em torno de uma ética do trabalho e nela substancialmente ainda baseadas, veem-se na perspectiva crescente e realista de um mundo sem trabalho. O desemprego tem, na argumentação de Dahrendorf, papel central, pois que o trabalho representa o ingresso, via renda e *status* social, no mundo das prerrogativas de cidadania.

O *pleno emprego numa sociedade livre*, pilar do programa de Beveridge, supôs que, ainda na linguagem das prerrogativas, o crescimento econômico saudável propiciaria o pleno emprego e vice-versa. Acontece, no entanto, argumenta Dahrendorf, que a expansão macroeconômica é um vetor da questão, mas não é ela toda, e que a política do pleno emprego do pós-guerra associou, para seu azar, *necessariamente* crescimento econômico com oferta crescente de empregos. Não pode haver, prossegue, empregos suficientes com um nível salarial que a maioria associaria a um padrão decente de vida, mesmo que se supusesse possível haver empregos para todos.

O desenvolvimento do mercado de trabalho e sua flexibilização, o influxo do setor secundário da economia em detrimento do avanço do terciário, a aceitação de que há ocupações periféricas e dispensáveis e a otimização dos processos de produção que dependem progressivamente do homem (bem como a legislação trabalhista que dá suporte a todo esse cenário) são variáveis importantes nesse torvelinho não previsto pelos reformistas. A presunção de Adam Smith, segundo a qual haveria um progresso natural da opulência que varreria toda desigualdade, bem como a crença dos reformistas do pós-guerra de que o pleno emprego é sinônimo de liberdade, mais que equivocadas, ignoravam, para Dahrendorf, o principal: jamais poderá existir uma realidade unívoca, em que todos dispõem das mesmas prerrogativas. Liberdade, para ele, não é isso.

Isso tudo tem a ver com a segunda questão aventada pelo autor: a crise de governo, ou, melhor dizendo, a crise do *Big Government*. O Estado social, em muitos países da OCDE, apropriou-se de mais de 50% do produto interno bruto dessas nações; a mentalidade do serviço público, diz Dahrendorf,

passou a se fundar não apenas nos padrões de emprego, mas no papel econômico geral do Estado, e, em toda parte e em todos os aspectos, os governos assumiram o enfrentamento de todas as questões, desde conjunturas até catástrofes, obliterando, desta feita, a sociedade civil.

Nosso liberal argumenta ainda que, como agravante, a democratização dessas sociedades representou o aumento abusivo da burocratização, seja dos procedimentos, seja das individualidades.⁹⁵ Tal qual pensou Weber, diz Dahrendorf, o exercício racional do poder, que superou o diletantismo e a arbitrariedade dos padrões de governos anteriores, trouxe consigo, não obstante, uma *jaula da servidão* na qual todo tipo de iniciativa ou individualismo é maniatado.⁹⁶

O estado previdenciário é a corporificação dos direitos sociais de cidadania. A fim de alcançar um *status* integral de cidadania para todos, prerrogativas formais, transferências de renda e programas de atendimento à saúde, educação etc. são necessários. [...] Até aqui, não há nada de surpreendente ou problemático. Mas aí chega o ponto em que a máquina do estado social trai seu objetivo. [...] A metáfora [da jaula da servidão] tem implicações bastante específicas [...] ela documenta o que foi chamado de custo das boas intenções, e esse custo é alto. (DAHRENDORF, 1992, p. 140-141).

Esse caráter quase autodestrutivo do Estado de bem-estar, para Dahrendorf, baseia-se na premissa de que existem compromissos

⁹⁵ Acrescenta o autor a esse respeito: “Uma agenda para recuperação do controle público e dos direitos individuais diante das burocracias, preservando seu serviço para a solução de problemas de escala e cidadania, é uma das tarefas primárias da busca de uma nova liberdade” (DAHRENDORF, 1979a, p. 41).

⁹⁶ Segundo Antonio Paim (apud MERQUIOR, 1998, p. 5), nessa direção: “Resumidamente, na visão liberal, não há como transformar este ‘direito’ [Welfare State] em algo que não seja atentatório a outros valores fundantes da vida social, como a liberdade de iniciativa. O que o Estado deve prover é a igualdade de oportunidades [...]”.

quase ilimitados, inexecutáveis na prática, portanto. Não pode haver, argumenta, educação ou assistência integral a todos; as pessoas não podem ser taxadas em suas rendas indefinidamente. “À medida que as expectativas subiram aos céus, as decepções ocultavam-se a cada esquina” (DAHRENDORF, 1992, p. 142).

Dessa patente impossibilidade de manutenção econômica a longo prazo advém a crise de governança, ou, em outras palavras, uma *crise de legitimidade*.⁹⁷ As pessoas, examina ele, na década de 1970 passaram a entender seu bem-estar pessoal como vinculado ao do país, e ambos foram compreendidos como em declínio. Como resultado, elas teriam reduzido suas expectativas, substituindo uma política de protesto por outra de pura desilusão. Em suma, avalia, os indivíduos passaram a questionar tanto a vitalidade dos Estados social-democratas quanto suas próprias trajetórias individuais, agora projetadas em novos estilos de vida não *planificados*.

[...] o desenvolvimento econômico multiplicou, assustadoramente, as expectativas humanas ao ponto de ser praticamente impossível, fisicamente impossível, satisfazê-las de modo completo. Na minha opinião, o desequilíbrio entre as crescentes expectativas humanas e a incapacidade dos sistemas econômicos de satisfazê-las é a principal causa da inflação. Enquanto não tivermos mudanças, uma inversão de marcha, nas expectativas humanas, estaremos acompanhados pela insatisfação que se traduz em inflação. (DAHRENDORF, 1981a, p. 37).

Alguns dos argumentos de Dahrendorf sobre a *crise de legitimidade* parecem um tanto quanto nebulosos e, por vezes, realmente o são, pensamos. Ocasionalmente ele recorre a alterações quase psicológicas, como esta última apresentada acima, em que a busca por *estilos de vida* diversificados representa papel central em sua

⁹⁷ “Uma crise de legitimidade é presumivelmente um estado de coisas no qual a desconfiança em relação às instituições políticas ameaça a sua própria sobrevivência.” (DAHRENDORF, 1992, p. 143).

argumentação. Quando se refere, por exemplo, à burocracia como a maior contradição do Estado social, aponta, para comprovar essa tese, que aqueles que deveriam dar assistência aos outros, como as enfermeiras ou professores, “ficam submersos na papelada”, e os beneficiários dos serviços, em vez de poderem reclamar direitos simples e compreensíveis, “têm de se submeter a processos humilhantes de preencher formulários, terem seus meios testados, entrar em filas” (DAHRENDORF, 1982, p. 148).

Como consequência, a burocratização dos meios e processos generaliza problemas essencialmente individuais, e isso leva as pessoas “à frustração e à raiva”, pois que não podem fruir suas prerrogativas. Não é preciso ir adiante no exemplo para mostrar que Dahrendorf deixa transparecer seu apelo liberal pela individualidade a qualquer preço e em qualquer situação; e ainda que recorra a argumentações quase caricatas.

O fato, entretanto, é que, para nosso autor, os regimes social-democratas, embora tenham alcançado vitórias incontestáveis do ponto de vista tanto dos provimentos quanto das prerrogativas, teriam pecado ao colocar como meta a *uniformidade*: emprego para todos, níveis de renda congruentes para todos, moradia decente para todos, automóvel do ano para todos, casa na praia para todos e daí por diante. Dahrendorf assevera que, por similitude, a social-democracia, tal como os regimes de tipo socialista, uniformizou, ainda que sem perceber, mais que os bilhetes de acesso; logrou tornar a realidade dos países da OCDE uma nebulosa cinzenta, sem perspectivas de aperfeiçoamento: “[...] as décadas de crescimento econômico e progresso social terminaram num período de nebulosidade” (DAHRENDORF, 1992, p. 148).

Uma deliberada política de pleno emprego é um dos grandes avanços feitos pelas sociedades desenvolvidas desde a crise da Grande Depressão. Mas algo de algum modo errou a este respeito. Em vez de dizer ao povo que cada esforço seria feito para prover uma oportunidade de emprego para todos, e uma renda quase equivalente sempre quando ocorressem problemas imprevistos, há uma tendência a

assegurar às pessoas que podem permanecer onde estão.
(DAHRENDORF, 1979a, p. 39).

Com efeito, argumenta, a sociedade em expansão resolveu suas contradições iniciais, como as chances elementares de participação na vida da sociedade, mas um século de demandas, pressões e políticas de cunho socialista, que ergueu o nível comum para todos consideravelmente, também baixou os tetos e “algumas vezes trancou as portas e fechou as janelas, de modo que as pessoas estão mais seguras, porém não necessariamente mais livres” (DAHRENDORF, 1979a, p. 39).

Por outras palavras não menos metafóricas e agudas, Dahrendorf postula que a igualdade provê o chão da casa, na qual floresce a liberdade; é, portanto, função e não meta. Assim, “oportunidades iguais são oportunidades para escolhas desiguais”, e não há, portanto, nada intrinsecamente errado sobre desigualdades de renda, de *status*, de modos de vida etc. Se é verdade, para Dahrendorf, que a cidadania efetiva requer a criação de uma rede de segurança abaixo da qual não é permitido estar, é também verdadeiro que deva existir um grande espaço entre o chão comum dos direitos e o teto comum do poder privado. O igualitarismo irrestrito, por conseguinte, significa a ausência de qualquer perspectiva de avanço individual ou mudança coletiva.⁹⁸

Chegamos aqui àquela observação anterior de ser Dahrendorf um liberal que, embora considere como fundamental o acesso às

⁹⁸ Dahrendorf cita, como políticas para promover a diversificação da economia e dos próprios modos de vida, a flexibilização do trabalho (baseada em desregulamentação dos direitos), das aposentadorias e das pensões. Cita também, naturalmente, a diminuição do peso estatal na economia, a desburocratização do serviço público e o regime urgente de privatizações. Evidentemente sinalizava as reformas neoliberais empreendidas por M. Thatcher na Grã-Bretanha e por R. Reagan no EUA, bem como as demais sob esse espectro.

prerrogativas, bem longe da estirpe liberal do *laissez-faire*, é, ainda assim, um liberal, e não um socialista.⁹⁹

Todos os homens são iguais de fato e de direito, enquanto seres humanos e cidadãos, mas diferem nas suas habilidades e aspirações. Negar tais diferenças implica negar chances de vida – logo, de liberdade. A nova liberdade significa que a igualdade existe para as pessoas serem diferentes não para as diferenças humanas serem niveladas e abolidas. (DAHRENDORF, 1979a, p. 44).

O preço de um século de justiça social para Dahrendorf é realmente alto quando se tem em vista a liberdade (entendida sob o signo do individualismo tipicamente liberal). Para ele, os homens eram pobres e lutaram por patamares civilizados de renda e segurança social, para alcançar esse objetivo gigantescas burocracias necessitaram ser criadas. Agora os homens não são mais pobres, mas se sentem escravos dos seus avanços. Dahrendorf utiliza-se do termo *nova servidão* para ilustrar esse suposto paradoxo.

⁹⁹ Nesse ponto, não nos podemos furtar à importante observação, de modo a evitar confusões, de que estamos operando essa distinção entre o liberalismo de Dahrendorf e um pretenso protossocialismo a partir do registro liberal, isto é, estamos operando conceitualmente segundo a lógica do autor, em que um governo social-democrata inevitavelmente descambaria para a *uniformidade* do socialismo e as individualidades seriam suprimidas. Marx, no conjunto de sua obra, pensou a sociedade comunista como sendo libertária por excelência, de modo que as potencialidades seriam gozadas de maneira plena; nessa sociedade, liberta da opressão econômica e das dicotomias dela decorrentes, típicas das sociedades capitalistas, poderia haver a real emancipação do homem e de seu espírito. Tudo isso para dizer que, do ponto de vista liberal, a igualdade pode ser uma armadilha, ao passo que, no pensamento marxista, ela só é uma armadilha quando pensada dentro da lógica do sistema vigente, como o faz Dahrendorf. Vale dizer, a sociedade emancipada, na qual as individualidades serão de fato usufruídas, não pode ser pensada, tampouco concebida, sem que haja a construção da *nova sociedade*.

Em sua visão, o partido da igualdade teve seu dia, baseado na noção de justiça como igualdade, e cabe ao liberal moderno a tarefa de desenvolver o pleno potencial de uma nova liberdade, um século de *justiça liberal*, sob o risco de caminhar rumo aos modelos autoritários.

Sem dúvida os socialistas mantêm certa preferência pelo tema da igualdade. Afirmam querer a igualdade para poder dar maior liberdade [...] Os liberais, por seu lado, dirigem sua preferência para a liberdade. Bem, muito se comentou na história do pensamento político, que liberdade e igualdade não são, na realidade, contraditórias. [...] Todavia, se na teoria não há contradição, na prática é muito estranho que não tenha havido períodos históricos em que seja possível encarar liberdade e igualdade com a mesma intensidade, com o mesmo interesse. (DAHRENDORF, 1981a, p. 29).

E prossegue:

[...] houve este processo que caracterizou os últimos duzentos anos e, principalmente, como disse antes, o último século: ao alcançarem esta igualdade de direitos, os partidos socialistas e social-democráticos, os sindicatos e outras organizações similares deram uma contribuição essencial. Mas parece-me que, em certos setores, um processo para uma igualdade sempre maior chegou a um ponto em que a igualdade se torna uma ameaça pelas próprias possibilidades que oferece. É chegada a hora de mudar de perspectiva e ainda insistir sobre as oportunidades, sobre as oportunidades de vida do indivíduo, mais que sobre objetivos comuns e sociais. [...] a insistência sobre o Estado e a insistência sobre a igualdade, levam-me a crer que os socialistas são homens do passado e que a política do presente e do futuro deverá assumir formas diferentes. (DAHRENDORF, 1981a, p. 31).

Até aqui mostramos o quadro pintado por Dahrendorf com cores especificamente liberais. Discutiremos, a seguir, brevemente a segunda fase de sua produção teórica, pautada no conflito social de maneira menos formal e mais alinhada com os desafios concretos das sociedades avançadas. Daí sua discussão sobre provimentos e prerrogativas e o enfoque liberal-individualista, que propõe ser a realidade social-democrata inexequível enquanto rejeita – e ainda que ele tenha significado ganhos incalculáveis – o caráter múltiplo da realidade social.

Tentamos demonstrar, portanto, que Dahrendorf alia a análise concreta das sociedades às suas concepções filosóficas, de maneira a produzir um argumento articulado e internamente coerente. Sucintamente, portanto, argumentamos que, a partir das críticas a Marx e Parsons, passando pela análise do conflito social e sua aplicação às sociedades contemporâneas – sobretudo o modelo do Welfare State, que reuniu condições ímpares ao desenvolvimento humano –, Dahrendorf mantém como preocupação principal em sua trajetória intelectual a defesa da sociedade aberta e do individualismo empreendedor e a crítica aos sistemas fechados.

Particularmente, neste capítulo, vimos que a tarefa para o liberal do século XXI é, segundo Dahrendorf, a de superar as contradições do Estado de bem-estar. Em seu entendimento, a *crença na opulência* teria tornado as visões míopes e as cabeças fechadas. Mais que isso, o autor leva às últimas consequências o saldo de um século de conquistas sociais potencializadas pelos *trentes glorieuses*.

Para ele, em linguagem pungente, o homem buscou uma sociedade de cidadãos autônomos, mas criou uma sociedade de seres humanos amedrontados e agressivos: “buscávamos Rousseau e encontramos Hobbes” (DAHRENDORF, 1987, p. 13-14). Se o conflito social contemporâneo assenta-se no progressivo

esgarçamento das *chances de vida*, via dicotomia daqueles que advogam mais escolha e daqueles que buscam mais direitos, Dahrendorf vê uma ruptura nas sociedades ocidentais, o que acabaria por comprometer a possibilidade de liberdade.

Observa que, de maneira paradoxal, a expansão dos direitos alcançados nos pós-guerra acabou por gerar um efeito reverso, inicialmente indesejado, muito mais preocupante que os já discutidos neste estudo: uma caminhada inexorável rumo à anomia. O bem-estar alcançado nos tempos de Welfare State mostra doravante sua face mais perversa e assustadora, estaríamos voltando ao cenário de meados do século XIX, em que o medo e a insegurança erigiam-se, passo a passo, com a sociedade industrial. Essa *crise de legitimidade* ameaça mais que a confiança das pessoas em seus governos, ela põe em risco a *própria sociabilidade humana*.

Esse panorama, descrito na obra *A lei e a ordem*, será esmiuçado no próximo capítulo. No entanto cabe ressaltar que, mais que um salto analítico, essas afirmações têm um significado maior, pensamos, quando se tem em vista o conjunto do pensamento de Dahrendorf. Porque atrela, por um lado, a emergência de uma pretensa sociedade na qual as normas não são mais respeitadas e nem cumpridas como saldo do Estado benfeitor; e, por outro e concomitantemente, porque, como veremos a seguir, Dahrendorf oferece como remédio a essa realidade (em que o declínio da eficácia da lei não é a única contradição contemporânea, mas é a contradição *por excelência*, à medida que põe em cheque a própria sociabilidade humana) a demanda por mais lei e mais ordem, via reconstrução das instituições, o que revela sua opção por posições conservadoras típicas do liberalismo do qual se quer crítico; posições estas, ao nosso entender, desalinhadas ao tom progressista (tendo-se em vista o registro liberal e seus limites) de sua produção que discutimos até então.

CAPÍTULO 5

A lei e a ordem

5.1 Diagnóstico: o caminho para a anomia

NO PRIMEIRO capítulo de *A lei e a ordem*, denominado “O caminho para a anomia”, Dahrendorf assevera que “a lei e a ordem representam o objetivo principal de conflito nas sociedades desenvolvidas” (DAHRENDORF, 1987, p. 14) e que a erosão do tecido social é o saldo mais agudo, por paradoxal que possa parecer, de um século de expansão de direitos de cidadania e iluminismo aplicado.

Para Dahrendorf, que escreve em 1985, há uma percepção flagrante de sérios problemas de lei e de ordem, e isso tem sido documentado por pesquisas de opinião, pelos apelos de plataformas políticas (e pelo florescer de negócios baseados em segurança pública e privada) e, sobretudo, pelo sentimento das pessoas, amedrontadas, de que o Estado é cada vez menos capaz de cuidar da segurança dos cidadãos e de seus bens. Há, para nosso autor, uma caminhada em curso rumo à *anomia*.

Essa sua constatação se apoiaria nos fatos que apresenta: tendências mundiais para o aumento dos crimes, números

sugestivos de uma retração na capacidade punitiva do Estado, decomposição social expressada na emergência progressiva de fenômenos negativos, como contestações, conflitos crescentes na juventude, marginalização política, revoltas e demais sinais de *anomia* (ARRUDA JÚNIOR, 2001).

Ressaltemos, desde já, que Dahrendorf introduz o conceito *anomia*, inicialmente utilizado no discurso sociológico por Durkheim, para descrever uma condição social concreta em que as normas reguladoras do comportamento perderam sua validade. Vale dizer, o termo não é introduzido para explicar atos criminosos individuais, mas antes para apontar crises sociais que descambam potencialmente para estados nos quais a lei e a ordem não são mais respeitadas, tal qual a Berlim de abril de 1945, em que o jovem Dahrendorf pôde constatar a ausência total de normas por ocasião da chegada das tropas de libertação.

Onde prevalece a impunidade, argumenta, a eficácia das normas está em perigo. Nesse sentido, a *anomia* descreve, para Dahrendorf, o estado de coisas em que as violações de normas não são mais punidas,¹⁰⁰ encerrando “uma condição onde tanto a eficácia social como a moralidade cultural das normas tendem a zero” (DAHRENDORF, 1987, p. 33).¹⁰¹

¹⁰⁰ “Ele [o conceito de anomia] é introduzido aqui para propormos uma argumentação sobre a ordem social e liberal, e não sobre crime e castigo” (DAHRENDORF, 1987, p. 30).

¹⁰¹ Dahrendorf tenta separar sua concepção de anomia daquela estabelecida por Durkheim por considerá-la demasiadamente psicológica, já que descreveria, no seu entendimento, mais estados de espírito que de sociedade. Na realidade, entretanto, Dahrendorf baseia essa crítica essencialmente no estudo de Durkheim sobre o suicídio e não aprecia o desenvolvimento do conceito no conjunto da obra durkheimiana; tal procedimento empobrece a crítica de Dahrendorf, pois, como se sabe, Durkheim pensou os estados anômicos como momentos de crise de solidariedade que se apresentam na tessitura da sociedade e não como comportamentos psicológicos individuais – e ainda que, naturalmente, essas crises tenham seus efeitos desagregadores nos indivíduos particularmente (ADORNO, 1996).

Segundo o autor, haveria uma tendência crescente de que uma pequena parcela dos crimes cometidos venha à tona (daí o *gap*, ou as *cifras negras* que poderiam quadruplicar as estatísticas). Haveria também outra tendência evidente: o descaso da polícia para com os delinquentes conhecidos, de modo que, deliberadamente, desiste-se de aplicar as devidas punições (ou completo afrouxamento destas), além de se cristalizar a olhos vistos a incapacidade generalizada do Estado em lidar com as infrações.

Tratar-se-ia, com efeito, da consolidação de certa *cultura da impunidade*, isto é, de uma gama de comportamentos desviantes (seja pelos indivíduos, seja pelo Estado) que se fortalece e que pune de traços distintivos a sociedade contemporânea.

[...] irei afirmar que nesta área [relativa à impunidade] que se decide a validade normativa de uma ordem social. A impunidade, ou a desistência sistemática de punições, liga o crime e o exercício da autoridade. Ela nos informa sobre a legitimidade de uma ordem. Trata-se de um indicador de decomposição, bem como de mudança e inovação. A incidência crescente da impunidade leva-nos ao cerne do problema social moderno. (DAHRENDORF, 1987, p. 28).¹⁰²

Para caracterizar esse estado de coisas que tende à *anomia*, Dahrendorf lança mão de dados empíricos para dizer que, desde a década de 1950 e mais dramaticamente a partir da década de 1960, diferentes analistas concordaram que, após um período de longa estabilidade (1860-1950) nas taxas de criminalidade,

¹⁰² Ressaltamos aqui que o aumento dos crimes nos últimos trinta anos é matéria controvertida. Sérgio Adorno no texto supracitado observa que o aumento dos crimes a que se refere Dahrendorf pode muito bem ser fruto de um tipo de comportamento atual em que as pessoas passaram a denunciar os crimes cometidos, hoje tarefa menos árdua e mais acessível que há um século.

há fortes tendências para o aumento dos crimes. Tais tendências manifestaram-se inicialmente nos países de língua inglesa e tradição anglo-saxã, estendendo-se paulatinamente a países de tradição católica, inclusive da América Latina.

Verificou-se desde então, aponta ele, um aumento substantivo dos crimes contra a pessoa; a tendência é ainda mais dramática quando se tem em vista os assaltos, roubos e estupros. Um número maior de pessoas viola as leis na mesma medida em que um crescente número figura como vítimas. Assim, cada vez mais pessoas infringem a lei ao passo que o Estado amortece as penas e perde progressivamente seu poder em puni-las.¹⁰³

O quadro da erosão da lei e da ordem descreve, pois, um estado generalizado de *anomia*. A realidade que Dahrendorf observa e que relata parece estar ancorada nessa situação amplamente anômica. Seu diagnóstico empírico foi baseado em áreas nas quais esse processo seria flagrante: as *áreas de exclusão*. Nelas – no sentido físico e social do termo –, há segmentos da sociedade que estão fora do alcance das leis. Elas apresentam, basicamente, quatro características físicas e sociais.

Em primeiro lugar, uma pequena parcela dos crimes cometidos é conhecida, a maioria deles, como os furtos, não é sequer registrada, da mesma forma que há uma verdadeira economia paralela baseada nos crimes de evasão fiscal. Estes seriam sinais indicativos da desistência sistemática de punições. São dois os exemplos: aumento de furtos e roubos sem punição na ordem de 40% e crescimento da sonegação fiscal na ordem de 90%, ambos os índices foram constatados na República Federal Alemã.

Uma segunda área afetaria à juventude. Dahrendorf acredita que, em todas as sociedades modernas, os jovens são os responsáveis

¹⁰³ Também aqui é importante destacar que estudos demonstram não ser verdade que as penas tenham sido amortecidas nas sociedades ocidentais, em países como Estados Unidos, Inglaterra e Países Baixos as penas são cada vez mais severas. Conforme observações críticas em Adorno (1998, p. 31).

pela maioria dos crimes, sobretudo os mais violentos. No entanto o que se observa é uma tendência geral para o enfraquecimento, redução e mesmo isenção de sanções aplicáveis aos jovens.¹⁰⁴ A terceira área está assentada no reconhecimento, por parte do cidadão comum, dos espaços físicos que devem ser deliberadamente evitados, ou seja, o reconhecimento de áreas que se tornaram isentas do processo normal de manutenção da lei e da ordem.

A quarta e última *área de exclusão* diz respeito à própria falta de orientação nas sanções. Quando a extensão das violações às normas se torna bastante vasta, a aplicação de penas se torna difícil, às vezes impossível. Motins de rua, tumultos, rebeliões, invasões de prédios e outros distúrbios civis seriam as comprovações disso.

O quadro, de fato, fora pintado com cores nada sutis. A ampliação de opções para um crescente número de pessoas representou, aos seus olhos, uma das mudanças e um dos avanços fundamentais da história. Contudo esses maciços avanços significaram um retrocesso para a efetivação da lei e da ordem. A opção pela liberdade trouxe consigo um desapego às leis.

Por outro lado, argumenta, nenhuma sociedade pode funcionar baseada apenas na obediência irrestrita às normas. Tal obediência deve ser antes *compreendida*, daí o seu êxito, que simplesmente *imposta*. Esse é o papel das *ligaduras*, conceito desenvolvido por Dahrendorf, ao qual já nos referimos anteriormente, que representa os laços culturais mais profundos

¹⁰⁴ Mais uma vez nos apoiamos no trabalho de Sérgio Adorno para dizer que, diferentemente do que Dahrendorf nos apresenta, é altamente discutível a maior contribuição dos jovens para o aumento da criminalidade. Segundo aquele, não há nenhuma evidência empírica que comprove de maneira satisfatória essa relação; da mesma forma que, também em assimetria ao que nos apresenta Dahrendorf, os jovens não usufruem de sanções e penalidades mais brandas, ao contrário, eles estão cada vez mais sujeitos aos rigores da legislação penal aplicável aos adultos, e a diminuição da maioridade penal em não poucos países, para 15 ou 16 anos, é uma das comprovações disso.

associados a certas unidades básicas às quais os indivíduos pertencem.

Todas as ligaduras acrescentam uma dimensão de tradição, de história viva, à qualidade essencialmente contemporânea das normas e sanções. De qualquer forma, as ligaduras fornecem a certeza básica, sem a qual a estrutura normativa da sociedade não pode ser sustentada, e a dimensão moral da legitimidade, bem como a dimensão do significado para o comportamento individual. (DAHRENDORF, 1987, p. 50).¹⁰⁵

A questão principal não é, contudo, na sua visão, o aumento em si dos crimes, mas a maior ou menor tolerância da sociedade e do Estado em conviver com a criminalidade, sem coibi-la, além da ausência de punições efetivas, pois “se as violações de normas não são punidas, ou não são punidas de forma sistemática, elas tornam-se, em si, sistemáticas” (DAHRENDORF, 1987, p. 27). Com efeito, Dahrendorf não questiona a normalidade do crime nas sociedades, caráter que Durkheim já havia apontado como constitutivo das sociedades humanas,¹⁰⁶ ou ainda o crescimento em si das *áreas de exclusão*, mas, antes, a maneira mais ou menos sutil de sentir e viver o fenômeno na contemporaneidade.

O crime organizado, por exemplo,

é um dos fenômenos que, em algumas sociedades, lançam sérias dúvidas sobre o monopólio da violência pelo Estado. O terrorismo reivindica um apoio considerável, operando na fronteira frágil entre crime e mudança, motim e revolução. (DAHRENDORF, 1987, p. 43).

¹⁰⁵ Vale ressaltar, ainda uma vez mais, que o conceito de *ligaduras* é de orientação kantiana e é também quase que uma reprodução, ainda que em outros termos, do conceito de *solidariedade orgânica* estabelecido por Durkheim.

¹⁰⁶ “O crime é normal porque uma sociedade que dele estivesse isenta seria inteiramente impossível” (DURKHEIM, 1995, p. 68).

O panorama apresentado brevemente mostra o caminho lógico do argumento de Dahrendorf no ensaio em questão, ainda que citando dados mais criminológicos que propriamente sociológicos: o idealismo contido na visão de Rousseau, também presente na visão de Marx, em que o homem “nasce livre e jaz acorrentado”,¹⁰⁷ é errôneo e configura um dos marcos principais para o caminho em direção à *anomia*.

Para Dahrendorf, por um longo tempo, muitos dos que buscavam a melhoria das possibilidades de vida humana foram guiados por uma imagem de homem a qual se mostrou inútil. Eles supunham que bastaria às pessoas serem liberadas das restrições impostas a suas ações pela história, pela cultura e pela sociedade, para que pudessem viver felizes e em paz para sempre: “deixe as pessoas livres para fazerem suas escolhas e elas assumirão atitudes moralmente boas e sociáveis” (DAHRENDORF, 1987, p. 49), era o lema, diz ele.

No entanto, essa liberdade, na realidade, teve seu preço na estrutura normativa da sociedade.

O custo do aumento de opções envolve, primeiramente, a estrutura normativa da sociedade. A liberdade de escolha significa, quase que por definição, ausência de coerção normativa sobre essas ações. De fato, a redução dessa coerção tem sido um processo longo, complexo e, na opinião de muitos, incompleto. Quão paradoxal que isso possa parecer, o processo teve início com o domínio da lei, ou seja, com o desenvolvimento e a generalização de coerções normativas. [...] Todavia, isto [a estrutura normativa] tem contribuído pouco para a eficácia das normas, ou mesmo para sua legitimidade: poderá até ter ocorrido

¹⁰⁷ A referência diz respeito, evidentemente, a Rousseau.

o inverso. De toda forma, o relaxamento das coerções normativas alcançou um ponto em que a liberdade deixou de ser promovida. Voltamos à impunidade, à anomia e suas consequências para a sociedade e para o indivíduo. A torrente irresistível da modernidade, de alteração de uma força pela liberdade para uma força pela incerteza e anomia, foi agravada por uma consequência parcialmente intencional de extensão das opções. (DAHRENDORF, 1987, p. 49-50).

Assim, quase que flertando com a náusea existencialista, o processo de expansão das opções introduziu-se em relacionamentos que, segundo ele, pareciam imunes ao universo da escolha. O autor aponta como exemplos: a religião, um liame anteriormente inquestionável que se tornou acessório; o casamento civil, no sentido da facilidade contemporânea para obter o divórcio e para estabelecer laços menos rígidos de união estável, até o caso extremo das uniões do mesmo sexo; e as distinções de base biológica, como sexo e idade, que teriam sido colocadas *em leilão*, a ponto de tornar quase insignificantes muitas das distinções de gênero anteriormente cristalizadas.

Esse novo mundo de opções erigiu consigo um conjunto de novas questões, e a principal delas – aí o eco sartriano ao qual nos referimos – é, para Dahrendorf, a seguinte: “por que seria desejável ser diferente se a diferença em si foi abolida? O que as escolhas significam, se tudo se torna igualmente válido? (DAHRENDORF, 1987, p. 51). Em sua ótica, esse processo enfraqueceu as *ligaduras*, isto é, os liames culturais mais difusos que dão suporte moral à vida em sociedade, colocando em risco a sociabilidade humana.

Com efeito, nessa perspectiva, o projeto rousseauiano, corroborado modernamente pela *ética comunicativa* de Habermas em sua *teoria da ação comunicativa*,¹⁰⁸ representa uma imagem

¹⁰⁸ Em que a ordem social não precisa mais se basear primariamente em normas vigentes através de sanções, e sim na *ação comunicativa unida de*

tanto notável quanto enganosa do homem que, idealmente bondoso por natureza e deformado pela realidade social, necessita ressocializar-se para trazer à tona sua boa índole original.

Essa sociedade de *Emiles* de Rousseau, ou mesmo a sociedade da *comunicação* de Habermas, é utópica e impraticável para Dahrendorf simplesmente porque marginaliza os antagonismos que são intrínsecos à natureza humana e que, portanto, independeriam de uma *boa índole natural*, à Rousseau, ou de ser ou não *mau por natureza*, à Hobbes. Essas sociedades sem coerção, autogovernadas, por assim dizer, tenderão sempre ao tumulto, à desordem e à sua própria destruição, observa.

O autor também não defende, portanto, a visão hobbesiana de uma ordem natural em que o *homem é o lobo do homem*, em que cada homem encara seu semelhante como um concorrente que necessita ser domesticado e em que, finalmente, a sociabilidade não é um instinto natural, daí a necessidade do Leviatã (HOBBS, 1983). Dahrendorf tem sua própria antropologia da história: nem Rousseau nem Hobbes, e sim, mais uma vez, Kant em *Ideia de uma história universal do ponto de vista cosmopolita* (1986),¹⁰⁹ texto que “em menos de vinte páginas [...] faz mais sentido, no que tange às imagens do homem e da sociedade, que volumes de antropologia filosófica” (DAHRENDORF, 1987, p. 67).

Dahrendorf retoma com isso a discussão sobre o antagonismo presente na formulação kantiana de “sociabilidade insociável do homem”. Segundo Kant, a disposição natural do homem para associar-se deriva da necessidade que tem de diferenciar-se dos

forma normativa, que conduziria à realidade na qual a validade das normas não mais repousaria em sanções e poder, mas no consenso das partes, que seria alcançado através do debate racional baseado em razões plausíveis (DAHRENDORF, 1987; HABERMAS, 1997).

¹⁰⁹ Ainda segundo Kant, à página 15, no texto citado: “Toda cultura e toda arte que ornamentam a humanidade, a mais bela ordem social são frutos da insociabilidade, que por si mesma é obrigada a se disciplinar e, assim, por meio de um artifício imposto, a desenvolver os germes da natureza”.

demais animais, isto é, de afirmar sua especificidade enquanto ser social. Por outro lado – e antagonicamente –, o mesmo homem tem uma necessidade intrínseca de isolar-se, uma vez que possui em si qualidades insociáveis como o egoísmo.

Essas disposições egoístas, contudo, permitem que o homem seja plural, impelindo-o ao pleno desenvolvimento de suas disposições naturais, uma vez que a ausência de características insociáveis torná-lo-ia um ser amorfo. Esse conflito fundante do ser social é a *estaca zero* para Dahrendorf, uma vez que os indivíduos têm, tal qual pensou Kant, como intrínsecas características ao mesmo tempo sociáveis e insociáveis. Há que se *domesticar*, portanto, essa insociabilidade. Nessa perspectiva, pois, a porção insociável do homem parece tender progressivamente a aflorar na contemporaneidade, como fruto da sociedade em expansão.

E, neste ponto, chegamos a uma flagrante contradição no pensamento de Dahrendorf: se o Estado benfeitor tornou a realidade cinzenta por fazê-la unívoca, por isso a urgente necessidade de liberar as pessoas para suas aptidões e liberdades individuais, como vimos no capítulo anterior, então como essa *liberação* para novos e *inimagináveis* estilos de vida, de consumo, de hábitos sociais e culturais etc. poderia ter causado um panorama no qual a sociabilidade humana estaria em risco?

Em outros termos, como advogar maior liberdade de escolha, de *chances de vida*, para depois constatar que tudo isso, que toda essa liberdade individual teria conduzido a uma nova prisão? Como o júbilo da individualidade pode, ao mesmo tempo, representar um risco eminente tanto pela *falta* quanto pelo *excesso*? A resposta encontrada por Dahrendorf está na metafísica kantiana, isto é, na *sociabilidade insociável do homem*, em que maior liberdade de escolha pode levar o homem a comportamentos insociáveis que minam o tecido social. Ao chegar a essa encruzilhada, portanto, Dahrendorf incorre naquilo que tanto critica: vale-se da filosofia e da metafísica em detrimento da sociologia e da história.

Obviamente nosso autor não concordaria com a crítica que lhe impingimos. Sua resposta às indagações que propusemos será:

a saída para as sociedades contemporâneas, com vistas à liberdade, passa pela *reconstrução das instituições*. Nem o Estado, nem as individualidades, portanto, mas as instituições poderão garantir a *domesticação* da sociabilidade insociável do homem.

O homem é um ente social. Enquanto que, conforme a sua natureza, vive em sociedade e só pode autorrealizar-se por meio da sociedade. A existência social do homem é condição para a possibilidade da sua liberdade. Mas, ao mesmo tempo, sua existência social é condição para a possibilidade de falta de liberdade do homem; porque sociedade conota sempre coação e limitação. O ato de socialização, permita-se a mim a expressão, é necessariamente um ato de submissão a regras, normas e controles. (DAHRENDORF, 1981b, p. 263).¹¹⁰

¹¹⁰ Cabe ressaltar, entretanto, que o conceito de sociabilidade insociável pode ser identificado anteriormente na teoria política do filósofo David Hume, em sua obra *Treatise of human nature* (2000), na qual Kant abertamente se inspirou. Hume destaca que a sociedade é absolutamente necessária ao bem-estar dos homens e que as leis são igualmente necessárias à sustentação da sociedade. Ele alega que essas leis, embora necessárias, são inteiramente artificiais, produtos da invenção humana e que, no limite, sejam quais forem as restrições que elas possam impor às paixões humanas, na realidade são frutos dessas paixões, sendo apenas um meio mais artificial e refinado de satisfazê-las. A reflexão a respeito da situação do homem na sociedade mostra a natureza humana marcada por uma tendência a buscar o prazer e, fundamentalmente, a evitar a dor. A tendência ao prazer é um dispositivo natural que impulsiona o homem a agir em busca da satisfação das paixões; o complemento indissociável dessa propensão configura um mecanismo que impõe limites ao ímpeto das paixões com o intuito de evitar consequências desagradáveis e que, no limite, regula o prazer em função das conveniências da sociedade. Hume salienta que a razão é, e deve ser, a escrava das paixões e não pode aspirar a outra função além de servir e obedecer a elas; assim, a natureza elabora uma complexa interação entre as paixões e o entendimento na qual a superioridade destas se mostra apenas como aparente, visto que, sem a razão, a referida satisfação das paixões e, por outro lado, a legitimação da sociedade tornar-se-iam inexequíveis. Portanto, sob a perspectiva da realização da natureza humana, os dois princípios são interdependentes e complementares.

E como seria possível, afinal, a reconstrução dessa nova sociabilidade pautada pelas instituições? A resposta do autor, mais uma vez, é antes filosófica que propriamente sociológica: faz-se necessário a *reconstrução do contrato social*. Objetivamente as instituições garantiriam a validade e a permanência desse novo contrato social a ser estabelecido. Se existem pessoas e coisas, o contrato regularia essas relações, ao passo que as instituições garantiriam a própria sociabilidade dos indivíduos, pois os protegeriam de seus interesses egoístas, orientando-os para finalidades sociáveis.

Acima de tudo, porém, elas [as instituições] fornecem a moldura básica onde o antagonismo que motiva grande parte da ação humana pode se transformar numa força para o progresso. É somente nos limites das instituições que poderemos melhorar nossas oportunidades de vida. (DAHRENDORF, 1987, p. 121).

As bases desse novo contrato social e a busca por um *liberalismo radical* serão os temas discutidos a seguir.

O próprio Hume, entretantes, na obra *Uma investigação sobre os princípios da moral* (1995), examina que a “ficção filosófica de um estado de natureza” não se iniciou com Thomas Hobbes, como se costuma imaginar. Hume busca, em sua análise, o registro mais antigo sobre a formulação de um pretenso contrato social, que tornaria a sociabilidade humana factível. Para Hume, o estado de natureza tal qual descreveu Hobbes jamais existira, a realidade fora pintada/forjada com cores mais pungentes que reais. Tudo teria começado com Platão e Cícero, o primeiro com o intuito de refutar uma hipótese muito semelhante à de Hobbes (nos segundo, terceiro e quarto livros da *República*); e o segundo, ao contrário, tomando-a (a hipótese do estado de natureza) como certa e universalmente aceita. Com efeito, Hume parece sugerir que Hobbes é devedor de Cícero em sua teoria sobre o Leviatã.

5.2 A luta pelo contrato e a liberdade

DAHRENDORF salienta que o contrato social original, aquele estabelecido em termos rousseaunianos, significava o acordo implícito de obedecer a certas normas elementares e aceitar o monopólio da violência em mãos de um poder comum instituído para proteger essas normas. Esse contrato original, evidentemente, nunca é definitivo; podem acrescentar-se cláusulas e também suprimi-las. Salienta ainda que o processo de extensão de direitos, em resposta às lutas de classe dos últimos dois séculos, pode ser visto como uma dessas alterações do contrato social, mas este, nos modernos conflitos, foi colocado momentaneamente à margem.

Com o progresso das oportunidades e com a diminuição da intensidade do conflito e das assimetrias, panorama já discutido anteriormente, Dahrendorf apregoa que se criou uma *sociedade de dois terços*, representada pela classe majoritária, que tem acesso aos benefícios da sociedade avançada, e pelo terço restante, que teria ficado para trás.

O que estamos dizendo é que o processo de cidadania e a emergência de uma classe majoritária acarretou, na realidade, a criação de uma sociedade de “dois terços” [...] Dois terços, talvez mais, estão “dentro”; eles usufruem todos os benefícios da cidadania, incluindo o crescente bem-estar oferecido por uma economia próspera. Mas, no desenrolar do processo, um número considerável de pessoas foram deixadas fora destes benefícios, seguramente mais de 10% e talvez até 1/3. Evidentemente, eles poderiam ser utilizados como mão de obra barata, mas não há lugar para eles no esquema da cidadania. Eles são os que os americanos chamam de uma “nova classe inferior”. (DAHRENDORF, 1987, p. 101).

Essa *arraia miúda*, segundo Dahrendorf, pode ser definida para além dos *novos pobres* ou dos *novos desempregados*; trata-se, na realidade, do assunto do centro das grandes cidades e suas minorias étnicas e imigrantes, onde falta tudo: habitações adequadas, nutrição razoável, assistência social, educação de

qualidade, empregos, juntamente à estigmatização social e à discriminação que, combinados, produzem miséria, analfabetismo e falta de horizontes.

O resultado é a falta de coesão social e o afrouxamento das *ligaduras* que levam potencialmente esses indivíduos ao crime. Para ele, a *sociedade dos dois terços* criou uma classe de cidadãos dispensáveis, inúteis para o mundo.¹¹¹ Os jovens desempregados, os idosos colocados à margem (devido à quebra do acordo de gerações em que se baseia o Estado social) e os imigrantes são as populações mais agudamente atingidas. Tratar-se-ia de gerações *sem futuro* ou *sem esperança*.

O contrato social, portanto, exclui categoricamente uma parcela da sociedade de suas cláusulas, colocando, assim, a tessitura social sob risco. De forma contrária à luta de classes, assevera Dahrendorf, o antagonismo incongruente entre uma classe majoritária organizada e uma *classe inferior* amorfa que surge inicialmente aqui e ali, mas que se avoluma e desafia as normas e sanções da sociedade oficial, recria a luta contemporânea pelo contrato social.

Subitamente, continua, a cidadania tornou-se um conceito mais exclusivo que inclusivo. Esses excluídos representam um lembrete constante da precariedade do contrato; constituem *uma chaga inflamada* que irá infectar a ordem social como um todo, pois “uma sociedade que parece aceitar a existência contínua de um grupo que não tem um vínculo real com ela colocou-se a si mesma em risco” (DAHRENDORF, 1992, p. 172). O outro temor, que o autor jamais perde de vista, é a volta aos modelos autoritários e totalitários, como decorrência desse processo de erosão. Fora do centro, os autoritarismos e totalitarismos de líderes como Pol Pot,

¹¹¹ Dirá Dahrendorf (1992, p. 169): “Num sentido muito sério, a sociedade não precisa deles”.

Idi Amin, Duvalier, além da América Latina, são vanguardas as quais teme.¹¹²

Se as sociedades tendem no sentido do enfraquecimento das normas, pela generalização da impunidade, e ao afrouxamento dos liames que expressam a sociabilidade da natureza insociável do homem, e se elas deixam uma parcela bastante grande de seus membros potenciais isolada dos direitos e benefícios de participação, num espaço social desprotegido, então o clima está propício para os crimes. Motins e rebelião, e os outros fenômenos de massa que escapam às sanções sociais representam uma faceta da condição; mas outra é a delinquência direta individual, crimes contra a propriedade e contra a pessoa. (DAHRENDORF, 1987, p. 105).

§

No quarto e último ensaio de *A lei e a ordem*, intitulado “A sociedade e a liberdade”, Dahrendorf afirma que a crise de legitimidade que ameaça a sociabilidade humana pode ser colocada em uma única expressão: *a construção das instituições*; um esforço consciente via contrato social para construí-las ou reconstruí-las. As instituições nos protegem, segundo nosso autor,

¹¹² Observa ainda que “Todavia, eu me pergunto se a expressão mais recente do conflito social não é de que o próprio contrato social esteja em questão. [...] Refiro-me aos artigos básicos do contrato social, que versam sobre lei e ordem. Os liberais não gostam dessas palavras, que são frequentemente utilizadas para matar o espírito das leis através de sua letra. Entretanto, essa é precisamente a questão que unifica a argumentação do conflito social moderno” (DAHRENDORF, 1992, p. 172).

da ânsia incômoda de coisas de poder. Sobretudo, elas *dominam* a parte insociável do homem, compelindo-o assim para o progresso.

Trata-se da criação e da recriação de normas significativas a partir de seu princípio; de atitudes por vezes abstratas, por vezes reais, como a criação de tribunais ou juizados; de toda forma refere-se sempre à moralidade dos homens. Mas, afinal, recriar quais instituições? Dahrendorf, no contexto de sua argumentação, cita primordialmente aquelas relacionadas à área penal, na forma de sanções mais efetivas de modo a combater a generalização da impunidade, e aquelas ligadas aos jovens, de maneira a ampliar o leque de oportunidades e exigir respeito à autoridade. Sobretudo foca seu holofote crítico no apoio às instituições de lei e ordem, mediante o estreitamento dos laços entre polícia e comunidades locais.

Evidentemente ele não defende políticas empedernidas de *mais lei e mais ordem* a qualquer custo. O excesso de normas e de punições, isto é, a *hipernomia*, pode vir a se tornar tão desagregadora quanto sua antípoda, a *anomia*, avalia. Para o autor, baseando-se nas lições de R. Nozick e seu *Anarquia, Estado e utopia* (1994), mesmo a *utopia da anarquia* necessita de *associações protetoras* e a necessidade da construção de instituições não significa que quanto mais instituições existirem melhor será para o mundo.

[...] há momentos em que a construção de instituições poderá significar deixar a lista como está; outros, em que ela significará reconstrução. E haverá também os momentos em que a concentração se tornará mais importante que a extensão. Hoje é provavelmente um tempo de reconstrução e concentração. (DAHRENDORF, 1992, p. 139).

Dahrendorf e Nozick (e seu individualismo libertário), portanto, concordam no artigo primeiro do contrato social, que se refere à proteção integral da vida, mas as semelhanças parariam por aí. Dahrendorf argumenta que Nozick não aceitaria o artigo segundo de seu contrato, que estipula que as partes contratantes devem fazer um esforço conjunto para que os direitos básicos dos

membros sejam igualmente garantidos a todos (MERQUIOR, 1991). Em sua produção mais recente, Dahrendorf delinea seu argumento mais geral antes em consonância com o princípio neocontratualista de *justiça como equidade*, presente na filosofia/teoria política de J. Rawls em seu tratado *Uma teoria da justiça* (1993), que com os *direitos de liberdade*.

Na concepção rawlsiana de contrato, podemos alcançar princípios sólidos de justiça social pensando nas regras que adotariamos, como seres racionais, numa hipotética *posição original*. Em tal situação, argumenta Rawls, as pessoas não conheceriam seu lugar na sociedade, nem suas próprias habilidades; ao contrário, elas teriam de agir cobertas por um *véu de ignorância*.

Desta forma, estaria garantida a *justiça como equidade*, pois nessa condição imaginária eu não saberia se sou rico ou pobre, homem ou mulher, inteligente ou ignorante etc., de maneira que me sentiria forçado a agir com prudência e, assim, a escolher princípios que não favoreçam a qualquer grupo à custa de outros. Não se trata, entretanto, de ações altruístas, devido a esse *véu de ignorância*, e sim da percepção de que seus interesses podem chocar-se num mundo de escassez.

Disso tudo resulta, por consequência, que ao pactuante cabe optar entre dois princípios de justiça: 1) a cada qual deve caber um direito igual ao máximo de liberdade compatível com a medida semelhante para outros; e 2) só devem ser permitidas desigualdades sociais até onde se beneficiarem os membros menos favorecidos da sociedade.

Dessa *posição original* rawlsiana a ser assumida por todos no novo contrato, aliado à lei e à ordem como instituições, mais que como mera superfície de normas e sanções, em um processo ativo de criação e reformismo institucional, Dahrendorf enxerga, finalmente, a real possibilidade de exequibilidade das sociedades humanas.

§

Chegamos ao último subitem do livro e deixamos para este momento, não como uma atitude proposital, mas antes seguindo o raciocínio que intentamos estabelecer neste estudo, aquilo que Dahrendorf tem, digamos, como mais íntimo em sua visão filosófico-política liberal de sociedade. Estamos falando da reflexão, presente de maneira mais ou menos explícita em seus textos,¹¹³ sobre a *sociedade civil mundial*. Antes de entrarmos no mérito da questão, penso que seja oportuno recapitularmos os passos até aqui.

Nosso argumento central no estudo foi o de que a temática da sociedade aberta e a crítica, por conseguinte, aos modelos *utópicos* de teoria e de realidade social configuram uma constante na obra de Dahrendorf. Para fundamentá-lo, mostramos como sua *primeira* produção, mais *teórica* que *prática*, isto é, mais formal que aplicada à realidade histórica, serve de prelúdio para a *segunda* fase, na qual ele busca refletir sobre as sociedades contemporâneas de maneira mais concreta.

Logramos ainda ter obtido êxito ao apontarmos que, embora o autor pertença a uma estirpe progressista do pensamento liberal – e por isso o incluímos dentre os *liberais sociais* –, a seu ver o Estado de bem-estar, modelo histórico-social que propiciou os avanços mais representativos do ponto de vista das prerrogativas, transformou-se em um paradoxo, pois ele, crítico mordaz das uniformidades, pensou ser necessário mais *liberdade individual* para as pessoas, que já haviam obtido do Estado um patamar razoável de vida.

Não obstante, o mesmo Dahrendorf, continuamos em nossa argumentação, mostrou-se reticente e preocupado quando isso ocorreu, vale dizer, quando os indivíduos puderam gozar mais plenamente suas individualidades, tornando a realidade e suas vidas menos inequívocas. Eis que isso também se torna uma ameaça potencial ao nosso liberal, já que nem a todos são estendidos os

¹¹³ É explícita, entretanto, e configura a apoteose de duas das mais importantes obras em análise: *A lei e a ordem* e *O conflito social moderno*.

direitos da cidadania, que permitem a *libertação do espírito*; e, mais que isso, já que as oportunidades de escolha têm seu preço na estrutura normativa da sociedade, que é *afrouxada* em seus liames e *ligaduras*.

Vimos por fim que, nesse vai e vem analítico, Dahrendorf propõe como plataforma um *liberalismo radical*: a construção e reconstrução das instituições via confecção de um novo contrato social que contenha em seus artigos as demandas contemporâneas. Em todo esse percurso pudemos perceber que ele lança mão de argumentos de fulcro empírico, com medidas propositivas e de aplicação prática, tendo em vista sua agenda liberal, mas que, apesar disso, não abre mão dos mais caros e difusos preceitos filosóficos que conformam sua teoria, sobretudo aqueles oriundos de Kant e de Popper.

E é exatamente em Kant que Dahrendorf se refugia para pensar o projeto mais ousado, e também mais utópico, de sua visão liberal de sociedade: “precisamos de uma sociedade civil mundial” (DAHRENDORF, 1992, p. 60). Segundo sua argumentação, do mesmo modo que Péricles de Atenas transformou a cidadania de um sonho numa realidade sobre a qual se construíram as sociedades modernas, também assim as sociedades civis da Europa, da América do Norte e de alguns outros lugares do globo prefiguram uma possibilidade que se pode executar rumo à *sociedade civil mundial*.

Isso incluiria a compreensão dos conflitos que envolvem grupos geograficamente dispersos e suas lutas por prerrogativas e provimentos em termos mundiais.

Já argumentei em diversas ocasiões que as sociedades civis não podem ser mantidas, a não ser que sejam vistas como etapas no caminho de uma sociedade civil mundial. Esse é um argumento kantiano. (DAHRENDORF, 1992, p. 192).¹¹⁴

¹¹⁴ O texto no qual Kant trata desse assunto é o já citado: *Ideia de uma história universal do ponto de vista cosmopolita*.

Na quinta proposição dessa pequena (em tamanho, mas não em persuasão) obra (são nove no total), Kant assevera que o maior problema para a espécie humana, a cuja solução a natureza o obriga, é levar a termo uma sociedade civil que seja universal, ou, em seus termos, “que administre universalmente o direito”, pois somente essa sociedade permitirá a máxima liberdade e, consequentemente, um antagonismo geral que levará a coexistência ideal das liberdades alheias.

Na leitura de Dahrendorf, a primeira etapa para essa sociedade civil mundial, afora o componente moral, é o reconhecimento dos direitos universais de todos os homens e mulheres pela criação de um corpo internacional de leis. A União Europeia, que começava a se delinear em contornos nítidos na década de 1990, é o exemplo que cita como projeto melhor acabado do que prescreve.

Entretanto não se aprofunda nos argumentos em nenhum de seus textos, embora, ressaltemos uma vez mais, se trate de um ideal tanto filosófico quanto de aplicabilidade prática em sua avaliação. O autor, porém, não parece muito entusiasmado com os fenômenos políticos, econômicos e sociais da chamada *globalização*, ou *mundialização*, como preferem conceitual e terminologicamente os franceses.¹¹⁵

Embora reconheça que se trate de avanços concretos sob o ponto de vista da universalização das culturas e bens econômicos, para Dahrendorf há atualmente, neste cenário *globalizado*, um influxo dos valores morais, que se flexibilizam conjuntamente aos processos que acarretam. A *sociedade civil mundial* por ele imaginada, por fim, deve ser estabelecida na *universalização* da cidadania e não na pura transformação das identidades, valores, sentimentos e modos particulares (individuais) de vida em subprodutos do consumo, massificados.

¹¹⁵ A tradição anglo-saxã tende a utilizar o termo *globalização* referindo-se original e preferencialmente ao intercâmbio econômico, isto é, monetário e de mercadorias em níveis planetários; já a tradição francesa, ao preferir o termo *mundialização* àquele, estabelece a clivagem preconizando o sentido das trocas culturais e movimentos de interpenetração de culturas.

CONCLUSÃO

Os limites do pensamento liberal

DIZ DAHRENDORF (1992, p. 194), à última seção de *O conflito social moderno*: “é tentador terminar um livro com palavras grandiosas, mas (quase) resistirei a essa tentação”. Evidentemente não temos essa pretensão de grandiosidade, pois este livro, cuja origem é acadêmica, deve ficar restrito a esse cânone. Também não imaginamos ter escrito algo que merecesse palavras grandiosas em seu desfecho, tal qual fizera Dahrendorf (ainda que só o *quase* tenha sido admitido por ele) em sua *magnum opus*. De toda forma, entretanto, não nos poderíamos furtar às importantes considerações críticas que devem ser tecidas, ainda que brevemente, ao liberalismo que tivemos a pretensão de apresentar até aqui.

O leitor tolerante que nos acompanhou até aqui, não obstante, pôde perceber que em cada capítulo já apresentávamos, à medida que avançávamos, posicionamentos em relação aos respectivos temas discutidos. São críticas nossas em particular ou apoiando-nos em literatura especializada, isso em maior ou menor tom e envergadura. Buscamos, portanto, colocar fatos contra fatos, em se tratando de matéria empírica, e posições contra posições, quando em assunto eminentemente teórico. Ainda nesse sentido, preferimos, intencionalmente, alocar, em sua maioria, tais críticas em subitens específicos (separados por asteriscos), de maneira a

apresentar a argumentação de Dahrendorf verticalmente. Talvez não tenha sido o procedimento mais elegante, mas acreditamos ter sido o mais eficaz aos nossos propósitos.

Desta forma, vimos, na primeira parte do livro, que Dahrendorf iniciou-se nas ciências humanas pelas letras clássicas, optando pela filosofia com o intuito de atacar, primeiramente, no nível teórico, Marx e sua filosofia da história, para, depois, empreender seu trabalho mais importante: *As classes e seus conflitos na sociedade industrial*, em que o marxismo (e sua teoria de classes) seria sistematicamente posto à prova quando confrontado à realidade empírica.

Mostramos como Dahrendorf, em nossa ótica, foi coerente com sua proposta, embora tenha tentado separar, inadvertidamente, o que há de *filosófico e empírico* em Marx, de maneira a esvaziar por completo o componente político sem o qual a obra deste, em qualquer aspecto, é compreendida ou interpretada de maneira equivocada. Parsons e seu funcionalismo estruturante também lhe serviram de contraponto crítico, mas pelo motivo oposto, devido à teoria parsoniana do consenso refutar o papel central dos conflitos, imputando-os como *disfuncionais* (logo, prejudiciais) ao funcionamento *ideal* dos sistemas sociais.

Dahrendorf, nessa fase de sua produção, marcada pelo sociologismo e pelo empirismo, com rara habilidade e coerência ofereceu contribuição importante à teoria social e, especificamente, à teoria sociológica. Talvez lhe faltasse ainda maior compreensão dos fenômenos políticos que caminham *pari passu* com aqueles eminentemente sociais, isto é, como diria Aron em outras circunstâncias, a teoria de Dahrendorf apresentava-se, nesse momento, desprovida da devida compreensão acerca do componente *político* na teoria sociológica; pois, ainda refletindo com Aron (1985), todas as sociedades industriais apresentam muitas semelhanças no nível das forças produtivas, e, sendo assim, as diferenciações mais *específicas* das sociedades modernas dependem sobremaneira de suas formas de governo, bem como da maneira pela qual o poder político é exercido.

A análise formal do conflito social oferecida por Dahrendorf e por nós discutida crítica e analiticamente no terceiro capítulo deste livro representa um passo importante porque firma as bases de seu pensamento social e filosófico. Segundo o autor, a teoria que rejeita os conflitos sociais, ou que os eleva à categoria central, mas tendo como objetivo a *sociedade igualitário-emancipada*, acaba por incorrer no erro de conceber a realidade social de maneira utópica. Para ele, à Popper, somente há a *certeza da incerteza* quando o assunto é a natureza humana e suas relações.

A passagem para a segunda fase de sua produção relaciona-se diretamente ao seu envolvimento com o dia a dia da política, o que acabou por moldar e redirecionar suas preocupações teóricas. Por isso sustentamos o papel decisivo de sua biografia em relação à sua produção intelectual. A realidade concreta das sociedades da OCDE bem como suas conjunturas políticas e econômicas passam então a responder pelo conjunto dos temas abordados.

Para ele, a expansão do pós-guerra gerou, paradoxalmente, tanto opulência como uma nova servidão; a melhoria geral das condições de vida liberou os indivíduos e os alçou a níveis jamais vistos no que se refere aos direitos e à possibilidade da vivência plena. No entanto, essa nova liberdade teve seu preço: resignação, falta de perspectiva, problemas sociais e na própria estrutura normativa da sociedade. Sustentamos que, no pensamento de Dahrendorf, portanto, a liberdade só é possível até um determinado ponto, cuja ultrapassagem significa, dramaticamente, voltar à estaca zero.

Suas análises formais e acadêmicas, pois, dão espaço gradativamente aos argumentos de natureza político-engajada. Nessa passagem, desenvolve-se de maneira plena o pensamento de Dahrendorf como liberal. Daí a importância de sua teoria tanto para as análises acadêmicas quanto para as plataformas dos governos neoliberais, sobretudo aqueles a partir do final da década de 1970 na Europa. Daí, mais que tudo, a atualidade de seu pensamento e nosso esforço em preencher, ainda que minimamente, a enorme lacuna existente em relação ao exame de sua obra.

Vimos ainda, no decorrer deste livro, que o liberalismo dahrendorfiano, já exaustivamente sublinhado por nós como progressista em relação a outras linhagens, tem como pressupostos e meta, respectivamente, as liberdades individuais e a sociedade aberta. Mostramos que o *fio analítico* proposto como tese inicial, isto é, a *defesa da ordem liberal de sociedade*, permeia sua obra não obstante o foco particular de sua crítica nas diversas situações. Esse liberalismo, individualístico ainda que não reacionário, busca o aperfeiçoamento das *chances de vida* e das oportunidades que poderão alçar as sociedades aos níveis mais elevados e que permitirão ao homem, por conseguinte, liberar seu espírito ao gozo individual pleno.

O problema principal, entretanto, depois de tudo que foi dito e analisado em relação à teoria liberal de Dahrendorf, é o seguinte: que emancipação está em questão?¹¹⁶ Dizendo diferentemente, mas não perdendo de vista o sentido amplo da crítica de Marx a Bruno Bauer, qual projeto de emancipação do espírito humano, em seu sentido mais agudo e profundo, está em pauta quando Dahrendorf advoga pela sociedade aberta, pelas instituições, pela política das prerrogativas e pela sociedade civil mundial?

Dahrendorf foi um liberal reformista, e talvez a *verdadeira* emancipação do homem não fosse assunto de sua teoria e de suas preocupações, pois o autor assumiu a perspectiva social e filosófica em que não há soluções finais em se tratando de sociedades humanas; o máximo a ser feito, sob o risco de cair na utopia ou no totalitarismo, são arranjos provisórios de maneira a domesticar a *insociável sociabilidade do homem*. Ainda assim, o questionamento se mantém ativo.

Se internamente, e não obstante algumas incongruências já apontadas no decorrer do trabalho, o reformismo de Dahrendorf é coerente com as posições teóricas e concretas que assume, quando se tem como objeto analítico a própria sociabilidade humana, seu

¹¹⁶ Alusão proposital à passagem de Marx em *A questão judaica* (2001, p. 17).

projeto original, bem como a fruição das individualidades (temas de Dahrendorf, portanto), simplesmente não se pode obliterar a intervenção de Marx reproduzida acima, ao menos que se considere como válida a assertiva de que a história é inexoravelmente cíclica e que a *verdadeira emancipação* do homem é impossível. Se considerarmos isso verídico, talvez toda teoria social, e não só a liberal, seja supérflua.

Tudo isso para dizer que o pensamento liberal de Dahrendorf, reformista em sua essência, ataca as manifestações, tangendo-as, sem, no entanto, tocá-las em seu âmago. As desigualdades de origem e de prerrogativas bem como as liberdades políticas e institucionais são questionadas de modo a produzir melhores condições de vida numa ordem liberal, sem, no entanto, atacar o nascedouro de todas essas contradições, que são produtos característicos do modo de produção capitalista e das clivagens a ele intrínsecas. As contradições contemporâneas que Dahrendorf analisa, portanto, são datadas social e historicamente e devem ser pensadas através da lógica do sistema vigente, isto é, a partir da lógica do capital, e não atemporalmente.

Sendo assim, como questionar os abismos que se formam a partir da propriedade privada; como sugerir novas políticas governamentais de distribuição de prerrogativas; como questionar o Estado que não é capaz de prover empregos; como apelar quase ingenuamente aos *valores morais mais elevados* das pessoas; enfim, qual a finalidade de propor um reformismo pouco lógico que não questiona a si mesmo, isto é, que não vai à medula do problema (o próprio modo de produção capitalista) de onde todos os demais questionamentos advêm?

Não há como pensar, acreditamos, o fim das desigualdades de acesso (sem falar na miséria das regiões do planeta que Dahrendorf exclui formalmente de suas análises), dos processos de delinquência e criminalidade, da ameaça de ressurgimento dos totalitarismos, enfim, o futuro da sociabilidade humana tal qual pensou o autor, operando em termos da confecção de um novo

contrato social que, aliás, como ele mesmo reconhece, mostrou-se ineficaz em suas cláusulas mais elementares.

Da mesma maneira, dotar esse *novo contrato* de artigos tão ou mais formais e esotéricos que os originais (como o *vêu da ignorância* proposto por Rawls) também significa, mordaz ou ingenuamente, repetir o erro e, o que é pior, fazer andar para trás a roda da história. Numa palavra, a democracia liberal/burguesa – e se me permitem essa terminologia antiga, mas oportuna – opera dentro da lógica do sistema produtor de mercadorias e desigualdades, sem que se questione o próprio estatuto desse sistema, desta forma não é possível avançar para lógicas distintas. Talvez o reformismo liberal de Dahrendorf, e de tantos outros autores, continue a buscar indefinidamente respostas simplesmente inexistentes.

Outro procedimento que faz parte do *métier* de Dahrendorf, comum, de resto, a boa parte do pensamento liberal, é empreender leituras anacrônicas da história de maneira conservadora, como faz ao referir-se ao panorama de afrouxamento da lei e da ordem. Karl Mannheim, intelectual, aliás, bem distante das fileiras jacobinas, em seu clássico ensaio “O pensamento conservador” (MARTINS, 1981), mostra que a *essência* do pensamento conservador se concentra no passado na medida em que este sobrevive através do presente. De outro modo, ver os fatos como um conservador é experimentar os acontecimentos presentes em termos de uma atitude derivada de circunstâncias e situações ancoradas no passado.

Assim procede Dahrendorf quando recupera uma linguagem típica de finais do século XIX para reconstruir fatos contemporâneos. Daí falar em anomia, crise de autoridade, erosão da lei e da ordem, recuperação das instituições e demais categorias que remontam ao arcabouço durkheimiano e à sua preocupação com os elementos anômicos da divisão social do trabalho. Nessa espécie de anacronismo no qual incorre, o crime e a impunidade ocupam papel central e representam uma ameaça que enseja varrer as ruas, não obstante as realidades de finais do século XIX

e finais do século XX não possuírem quase nada em comum além da tentativa do autor em uni-las (ADORNO, 1996). Daí também calcar as bases de seu liberalismo, quando se refere à reconstrução das instituições, no liberalismo mais clássico, sobretudo no de Locke.

Outro aspecto que contribui para a percepção desse conservadorismo é o apelo em favor de políticas e de instituições de lei e ordem, numa ânsia em responder às demandas sociais contemporâneas de conflitualidade com punições sempre mais rígidas, isto é, pensa-se a lei antes como veículo de sanções punitivas que como princípio de limitação do poder arbitrário e instrumento de direitos.

Como sabemos, o desejo em punir *ad nauseam* configurou, e ainda configura, a plataforma política de muitos dos governos, autoritários ou supostamente democráticos, que se sucederam não só na Europa, mas também ao redor do mundo, e os resultados têm se mostrado ineficazes, pois o aumento das punições, do rigor nas leis penais, bem como o aumento do efetivo policial nas ruas mostraram-se medidas práticas que não garantem, por si sós, ordens sociais mais equilibradas ou harmônicas.

De acordo, ainda uma vez mais, com as observações de Sérgio Adorno (1998, p. 34), não há mais lugar para pensar conflitos como os referentes à criminalidade numa versão liberal, pois ela tende a privatizar conflitos cuja origem é social, isto é, na visão liberal os conflitos são vistos como litígios exclusivos entre indivíduos entre si, ou entre indivíduos e sociedade, ou ainda entre indivíduos e Estado, de maneira que a problemática do crime é atribuída, em última instância, à consciência individual e à responsabilidade do criminoso e nunca ao coletivo em que o crime é produzido e cometido.

A teoria sociopolítica de Dahrendorf, finalmente, busca uma ordem liberal regida por um consenso tácito contratual que garanta os direitos à vida e à mínima participação na riqueza coletiva, bem como o gozo pleno das individualidades. Nessa sociedade, as pessoas devem se guiar por preceitos morais de equidade e justiça.

Ele não leva em conta, entretanto, as tendências hedonistas das sociedades contemporâneas, tampouco percebe que a liberdade que persegue não pode ser obtida através do império das leis e das instituições que tanto almeja (OLIVEIRA, 2007).

Ao recorrer ao poder político e às instituições como domesticadores da sociabilidade humana, Dahrendorf, do alto de seu legalismo, desacredita a própria sociedade como construção autônoma e legítima, pois considera os aparatos legais, ou seja, as criações artificiais, o *locus* do projeto social coletivo. Talvez seja o momento de devolver a sociabilidade humana ao seu lugar original: a própria sociedade.

Referências

ADORNO, Sérgio. *A gestão urbana do medo e da insegurança*. 1996. 281 f. Tese. (Livre-Docência em Ciências Humanas) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

ADORNO, Sérgio. Conflitualidade e violência: reflexões sobre a anomia na contemporaneidade. *Tempo Social*, São Paulo, v. 1, n. 10, p. 19-47, maio 1998.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de estado*: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

ARON, Raymond. *A luta de classes*. Trad. de Augusto Pastor Fernandes. Lisboa: Presença, 1964.

ARON, Raymond. *Democracia e totalitarismo*. Trad. de Frederico Montenegro. Lisboa: Presença, 1966.

ARON, Raymond. *Dezoito lições sobre a sociedade industrial*. Trad. de Sérgio Bath. São Paulo: Martins Fontes; Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981.

ARON, Raymond. *Estudos políticos*. Trad. de Sérgio Bath. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1985.

ARRUDA JÚNIOR, Edmundo de Lima. *Direito, marxismo e liberalismo*: ensaio para uma sociologia crítica do direito. Florianópolis: Cesus, 2001.

BERGER, Peter. *The capitalist revolution: fifty propositions about prosperity, equality and liberty*. New York: Basic Books, 1986.

- BOBBIO, Norberto. *De Hobbes a Marx*. Rio de Janeiro: Campus, 1991.
- BOUDON, Raymond; BOURRICAUD, François. *Dicionário crítico de sociologia*. São Paulo: Ática, 1993.
- BOURDIEU, Pierre. *La distinction: critique sociale du jugement*. Paris: Éditions de Minuit, 1979.
- BURNHAM, James. *The managerial revolution*. Bloomington: Indiana University, 1960.
- CAMUS, Albert. *O homem revoltado*. Trad. de Valerie Rumjanek. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: PubliFolha, 2001.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *A arte da política: a história que vivi*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- COHN, Gabriel. *Crítica e resignação: fundamentos da sociologia de Max Weber*. São Paulo: TAQ, 1979.
- COSER, Lewis. *Las funciones del conflicto social*. Trad. de Berta Bass, Ruby Betancourt e Feliz Ibarra. México: Fondo de Cultura Económica, 1961.
- CRUZ, Sebastião C. V. Classe e conflito em Dahrendorf: um comentário. *Revista Administração de Empresas*, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 108-118, jul./ago. 1974.
- DAHRENDORF, Ralf. *A lei e a ordem*. Trad. de Tamara D. Barile. Brasília: Fundação Tancredo Neves, 1987.
- DAHRENDORF, Ralf. *A nova liberdade*. Trad. de Vamireh Chacon. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1979a.
- DAHRENDORF, Ralf. *Após 1989: moral, revolução e sociedade civil*. Trad. de Patrícia Zimbre. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- DAHRENDORF, Ralf. *A quadratura do círculo: bem-estar econômico, coesão social, liberdade política*. Trad. da edição italiana de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1996.
- DAHRENDORF, Ralf. *As classes e seus conflitos na sociedade industrial*. Trad. de José Viegas. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

DAHRENDORF, Ralf. *Ensaio de teoria da sociedade*. Trad. de Regina Lúcia M. Morel. Rio de Janeiro: Zahar; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

DAHRENDORF, Ralf. *Homo sociologicus*: ensaio sobre a história, o significado e a crítica da categoria de papel social. Trad. de Manfredo Berger. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1969.

DAHRENDORF, Ralf. *Life chances*: approaches to social and political theory. Chicago: University of Chicago Press, 1979b.

DAHRENDORF, Ralf. *LSE*: a history of the London school of economics and political science, 1895-1995. Oxford: Oxford University, 1995.

DAHRENDORF, Ralf. *O conflito social moderno*: um ensaio sobre a política da liberdade. Trad. de Renato Aguiar e Marco A. E. da Rocha. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

DAHRENDORF, Ralf. *O liberalismo e a Europa*: entrevista a Vincenzo Ferrari. Trad. de Beatriz Sardenberg. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981a.

DAHRENDORF, Ralf. *Reflexões sobre a revolução na Europa*. Trad. de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

DAHRENDORF, Ralf. *Sociedade e liberdade*. Trad. de Vamireh Chacon. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981b.

DOMINGUES, José Maurício. *A sociologia de Talcott Parsons*. Niterói: Editora da UFF, 2001.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. Trad. de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. Trad. de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DURKHEIM, Émile. *L' education morale*. Paris: Université de France, 1963.

DURKHEIM, Émile. *O suicídio*. Trad. de Carlos H. Cardim. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

GEIGER, Theodor. *Die Klassengesellschaft im Schmelztiegel*. Köln: G. Kiepenheuer, 1949.

GIDDENS, Anthony. *A estrutura de classes das sociedades avançadas*. Trad. de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

- GIDDENS, Anthony. *Sociologia: uma breve, porém crítica introdução*. Trad. de Alberto Oliva e Luis Alberto Cerqueira. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- GINSBURG, Morris. *Sociology*. London: Butterworth, 1953.
- HABERMAS, Jürgen. *Théorie de l'agir communicationnel*. Trad. de Jean-Louis Schlegel. Paris: Fayard, 1997.
- HOBBS, Thomas. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- HUME, David. *Treatise of human nature (THN)*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- HUME, David. *Uma investigação sobre os princípios da moral*. Trad. José Oscar de Almeida Marques. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.
- IZZO, Alberto. *Storia del pensiero sociologico*. Bologna: Il Mulino, 1991.
- KANT, Immanuel. *Idéia de uma história universal do ponto de vista cosmopolita*. Trad. de Rodrigo Naves e Ricardo R. Terra. Brasília: Ed. Brasiliense, 1986.
- LOCKE, John. *Deux Traités du Gouvernement*. Trad. de Bernard Gilson. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1997.
- LOSURDO, Domenico. *Democracia ou bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal*. Trad. de Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ ; São Paulo: Editora da Unesp, 2004.
- LOUREIRO, Maria Isabel. *A Revolução Alemã (1918-1923)*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2005.
- MACEDO, Ubiratan Borges de. *Liberalismo e justiça social*. São Paulo: IBRASA, 1995.
- MACEDO, Ubiratan Borges de. *O liberalismo moderno: cadernos liberais n. 2*. São Paulo: Massao Ohno Editor, 1997.
- MANNHEIM, Karl. *Essays on sociology and social psychology*. London: Routledge & Kegan, 1953.
- MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. Trad. de Sérgio Santeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- MARSHALL, Tomas Humphrey. *Cidadania, classe social e status*. Trad. de Meton Porto Gabelha. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

- MARTINS, José de Souza. *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1981.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Trad. de Regis Barbosa e Flávio Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MARX, Karl. A questão judaica. In: MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Trad. Alex Marins. São Paulo: Martins Claret, 2001.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. 6. ed. Trad. de Maria Lúcia Como. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- MERQUIOR, José Guilherme. *O liberalismo antigo e moderno*. Trad. de Henrique de Araújo Mesquita. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1991.
- MERQUIOR, José Guilherme. *Rousseau e Weber: dois estudos sobre a Teoria da Legitimidade*. Trad. de Margarida Salomão. Rio de Janeiro: Guanabara, 1980.
- MERQUIOR, José Guilherme; PAIM, Antonio; KUJAWSKY, Gilberto de Mello. *O liberalismo social: uma visão histórica: cadernos liberais n. 8*. São Paulo: Massao Ohno Editor, 1997.
- MERTON, Robert King. *Sociologia: teoria e estrutura*. Trad. de Miguel Maillet. São Paulo: Mestre Jou, 1970.
- MERTON, Robert K. *Sociology today*. New York: Basic Books, 1959.
- MILIBAND, Ralf. *O Estado na sociedade capitalista*. Trad. de Fanny Tabak. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- MILLS, Charles Wright. *A nova classe média: white collar*. Trad. de Vera Borda. Rio de Janeiro: Zahar, 1951.
- MORAES, Reginaldo C. Corrêa de. *Liberalismo clássico: notas sobre sua história e alguns de seus argumentos*. Campinas: Editora do IFCH/Unicamp, 2000. (Coleção Textos Didáticos, n. 40).
- NOZICK, Robert. *Anarquia, Estado e utopia*. Trad. de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- OLIVEIRA, Roberto Carlos de. *Sociedade e artifício na teoria política de Hume*. 2007. 137 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

- ORTEGA Y GASSET, José. *A rebelião das massas*. Trad. de Herrera Filho. Rio de Janeiro: Livro Ibero-Americano, 1959.
- OSSOWSKY, Stanislaw. *Estrutura de classes na consciência social*. Trad. de Affonso Blacheyre. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.
- PARSONS, Talcott. *El sistema social*. Trad. espanhola de Jose Jimenez Blanco e Jose Cazorla Perez. Madri: Alianza, 1984.
- POPPER, Karl Raimund. *A lógica da pesquisa científica*. Trad. de Leônidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 1974a.
- POPPER, Karl Raimund. *A sociedade aberta e seus inimigos*. Trad. de Milton Amado. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1974b. v. 1.
- POPPER, Karl Raimund. *The poverty of historicism*. London: Routledge and Kegan Paul, 1957.
- POULANTZAS, Nicos. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Trad. de Antonio Roberto Neiva Blundi. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- POULANTZAS, Nicos; MILIBAND, Ralph. *Debate sobre o estado capitalista*. Trad. de Lúcia Maria de Melo. Porto: Afrontamento, 1975.
- RAWLS, John. *Uma Teoria da Justiça*. Trad. de Carlos Pinto Correia. Lisboa: Editorial Presença, 1993.
- SCHUMPETER, J. A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Trad. de Sergio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- SEN, Amartya Kumar. *Desenvolvimento como liberdade*. Trad. de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.
- SEN, Amartya Kumar. *Poverty and famines: an essay on entitlement and deprivation*. Oxford: Oxford University Press; New York: Clarendon Press, 1992.
- WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Trad. de Régis Barbosa e Karen E. Barbosa. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1994.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Trad. de Maria Irene de Q. F. Szmrecsanyi e Tamas J. M. K. Szmrecsanyi. São Paulo: Pioneira, 2001.

APÊNDICE

Apontamentos sobre o governo representativo na Alemanha Ocidental do pós-guerra a partir de Ralf Dahrendorf¹¹⁷

A Alemanha pré-1945

PARA DAHRENDORF, o ano de 1918 representou, na Alemanha, uma não revolução ou, em seus próprios termos, uma *revolução parcial*. Tais acontecimentos comprometeram o poder autoritário, mas não o eliminaram completamente, dado seu caráter frustrado, não obstante as bases institucionais e ideológicas daquele poder.

¹¹⁷ Os três textos essenciais que servirão de base para a discussão sobre a Alemanha foram escritos por Dahrendorf no formato de conferências e fazem parte da coletânea *Sociedade e liberdade* (1981b). As versões originais são as seguintes: “O problema alemão: o Estado representativo e seus inimigos” (cap. 10), manuscrito de uma conferência pronunciada no Congresso do Partido Social Democrata Alemão, no dia 7 de outubro de 1960, em Bad Godesberg; “Democracia e estrutura social na Alemanha” (cap. 11), redigido originalmente em 1959 e publicado em 1960 no Arquivo Europeu de Sociologia; e “A evolução da sociedade alemã de pós-guerra, desafios e respostas” (cap. 12), redigido originalmente de acordo com anotações para uma conferência na Universidade de Hamburgo, pronunciada em 24 de junho de 1960, publicado originalmente no *Hamburger Jahrbuch für Wirtschafts – und Gesellschaftspolitik*, em 1961. Aproveitamos para agradecer a Maria Isabel Loureiro pelo curso ministrado no mestrado, de cujas discussões este texto é devedor. Para o aprofundamento das questões aqui abordadas, ver, da autora, *A revolução alemã (1918-1923)* (2005). Os autores citados ao longo do apêndice constam nas referências deste livro, já relacionadas anteriormente.

Mais que isso, o regime nazista teria completado a revolução que não teve lugar em 1918.

Essa *revolução frustrada* bem como a posterior República de Weimar são momentos na argumentação de Dahrendorf importantes à compreensão da ascensão do nacional-socialismo alemão, indo de encontro às análises que procuram mostrar que o regime totalitário é herdeiro direto e ininterrupto *apenas* da tradição prussiana. O espírito autoritário de Hitler e o espírito prussiano de Bismarck, argumenta, seriam dois cenários quase que distintos da história alemã, mas que se aliaram, transitoriamente, em 1933, pela sua aversão comum ao Estado representativo.

Tal associação, contudo, a partir de meados de 1935, prossegue Dahrendorf, teria seu fim em favor das forças totalitárias representadas pela agudeza do terror nazista. Desta forma os nazistas impediram – *completando* os acontecimentos de 1918 – o renascimento dos antigos elementos autoritários no velho estilo alemão, baseando suas ações na dissolução da Prússia, no progressivo esvaziamento da classe superior da nobreza e no retrocesso dos vínculos regionais e eclesiásticos tradicionais que desempenharam historicamente papel vital na vida política germânica. Perdeu-se, com efeito, o fundamento agrícola dos grupos dirigentes autoritários ao passo que o antigo Estado ficou em ruínas como instituição. Substituiu-se, assim, o poder autoritário de base tradicional pelo totalitário.

Talcott Parsons escrevera, em 1942, um ensaio determinante às análises de Dahrendorf em relação à sociedade alemã anterior a 1933.¹¹⁸ Nele Parsons elabora as condições estruturais do *fracasso* da sociedade alemã da época de Weimar, que teria ocorrido, de um lado, pelo predomínio da Prússia e de sua classe dominante dos *junkers* com seus valores particulares do tipo militar-feudal e,

¹¹⁸ “Democracy and social structure in pre-nazi Germany” (citado no original por Dahrendorf).

por outro, pela união desses valores à burocracia, esta igualmente procedente de estratos pré-industriais.

Dahrendorf retoma a argumentação de Parsons e observa que na Alemanha, diferentemente do sucedido em outros países industriais, não se desenvolveu um *individualismo econômico*, tampouco um capitalismo tipicamente liberal.¹¹⁹ A burguesia industrial tardia submeteu-se aos valores burocráticos e militares dos antigos laços autoritários alemães.

A República de Weimar, com efeito, prosseguiu, representou um passo em direção às formas representativas e liberais, mas não teria eliminado a antiga estrutura social autoritária, como também continuaram inalterados a burocracia estatal e o exército. Ela teria sido, portanto, a personificação política quase total dos elementos autoritários, baseada em políticas emergenciais com a completa usurpação da sociedade pelo Estado.

A concepção estatal hegeliana, aplicada por Bismarck e Lassalle na Alemanha industrial, cada um ao seu modo, continuou sendo o sistema ideológico fundamental de Weimar. (DAHRENDORF, 1981b, p. 164).

E esse sistema ideológico conferiu papel especial e serviu de substrato à classe média alemã, apontada por Dahrendorf (1981b, p. 175) como um dos pilares do nacional-socialismo: “A destruição da democracia alemã é, por conseguinte, obra da classe média, isso já em 1932 era uma verdade mais do que evidente”. Sempre tomando como base sociológica concreta a realidade de outras nações, Dahrendorf aponta que a formação da burguesia na Inglaterra e nos Estados Unidos, tomadas como modelos clássicos de configuração burguesa, deu-se no embate contra as antigas formas de dominação tradicional-feudais. Nestes países,

¹¹⁹ Desde autores conservadores até Marx e Lukács, essa tese é desenvolvida de diferentes maneiras e sob focos político-históricos variados, sempre tendo como cerne a questão do *atraso alemão*.

conclui, utilizando-se de argumento batido, porém caro à teoria política liberal: as ideias e interesses econômicos do mercado livre e concorrencial estenderam-se à esfera política, formado uma mentalidade democrática.

Para o autor, nestes países, a burguesia clássica necessitou da *democracia* para estabelecer-se diante do Estado paternalista de base autoritária e feudal. Na Alemanha, no entanto, o desenvolvimento fora tutelado pelo Estado, isto é, fora empreendido por uma classe empresarial dependente do Estado tradicional e autoritário e a ele subserviente. Não houve o florescimento, desta feita, de uma classe superior capitalista dirigente que tivesse pretensões de domínio político e que pudesse pôr em xeque as formas tradicionais e autoritárias de dominação política. Ou seja, essa nova classe emergente manteve-se sempre como classe média em sua essência político-ideológica, submetendo-se às camadas feudais mais antigas da antiga tradição alemã, não combatendo, com isso, diferentemente dos países que conheceram a via clássica, as antigas influências.

Por conseguinte, prossegue, manteve-se na Alemanha, que conhecia tardiamente o desenvolvimento econômico propriamente capitalista (sobretudo entre os anos de 1871 e 1914), a estrutura patriarcal-autoritária orientada de acordo com diretrizes sociais feudais, militares e burocráticas, calcadas na organização militar-paternalista das empresas, na formação social hierarquizada e burocrática e na subordinação dos grupos industriais dirigentes à classe superior dos tenentes, generais e funcionários prussianos.

Nesse cenário, a estrutura da sociedade alemã anterior a 1933 pouco poderia favorecer o desenvolvimento de uma democracia que funcionasse bem, uma vez que a maioria da população, formada por pequenos empresários, profissionais liberais e assalariados em geral, buscava romanticamente a volta dos dias melhores, mas não podia vislumbrar nesse estrato superior que emergia um contexto a curto prazo de melhora de suas condições sociais e econômicas.

A democracia alemã empreendeu o triste caminho cujo fim resultou na conquista do poder por Hitler porque a classe média empresarial da época da industrialização não achou sua posição social diante dela, mas dentro da classe superior pré-industrial, e porque não se tornou a classe dirigente da sociedade. (DAHRENDORF, 1981b, p. 178).

Dahrendorf, contudo, não reduz sua análise da Alemanha anterior ao nazismo apenas ao campo político e econômico. O autor, como bom leitor e admirador confesso da sociologia educacional durkheimiana, aponta para os traços mais obtusos da formação e da constituição do *ser social* alemão. Observa que a própria estrutura educacional do país, aqui pensada como *locus* da formação do *caráter social* dos indivíduos, funcionou como fator constitutivo e condicionante do comportamento pouco democrático, logo autoritário, que serviu como terreno fértil ao nacional-socialismo.

Mais uma vez se utilizando da Inglaterra e dos Estados Unidos como pares analíticos contrapostos à realidade alemã, Dahrendorf acredita que as instituições, sobretudo as educacionais que ocupam papel central na socialização dos indivíduos, acabaram, na Alemanha (diferentemente do modelo anglo-saxão), por inculcar valores e virtudes privadas nos indivíduos, valores estes pouco alinhados aos democráticos, em contraposição aos valores de ética pública.

Ainda de acordo com sua argumentação, enquanto na Inglaterra e nos Estados Unidos a carga principal de socialização do indivíduo se concentra nas escolas, na Alemanha esse papel fica a cargo da família. Para Dahrendorf, a transmissão de virtudes públicas ao indivíduo em formação é obra das instituições pedagógicas, ao passo que as virtudes privadas são transmitidas quase sempre pelas famílias. Na Alemanha, argumenta, as crianças passam poucas horas nas escolas (em geral apenas um turno), ficando como responsabilidade da família o restante do tempo de socialização da criança.

Daí que as virtudes públicas são subdesenvolvidas em favor das virtudes privadas, quando poderiam ser estimuladas por jornadas maiores na escola. À criança alemã, portanto, não é oferecida a oportunidade decisiva de construir sua formação intelectual e moral no ambiente escolar, que é baseado em relações contratuais e igualitárias de convivência social.¹²⁰

Não há dúvida de que uma sociedade que fomenta ou estimule principalmente as virtudes particulares de seus membros e que as interprete em oposição à participação política e social será pouco apta para formar um Estado representativo. (DAHRENDORF, 1981b, p. 186).

A tendência aos valores privados, pouco democráticos, o predomínio constante das antigas tradições autoritárias, sobretudo prussianas, e sua concepção específica de sociedade e de Estado, o capitalismo subdesenvolvido alemão e a ausência de uma burguesia verdadeiramente liberal constituíram, em sua visão, o pano de fundo para o fracasso da democracia germânica. Pano de fundo este permeado pelo extremismo de direita, autoritário e paternalista, e pelo extremismo de centro, por sua vez totalitário

¹²⁰ Cabe lembrar que essa tese de Dahrendorf do papel da socialização das escolas remonta à influência de, entre outros autores, Durkheim, sobretudo em sua obra *L'éducation morale* (1963). Dahrendorf escamoteia, contudo, como também o fizera Durkheim, o fato de o sistema educacional encerrar *em si* campos de lutas políticas, bem como estruturas próprias de dominação, como posição social, raça, religião etc. Nesse sentido, se pensarmos com Dahrendorf, somente um pouco provável sistema educacional público que fosse de fato igualitário, laico e democrático permitiria uma socialização *perfeita* dos indivíduos, pois há indícios quase evidentes de que a escola reproduz, quase sempre, as estruturas do restante da sociedade; podendo produzir efeitos, do ponto de vista dos valores democráticos, pouco favoráveis. Ver o texto clássico de Pierre Bourdieu: *La distinction: critique sociale du jugement* (1979) e o também clássico livro de Louis Althusser: *Aparelhos ideológicos de estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado* (1992).

e terrorista, que consumaram uma aliança, ainda que breve, em 1933. Eis, em resumo, a explicação dahrendorfiana para a vitória do nacional-socialismo na Alemanha.

O regime instaurado por Hitler provocou uma série de transformações, do ponto de vista sociológico, na estrutura da sociedade alemã, que são decisivas quando se tem em vista a nova organização social, política e econômica da Alemanha pós-1945. Dahrendorf aponta três grandes consequências. Primeiramente, devido à guerra, o regime levou à eliminação física quase total da antiga classe superior prussiana. Hitler buscou, com isso, formar uma nova classe superior não calcada no prestígio de origem nem na tradição, típicos da herança cultural prussiana.

A Prússia fora suprimida como unidade territorial, deixando de ser o centro físico e também de influência política, militar e jurídica da sociedade germânica. Houve, com isso, a necessidade de uma nova orientação para a estratificação social alemã, bem como para sua estrutura ideológica e institucional. A essas consequências acrescenta-se a ampla destruição do aparato industrial alemão e as medidas adotadas pelas forças de ocupação que acabaram por obrigar o país a realizar sua revolução industrial pela segunda vez (ainda que não a tivesse realizado por completo no período anterior às guerras). Some-se a tudo isso, por fim, a divisão da Alemanha, que acabou por cindir em duas partes diametralmente opostas a sociedade já dilacerada pela guerra.

As opções possíveis

Para Dahrendorf, o desenvolvimento político do pós-guerra apontou claramente para três forças político-sociais: a tradição autoritária, a totalitária e a representativa. Tais forças se revezaram umas às outras dentro de uma confusa desordem.

Dessas três tradições, apenas a forma representativa, em constante construção, garante a possibilidade, segundo ele, de liberdade aos cidadãos numa ordem democrática.

Ante o perigo e a ameaça constante dos regimes de exceção, a pergunta que fica ao teórico liberal é a seguinte:

[...] em que condições essa tradição liberal terá consistência? Que condições devem ser cumpridas, sobretudo no mundo atual, para conservar a vida das instituições representativas? E, finalmente, em quais condições é maior a possibilidade das outras formas correntes que, embora cada uma de modo diferente, limitam o espaço da liberdade pessoal do indivíduo? (DAHRENDORF, 1981b, p. 157).

A forma de exercer o poder social denominada autoritária por Dahrendorf foi, segundo sua análise, correntemente confundida com a totalitária. Por autoritária entende o autor aquela comunidade na qual um estrato social relativamente reduzido e exclusivista detém regularmente em suas mãos as rédeas do poder. Nesses casos, comumente, trata-se do poder exercido por um estrato superior, muito relacionado pela sua origem com a aristocracia. Já no Estado totalitário todos os postos de comando e responsabilidade na política, economia, exército, direito etc. estão reservados aos poucos membros de uma elite dirigente; em geral o poder é obtido e mantido pela violência e pelo terror.

Em todo poder autoritário, o Estado é o ator central situado em um patamar elevado de suposta retidão e justiça, com vistas à totalidade dos ideais coletivos, acima dos interesses particulares. Na realidade, contudo, se esconde por detrás desse Estado paternalista um estrato superior interessado em manter suas posições a qualquer preço.

Observa ainda que um Estado totalitário comporta, quase sempre, traços paternalistas, à medida que possui em seus contornos características do poder autoritário. Embora o poder autoritário, com efeito, não seja direta e propriamente um poder ditatorial, significa uma organização tão estrita quanto possível.

Dahrendorf aponta também semelhanças entre as formas totalitária e representativa. Tanto o Estado totalitário quanto o representativo descansam na participação política dos cidadãos, sobretudo na tentativa de relacionar o indivíduo com o Estado, criando laços de identificação que busquem substituir a severa ordem hierárquica das prerrogativas e obrigações pela igualdade fundamental de todos os homens como membros do Estado.

Nesse sentido, nem Estados totalitários nem Estados representativos suportam as intocáveis desigualdades que são características típicas da sociedade autoritária. Naquelas formas de poder político, a invocação de uma graça divina ou de uma tradição antiga não é suficiente para justificar o poder político; nos dois casos, ainda que de maneira apenas aparente, todas as decisões devem ser tomadas com base na vontade da maioria, isto é, como se fossem legitimadas *racionalmente*.

[...] por estes fatos ambos os Estados, o totalitário e o representativo, designam-se como “democráticos” [...] e é por que é recomendável evitar um conceito tão ambíguo. (DAHRENDORF, 1981b, p. 158).

Dahrendorf bem sabe que a semelhança entre a forma autoritária e a representativa, esta tão cara a um autor liberal como ele, termina por aí. No Estado totalitário, a estrutura interna da sociedade é severa e monolítica. No partido, este fundido na pessoa do Estado, descansa o centro indissociável do poder político, em que estão conjugadas de maneira compulsória todas as demais instituições.

O terror é utilizado para manter a sociedade organizada de acordo com os preceitos do poder vigente, também sob a forma de cooptação, em que os indivíduos são controlados e dirigidos em cada um de seus movimentos pelas exigências estatais. Diferentemente das classes superiores autoritárias, em que há uma suposta *benevolência*, nas formas totalitárias a disciplina externa e o controle absoluto de todos os indivíduos pela violência e pela coerção se convertem em seu próprio objetivo.

Nesse sentido, é importante observar a maneira pela qual Dahrendorf constrói seu raciocínio para chegar aonde pretende, isto é, para concentrar suas forças na análise da forma representativa de poder. Alinhar argumentos inicialmente impensáveis, como as similitudes entre sistemas autoritários e representativos de poder político, faz parte dessa estratégia. Se as formas autoritárias baseiam-se na exclusividade de poucos que ascendem ao poder, sobretudo uma pequena parcela da burguesia de origem aristocrática, e se o totalitarismo se constitui em repentes “democráticos” tal qual uma democracia representativa, há que se colocar em evidência as armadilhas, algumas delas bem sedutoras, das formas de poder que ameaçam o modelo representativo.

É então que Dahrendorf mostra as vantagens dessa forma de governo. A representatividade fundamenta-se na igualdade de todos os indivíduos, tendo como princípio a multiplicidade. Assim, o Estado representativo tem como premissa o fato de que os homens são imperfeitos, as respostas corretas para tudo jamais poderão ser dadas por um só indivíduo ou grupo de indivíduos e, por consequência, nunca será possível outorgar o poder a um só indivíduo ou grupo que poderá determinar o que é de interesse para a liberdade do homem em sociedade.

Pelo contrário, observa, é necessário que os detentores do poder possam ser substituídos a qualquer momento, para que a maior parte da sociedade possa sempre estar em condições de encontrar novas soluções. O modelo representativo outorga a suas instituições uma vida própria, impessoal, racionalmente instituída, em que a concorrência dos interesses torna-se sua principal tradição. O Estado representativo se constitui, com efeito, em sua argumentação, em uma instância de poder sem ideologia, sem incompreensão, sem pretensões de poder absoluto.

Por isso o Estado representativo significaria, segundo Dahrendorf, a configuração estatal que proporciona ao indivíduo o campo mais amplo ao livre exercício das faculdades individuais; ao contrário das formas de poder autoritária e totalitária, que escondem, tácita ou explicitamente, a ideia de que a maior parte

dos indivíduos é imperfeita e que aqueles poucos infalíveis, na qualidade de semideuses, estão capacitados e autorizados para dizer a todos os demais o que é exato ou o que está incorreto no mundo social e político.

Dahrendorf mostra, entretanto, à Weber (2001) e sua tipologia ideal-típica, uma preocupação com o descompasso entre a teoria e a realidade social. Com efeito, seus apontamentos sobre as tradições de poder político se referem à teoria política e não necessariamente à realidade política, vale dizer, nenhuma sociedade real pode basear-se integralmente nas características oferecidas, as quais quase nunca aparecem de forma pura ou ideal.

A distinção conceitual somente proporciona um instrumento analítico, mas não uma descrição da realidade. Na Rússia existem elementos representativos ocultos, como também existem outros autoritários já antiquados; nos Estados Unidos também não faltam as tendências autoritárias e totalitárias, podendo dizer-se o mesmo de qualquer outro país. (DAHRENDORF, 1981b, p. 160).

Trata-se, sobretudo, da tentativa do autor em tornar claro o entendimento das três tradições políticas que se apresentaram como possibilidades para a Europa, em especial para a Alemanha do pós-guerra: a tradição conservadora, a extremista e a liberal.

Tratemos de examinar agora a maneira pela qual a Alemanha em sua porção ocidental teria optado pelo liberalismo e pelo Estado representativo em seu desenvolvimento pós-1945.

O caminho liberal

Dahrendorf assevera, como vimos, que a Alemanha do pós-guerra, como síntese da própria história do país de maneira

geral, pode ser entendida como um cenário histórico, político e social no qual se abriu uma janela para cada uma das tradições que analisamos anteriormente. Aponta, contudo, que o caminho autoritário ficou fechado depois de 1945 e que a Alemanha em sua porção ocidental fez a opção pelo Estado representativo, passando por transformações profundas que permitiram ao país uma gama de oportunidades democráticas jamais vista em sua história.

Tal afirmação repousa no desenvolvimento econômico da Alemanha do pós-guerra, pois, segundo ele, foi a primeira vez na história do país que as relações econômicas se configuraram como propriamente capitalistas. Como já foi dito, o processo de industrialização alemão tardio, experimentado sobretudo no final do século XIX e início do século XX, fora realizado por uma classe dirigente essencialmente feudal e autoritária, pré-industrial, não tendo havido, diferentemente do processo de industrialização de países como Inglaterra e França, a dimensão do conflito agudo entre a emergente nova classe econômica e as antigas potências feudais.

Na Alemanha imperial, tal processo foi conduzido até o fim pelo Estado autoritário, em que o parlamento se configurava antes como um efeito político que como uma instituição efetiva. O capitalismo ocorreu de forma reprimida pelo Estado, que o privou de um motor interno dinâmico típico das burguesias europeias que se consolidaram pela via clássica.

O capitalismo pode ser definido como bem se entender, mas sempre haverá poucas discrepâncias sobre o fato de que uma economia industrial desenvolvida dentro do quadro delineado pelo Estado paternalista e benevolente, não passará de um capitalismo impedido e a meio fazer, mesmo no caso mais favorável de reconhecer-se a propriedade privada. (DAHRENDORF, 1981b, p. 178).

Na Alemanha pós-1945, contudo, o capitalismo se desenvolveu de modo a garantir que as instituições e grupos econômicos dirigentes possuíssem uma força considerável, não se

encontrando mais subordinado a grupos diretores de tipo estatal, como acontecia na antiga tradição alemã, vale dizer, desenvolveu-se na medida da importância concedida ao mercado livre diante do controle estatal e na medida da *economização* da sociedade.

Ainda tendo em vista os argumentos de Dahrendorf, essa nova configuração econômica do pós-guerra trouxe consigo uma nova ordem às relações sociais e uma nova espécie de *visão de mundo*, seja por parte da nova elite tipicamente capitalista que emergia, seja por parte dos próprios indivíduos e suas relações interpessoais.

Esse novo *estrato superior*¹²¹ da ordem econômica, os *managers*, representava a classe dos novos capitalistas que passaram a dirigir o desenvolvimento econômico alemão e quase a totalidade das relações sociais. Esses novos grupos dirigentes, baseados na luta concorrencial do mercado, precisaram passar a respeitar as regras do jogo *democrático* do mercado para se estabelecer e manter sua hegemonia. No trilhado da pista deixada por Dahrendorf, esse novo *espírito* acabaria por sedimentar as instituições de tipo democrático.

Seguindo o comportamento dessa nova classe, os próprios indivíduos teriam optado pela tendência ao *materialismo*, isto é, por uma busca incessante pela máxima felicidade e satisfação. Tal comportamento, longe de ser uma imagem que é geralmente combatida, para Dahrendorf se delineou como primeiro passo para o bem da sociedade, vale dizer, para o bem da *democracia*.¹²²

¹²¹ Na terminologia de Dahrendorf, o termo *estrato superior* é empregado comumente no sentido de descrever as classes dirigentes, sejam elas políticas, econômicas ou intelectuais, sem nenhuma conotação (ao menos assumidamente) valorativa, de ordem moral.

¹²² Dahrendorf, nos três artigos em que nos estamos baseando, toma para si a definição de J. Schumpeter (1984, p. 178) de democracia: “E definimos: sistema democrático é aquele no qual os indivíduos se levantam com o poder de tomar decisões mediante a concorrência para obter os votos do povo”.

O predomínio das instituições econômicas teria favorecido, assim, o próprio desenvolvimento da democracia ativa, pois seria conveniente ao pluralismo institucional, uma vez que o domínio econômico só poderia ser mantido em luta constante contra as pretensões das instituições autoritárias.

[...] até mesmo sob as condições de vida ao alto capitalismo, os valores característicos e as normas da economia estão mais perto de uma constituição democrática que os da igreja, os do exército e, sobretudo, que a força autônoma de um Estado que se apresenta com a pretensão exclusiva e absoluta de ser o representante dos interesses comuns. (DAHRENDORF, 1981b, p. 179).

Dito de outra forma, Dahrendorf crê que, independente da circunstância, seja pouco favorável à democracia, ao menos aquilo que o autor entende por democracia, uma ordem hierárquica institucional na qual o Estado dá o tom do jogo político e social. O *materialismo* ou o *individualismo* do qual é partidário não suportaria qualquer tipo de concentração de poder político.

Prescindindo de qualquer avaliação ética, é indubitável que esse “individualismo” e “materialismo” somente podem medrar em instituições de tipo liberal. Os que estão interessados em seu sucesso pessoal, em maiores rendimentos, viagens mais extensas, um carro mais caro, etc., necessitam estruturas políticas e sociais que lhes deixem liberdade de movimento. Nesse sentido, poderia afirmar que o “materialismo” dos alemães é injustamente criticado por muitas pessoas. (DAHRENDORF, 1981b, p. 166).

O fato é que, na argumentação de Dahrendorf, a Alemanha pós-1945 reunia condições para o florescimento do Estado representativo e liberal. A heterogeneidade do estrato superior que se formava, a autonomia crescente das instituições econômicas e o *materialismo* dos valores dominantes ofereciam um cenário realmente promissor às suas retinas liberais.

Ainda de acordo com seu entendimento, ao passo que a sociedade alemã se reconstruía tendo como norte as leis do mercado – isto é, baseada na reafirmação da propriedade privada (e ainda que a propriedade privada jamais tenha sido questionada à época nazista), no mercado livre e na autonomia das instituições –, ficava ainda mais evidente que se tratava de uma verdadeira revolução, tal qual a pensou Schumpeter ao lançar a imagem da sociedade que passava da luz estatal para a luz econômica.

Em relação ao quadro político, a porção ocidental da Alemanha do pós-guerra se viu diante de dois grandes partidos, ambos populares, que agregavam em suas fileiras membros de todos os estratos sociais: o Partido Social-Democrata (SPD) e o Democrata-Cristão (CDU). Observa Dahrendorf que nos dois havia elementos liberais, conservadores e extremistas, embora mesclados e em diferentes proporções.

O CDU apresentou-se como o partido típico do desenvolvimento pós-bélico. Tratava-se do partido novo que crescia na medida e no ritmo do fortalecimento do Estado representativo na Alemanha Ocidental. O CDU significou, em suma, a força das teses liberais do pós-guerra, enaltecendo o sistema de livre concorrência política e econômica. Não obstante, nos últimos anos da década de 1950, o CDU passou a apresentar, paulatinamente, indícios de fortalecimento das forças autoritárias em suas fileiras. Esse traço teria ficado cada vez mais evidente nas decisões de matriz paternalista e autoritária tomadas em diversas matérias, segundo Dahrendorf.

Já o SPD, por sua vez, apresentou um desenvolvimento quase contrário ao da CDU. Embora reconheça o peso histórico das lutas do Partido Social-Democrata diante das antigas estruturas autoritárias, Dahrendorf aponta que desde sua criação, e ainda agora, o SPD usou apenas certo verniz do marxismo para justificar seu intuito de derrubar o poder autoritário das velhas tradições germânicas e colocar em seu lugar uma nova aristocracia, só que dessa vez de base operária.

Ao longo da história do partido social-democrata alemão, de Lassalle, passando por Bebel e Ebert, até Schumacher, vai se desenvolvendo uma tradição de pensamento e ação políticos que tem muito pouco a ver com Marx e sim com aquela Alemanha imperial, na qual nasce o SPD. (DAHRENDORF, 1981b, p. 168).

Para o autor, portanto, ao contrário do CDU, que nasceu no seio do liberalismo e flertou com o antigo autoritarismo, o SPD, gerado, segundo sua tese, com o objetivo de substituir o antigo autoritarismo por uma nova forma autoritária, representaria o partido que mais se aproximava dos ideais liberais, já que sua plataforma política se desvencilhava cada vez mais do contexto social em que fora criado.

Assim, atualmente o SPD desfruta de certas possibilidades para converter-se no grande partido de signo liberal que constitua o contrapeso necessário para enfrentar as crescentes tendências conservadoras do seu antagonista político. (DAHRENDORF, 1981b, p. 168).¹²³

¹²³ Necessário observar que Dahrendorf faz uma leitura, ao que tudo indica, equivocada do SPD, sobretudo em seus aspectos ideológicos e históricos. Embora o SPD tenha sofrido historicamente a influência interna de grupos mais ou menos comprometidos com o marxismo e com a luta pela emancipação política e social, o ideal do socialismo e a plataforma marxista de suas reivindicações, ao menos até meados da década de 1920, deram a tônica da atuação política do partido. Dahrendorf acaba por esvaziar esse conteúdo político e nem sequer menciona as lutas de cunho democrático empreendidas por figuras de importância vital ao SPD e à própria história da Alemanha, como Rosa Luxemburgo.

Liberdade: desafios e possibilidades pós-1945

De acordo com o quadro apresentado nos itens anteriores, Dahrendorf coloca a questão: “como é possível, nos dias de hoje, a liberdade?”. Pergunta simples, embora, obviamente, de complicada resposta. Por mais que reconheça a generalidade do questionamento, ainda assim arrisca uma resposta: “reforçando aqueles elementos políticos que tenho designado como representativos ou liberais, em oposição aos autoritários ou totalitários”.

A atividade política, para Dahrendorf, somente pode criar as condições dentro das quais são possíveis as liberdades individuais: a liberdade de ler esse ou aquele livro, de dizer o que se pensa, de escolher o local onde passar as férias, enfim, a possibilidade de fruir as liberdades individuais.

Contudo, as liberdades substantivas, do ponto de vista do coletivo, como a manutenção das formas representativas de poder político, as garantias constitucionais etc., só podem ser plenamente alcançadas e verdadeiramente desfrutadas à medida que as condições funcionais do Estado representativo sejam estimuladas e mantidas a qualquer preço. A Alemanha é um caso exemplar para nosso autor.

Dahrendorf receita a imposição da igualdade política efetiva para todos os cidadãos, isto é, deve haver a preocupação constante de que todos possam exercer seus direitos, sem favoritismos nem postergações. É preciso também manter a estrutura pluralista da sociedade alemã, em que sejam admitidos e estimulados os interesses opostos, conflitantes. Finalmente é necessário estender por toda parte a virtude pública da participação ativa na vida política.

Na Alemanha, em especial, isso significaria para ele equalizar as oportunidades de educação, estender os benefícios no tocante à assistência médica e eliminar os ainda nem sempre tácitos privilégios do sistema jurídico alemão. A concorrência no setor econômico deve ser garantida, com legislação específica antitruste

que não permita a concentração privada do poder, tampouco a concentração estatal mediante nacionalização.

O problema da reunificação também aparece como central aos desafios que se apresentavam à Alemanha do pós-guerra. Dahrendorf observa que o país só voltaria a ser forte caso encontrasse um núcleo comum para orientar e promover a reunificação das porções oriental e ocidental do país. A tentativa de uma compreensão comum da história, a recuperação de uma capital efetiva e em funcionamento e, sobretudo, a retomada das negociações no sentido de propor um plano conjunto seriam os passos iniciais em busca da reintegração.

Do ponto de vista sociológico, argumenta, tal cenário seria pouco provável a curto prazo, mas não deveria ser excluído do horizonte das possibilidades, uma vez que as fronteiras ocidente-oriental constituem marcos arbitrários que não são novidade na história da Alemanha, haja vista a recente unidade alemã.¹²⁴

A história acabaria por corroborar a tese de Dahrendorf em relação à possibilidade de reunificação, ainda que a longo prazo, como sugeriu. Não obstante, sua posição se situe no campo da *anexação* da porção oriental da Alemanha pela parte ocidental, capitalisticamente desenvolvida como Estado representativo. Isso também seria confirmado pela história em 1989. Naturalmente que, em seus efeitos políticos e econômicos, a condução da porção oriental no pós-guerra, estruturada de acordo com as diretrizes da URSS, teve, aos olhos de Dahrendorf, aqueles traços autoritários e totalitários típicos do regime nacional-socialista, ainda que cada qual com suas especificidades.

Como no regime hitlerista, argumenta, a política da Alemanha Oriental teria se baseado no total desprezo pela esfera privada – sobretudo com relação às condições econômicas – e no controle público de qualquer manifestação vital do indivíduo.

¹²⁴ Evidentemente Dahrendorf fazia apologia à porção ocidental, capitalista, e criticava ferozmente o regime comunista da porção oriental.

Também aqui o Partido único, que é o suporte do Estado, possuiria uma pequena aristocracia dirigente da qual emana toda autoridade, não tolerando nenhuma contradição. Tudo isso temperado, conclui ele, por métodos policiais e terroristas de manutenção da ordem pública.

Como se percebe, o *receituário* de Dahrendorf inclui medidas políticas, econômicas e valorativas. Naturalmente, sua avaliação nesse campo é mais filosófica e de fundo político que propriamente de ordem prática. A história e o futuro da nação alemã serviram aqui, uma vez mais, para a aplicação de seu liberalismo. As enormes clivagens das duas porções alemãs, oriental e ocidental, formadas no pós-guerra, foram pouco desenvolvidas na profundidade analítica que seria necessária.

O contexto político e o embate ideológico entre o comunismo, de um lado, e o desenvolvimento capitalista, de outro, presentes nas duas porções alemãs foram também simplesmente colocados à margem da discussão.

§

Este livro foi editorado com a fonte Sabon LT Std, criada por Jan Tschichold em 1967. Tschichold foi um reconhecido tipógrafo alemão, contemporâneo de Ralf Dahrendorf.

Miolo em papel pólen *soft* 80g; capa em cartão supremo 250g. Impresso na Gráfica e Editora Copiart em sistema de impressão *offset*.

O sociólogo inglês de origem germânica Ralf Dahrendorf (1929-2009) foi um dos mais importantes pensadores do século XX. Seu percurso intelectual e suas posições políticas e teóricas o qualificam como verdadeiro representante do liberalismo social. Filho de seu tempo e de seu século, Dahrendorf desenvolveu, assim como a geração de intelectuais que experimentou o terror do nazismo, verdadeira repulsa a qualquer espécie de totalitarismo de Estado. O conjunto de sua rica e profícua obra, marcada pela crítica ao marxismo e ao funcionalismo (teorias qualificadas pelo autor como *utópicas*), e sua proposta de uma nova ordem democrática e liberal de sociedade são discutidos no livro.

